

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FABÍOLA MACIEL CORRÊA

PROCESSO DE FORMAÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO NA TRAJETÓRIA
INTELLECTUAL DE ABDIAS NASCIMENTO (1930-1944)

CURITIBA
2019

FABÍOLA MACIEL CORRÊA

PROCESSO DE FORMAÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO NA TRAJETÓRIA
INTELECTUAL DE ABDIAS NASCIMENTO (1930-1944)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Linha de Pesquisa - História e Historiografia da Educação, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira.

CURITIBA
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Corrêa, Fabíola Maciel.

Processo de formação e engajamento político na trajetória
intelectual de Abdias Nascimento (1930-1944) / Fabíola Maciel
Corrêa. – Curitiba, 2019.

114 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.
Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira

1. Nascimento, Abdias do, 1914-. 2. Negros – Relações raciais
– Brasil. 3. Racismo na arte. 4. Racismo na educação. 5. Racismo –
Legislação – Brasil. 6. Educação – Brasil – História. I. Título. II.
Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0


TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FABÍOLA MACIEL CORRÊA**, intitulada: **PROCESSO DE FORMAÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO NA TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE ABDIAS NASCIMENTO (1930-1944)**, sob orientação do Prof. Dr. CARLOS EDUARDO VIEIRA, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 30 de Agosto de 2019.


CARLOS EDUARDO VIEIRA
Presidente da Banca Examinadora


GIZELE DE SOUZA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ)


ALEXANDRO DANTAS TRINDADE
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

A escrita dessa pesquisa vai muito além das leituras que realizei, da busca por fontes ou do tempo que passei diante do computador nos últimos dois anos. Ela representa minhas raízes étnicas, históricas e culturais.

E é em nome dessa origem negra que manifesto minha gratidão às mulheres e aos homens negros da história do Brasil que mantêm a presença viva da Mãe África em nosso espírito e em nossa lembrança. Obrigada pelos saberes negro-africanos, pelos conhecimentos científicos e filosóficos edificadores desse país. Se hoje realizo essa conquista e luto por nossos irmãos, é porque houve quem tenha aberto esse caminho.

Obrigada, ao Abdias Nascimento e a todos os meus ancestrais negros.

Da mesma forma, muitas outras pessoas também participaram direta ou indiretamente desse processo. Por isso, espero demonstrar o devido agradecimento a cada um e a cada uma que foram imprescindíveis para a realização dessa pesquisa. Obrigada a todos!

Obrigada, mãe, por ter me ensinado com base em uma cosmovisão africana. Por ter me possibilitado ser quem sou, sempre. Por ser minha referência como intelectual negra. Sem o seu amor e os seus ensinamentos, essa pesquisa não se concretizaria.

Agradeço ao Gilberto, companheiro amado, com quem divido as dificuldades e as alegrias de viver. Obrigada pelas leituras e reflexões que realizou comigo. Sem você, sempre do meu lado, eu não teria conseguido.

Às minhas filhas, pedaços de mim, obrigada. Vocês são a minha certeza de que tudo vale a pena.

Ao meu amigo-irmão, João Paulo, responsável primeiro por essa conquista. Sem sua crença de que eu era capaz, jamais teria me aventurado. Obrigada, Jota Pê.

Ao CAPA, na doce pessoa da Lola. Obrigada pela sua amizade e pelas observações sagazes e eficazes a respeito dos meus escritos, nos seus variados níveis de desenvolvimento. Sem o seu olhar, Lola, minha escrita não seria acadêmica.

Aos amigos feitos nas disciplinas eletivas e obrigatórias, em especial às amigas Érica, Fernanda, Amanda, Ellen, Linete. Obrigada pelo testemunho do meu processo transformador.

Aos amigos do GPHIE que tanto contribuem, mesmo sem saber, com o meu desenvolvimento como pesquisadora.

Aos importantes momentos de não pensar na pesquisa: aos amigos da escola, da DERC, dos botecos, da vida. Obrigada por partilharem comigo os meus momentos de ócio criativo.

À amiga Kelli Matos, parceira de longa data, e seu marido Zeca, que me acolheram em sua casa, no Rio de Janeiro, para que eu pudesse fazer minha busca por fontes históricas.

Obrigada ao IPEAFRO, na pessoa da Prof^a Elisa Larkin Nascimento, por me possibilitar acesso a tantos documentos do intelectual Abdias Nascimento, ricas fontes para a realização desta pesquisa.

Às professoras da linha, mulheres que são para mim uma potente referência, e pelas quais desenvolvi um especial afeto: Prof^a Dr^a Gizele de Souza, Prof^a Dr^a Liane Bertucci, Prof^a Dr^a Dulce Osinski, Prof^a Dr^a Nádia Gonçalves. Obrigada pela seriedade, pelo nível de exigência e pela paciência com minha espontaneidade por vezes desmedida.

Agradeço, de maneira muito especial, ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira, pela disponibilidade em ouvir as minhas angústias e dúvidas, e, por assumir o processo de orientação de minha pesquisa, fazendo com que as angústias se transformassem em respostas e caminhos a seguir. Obrigada, professor, por acreditar no meu tema e por me orientar, desenvolvendo em mim a crença de que sou capaz.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a trajetória do intelectual Abdias Nascimento (1914-2011), a fim de compreender como se deu o processo de formação de sua militância pela causa das populações negras. Nesse sentido, a proposta metodológica com a qual a pesquisa se desenvolveu procura integrar os engajamentos sociais e políticos de Abdias Nascimento, no entendimento de que esse percurso possibilitará a percepção dos elementos que o constituíram como militante e, por extensão, como proponente de um projeto de formação da consciência política e social do movimento negro no Brasil. A análise se deu à luz de contextos sociais e políticos, pré e pós-abolição, interpretando a trajetória desse intelectual em uma sociedade marcada pelo segregacionismo. Como um sujeito/agente social complexo, engajado em diferentes áreas de atuação e inserido em um processo de identificação com questões sociais, Abdias Nascimento envolveu-se de forma muito diversa naquilo que foi se constituindo como uma luta contra a segregação racial: participou dos movimentos da Frente Negra Brasileira e do Integralismo na cidade de São Paulo (1930); lançou-se em uma aventura, com alguns amigos, embarcando para a Amazônia e à América do Sul (1940); foi preso por insubordinação e subversão política (1941); fundou o TEN - Teatro Experimental do Negro (1944); e, por fim, exerceu mandatos de Deputado Federal (1983-1986) e Senador (1991-1999) pelo PDT-RJ, quando apresentou projetos de lei definindo o racismo como crime e criando mecanismos de ação compensatória para construir a igualdade para os negros na sociedade brasileira. Delimita-se como recorte temporal da pesquisa o período entre o ano de 1930, quando de seu alistamento no exército e vinda para a capital de São Paulo, período em que ele dá os primeiros passos nos movimentos sociais e políticos, até o ano de 1944, data que marca sua relação com as artes cênicas por meio da fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN). Na análise da fundação do TEN, identificaram-se algumas ações educativas, que neste trabalho serão tratadas como “Pedagogia da Militância”, procurando compreender a integração social de negros promovida por Abdias Nascimento naquele momento histórico.

Palavras-chave: Intelectuais. Movimento Negro. Formação. Engajamento político, Pedagogia da Militância. Abdias Nascimento.

ABSTRACT

This study intends to analyze the trajectory of the intellectual Abdias Nascimento (1914-2011), in order to understand how his militancy for the cause of black populations came to be. In this sense, the research's methodological proposal seeks to integrate the social and political engagements of Abdias Nascimento, understanding that this path will reveal the elements that constituted him as a militant and, by extension, as a proponent of a project aimed towards forming the political and social awareness of the black movement in Brazil. The analysis was carried out in the light of social and political contexts, pre and post abolition, interpreting the trajectory of this intellectual in a society marked by segregationism. As a complex subject / social agent, engaged in different areas of activity, and inserted in a process of identification with social issues, Abdias Nascimento became multiply involved in what would eventually constitute a fight against racial segregation: He was part of the Brazilian Black Front movement and of the Integralism movement in the city of São Paulo (1930); he launched himself in an adventure, with a few friends, to the Amazon and South America (1940); he was arrested and imprisoned for insubordination and political subversion (1941); he founded the Black Experimental Theatre (TEN) group (1944); finally, he exercised mandates of Federal Congressman (1983-1986) and Senator (1991-1999) by the PDT-RJ party, when he presented bills defining racism as a crime and creating compensatory action mechanisms to build equality for the black population in Brazilian society. The temporal frame of the research is the period between the year of 1930, when he enlisted in the army and moved to the capital city of São Paulo, giving the first steps into social and political movements, and the year of 1944, which marks his relationship with the performing arts through the founding of the Black Experimental Theatre (TEN) group. Conclusively, in the analysis of the founding of TEN, certain educational actions were identified, admitted by this research as "Militant Pedagogy", seeking to understand the social integration of black people promoted by Abdias Nascimento at that historical moment.

Keywords: Intellectuals. Black Movement. Political Engagement. Militant Pedagogy. Abdias Nascimento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Turma de formatura de Abdias Nascimento (1929)	43
Figura 2: Manchete de “O Jornal” (1937)	66
Figura 3: Bilhete de passagem da viagem do grupo <i>Santa Hermandad Orquidea</i> (1941)	84
Figura 4: Cartões de Visita adquiridos por Abdias Nascimento	86
Figura 5: Rede de sociabilidade constituída por Abdias Nascimento (1930-1940) ...	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. EM FRANCA, O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA	21
1.1. Os laços e os lastros da família Ferreira do Nascimento	28
1.2. No tempo de escola, as primeiras lições de segregação	35
1.3. Entre bicos e biscates, e a necessidade de estar atento às circunstâncias da vida	44
2. UMA BUSCA POR ALTERNATIVAS ÀS INQUIETUDES NO MUNDO FORA DE FRANCA	48
2.1. Um período na caserna para aprender sobre a luta	50
2.2. Novas lições pelos caminhos da Frente Negra Brasileira (FNB) e da Ação Integralista Brasileira (AIB)	57
2.3. A Imprensa Negra como meio de comunicação, educação e protesto	67
3. A PEDAGOGIA DA MILITÂNCIA	76
3.1. O prenúncio de uma ação educativa com a aventura da <i>Santa Hermandad de la Orquídea</i>	80
3.2. O Teatro do Sentenciado: um ensaio pedagógico	89
3.3. A “Pedagogia da Militância” por meio do Teatro Experimental do Negro	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
PERIÓDICOS CONSULTADOS NA HEMEROTECA DIGITAL DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	105
SITES PESQUISADOS	105
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE ICONOGRÁFICO	110

INTRODUÇÃO

“Hoje, subo a esta tribuna para dar continuidade a esta luta em defesa dos direitos dos afro-brasileiros, vitimizados de forma cruel e inquestionável pelo racismo, fonte maior das desigualdades neste país. Solto esta minha voz rouca para manter vivo e em estado de alerta o espírito de justiça desta Casa diante de um dos problemas mais graves a ameaçar hoje a construção de uma verdadeira democracia em nosso País: a exclusão, no rol da cidadania, de uma maioria da nossa população.”¹

Estas são palavras do Senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), pronunciadas em seu discurso aos congressistas, no dia 20 de março de 1997, a respeito do aniversário do massacre de Sharpeville², na África do Sul. Ao lê-las, é possível identificar tratar-se de um ativista no combate ao racismo ocupando uma posição e um espaço que lhe permitiam dar visibilidade às questões pertinentes à população brasileira afrodescendente. A opção por dispor tais palavras na parte introdutória desta pesquisa se justifica pelo levantamento de questionamentos simples, porém centrais: a partir da declaração do intelectual, quais situações anteriores fundamentam a continuidade de sua luta? Em que momento seria possível identificar que ele assumiu essa posição? O que desencadeou o interesse por esse engajamento? Conduzindo-se por estas questões em relação à trajetória de Abdias Nascimento, e considerando que o engajamento em torno de causas políticas e sociais é uma característica definidora dos intelectuais³, busca-se refletir sobre as circunstâncias que incidem sobre tal engajamento. Para tanto, faz-se necessário apresentar, na sequência, o sujeito Abdias Nascimento, os caminhos que seguiu e os mecanismos que mobilizou para tornar-se um intelectual reconhecido.

¹ Pronunciamento do Senador Abdias Nascimento, no Senado Federal, em 20/03/1997.

² Em 21 de março de 1960, ocorreu em Sharpeville, na província de Gauteng, África do Sul, um protesto realizado pelo Congresso Pan-Africano contra a **Lei do Passe**, um documento que detalhava onde os negros poderiam ir. Caso os negros não apresentassem o passe, eles eram sumariamente detidos. Neste dia, milhares de manifestantes caminhavam por Sharpeville para um protesto pacífico, que foi reprimido pela polícia sul-africana com arma de fogo provocando a morte de 69 pessoas e ferindo cerca de 180.

³ De acordo com VIEIRA, C. E. Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964). Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

Abdias Nascimento nasceu no início do século XX, vinte e seis anos após a abolição da escravidão no Brasil, em 14 de março de 1914, na cidade de Franca, interior do Estado de São Paulo. Descendente de negros que haviam sido escravizados, cresceu em uma família carente de recursos materiais, que, entretanto, lhe garantiu uma escolarização básica e preceitos de religiosidade católica. Com 15 anos, no ano de 1929, formou-se no curso de contabilidade e visitou a capital paulista pela primeira vez. Esta experiência foi determinante para a decisão de sair de Franca efetivada em 1930, quando alistou-se no exército como voluntário, servindo no Quartel General do Segundo Grupo de Artilharia Pesada, em Quitaúna, atual cidade de Osasco (SP).

O momento de seu alistamento coincidiu com a Revolução de 1930, quando as expectativas sobre os desdobramentos daquela situação exigiam que todos os militares permanecessem em prontidão, em caso de um provável combate. Foi apenas em 1932, na posição de Cabo da 11ª Companhia de Infantaria, que Abdias Nascimento entrou efetivamente em combate, na Revolução Constitucionalista de 1932, defendendo a causa paulista.

Entre os anos de 1933 e 1937, Abdias Nascimento envolveu-se com as ações da Frente Negra Brasileira e da Ação Integralista Brasileira, e acabou exonerado do Exército em função do envolvimento em uma briga de bar em São Paulo. Mudou-se então para o Rio de Janeiro, onde foi preso (1937-1938) e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) por fazer propaganda contra a ditadura de Vargas. A aventura como integrante do grupo de poetas *Santa Hermandad Orquidea* aconteceu entre os anos 1941 e 1943, quando seus membros percorreram os países da América do Sul. Ao voltar ao Brasil, foi preso por um ano na Penitenciária do Carandiru ainda em função da condenação do TSN que o havia julgado à revelia. No ano de 1944, fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro.

Em 1952, candidatou-se a vereador pelo Partido Social Trabalhista (PST-RJ), cujo *slogan* de campanha era “Não vote em branco, vote no preto”, mas não conseguiu se eleger. Entre os anos de 1968 e 1978, Abdias Nascimento viveu nos Estados Unidos da América, onde fortaleceu-se como ativista das questões raciais com a participação constante em congressos e conferências. Em 1983, assumiu a cadeira de Deputado Federal (PDT-RJ), sendo, segundo o Senador Paulo Paim, “o primeiro

parlamentar negro que dedicou seu mandato prioritariamente de combate contra o racismo”.

Na década seguinte, em 1991, assumiu a pasta de Secretário de Estado para a Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (SEAFRO), no Rio de Janeiro, até 1994. No período de 1997 a 1999, assumiu o mandato de senador da República, sucedendo Darcy Ribeiro. Como parlamentar, apresentou numerosas proposições, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, relacionadas à causa dos afrodescendentes, dentre as quais cabe destacar o PLS 52 (projeto de Lei do Senado), de 3 de abril de 1997, que define os crimes de prática de racismo e discriminação. Em 24 de maio de 2011, Abdias Nascimento faleceu aos 97 anos, no Rio de Janeiro, vítima de pneumonia e complicações cardíacas.

Quando do seu nascimento, o Brasil sofria um processo acelerado de transformação, que já vinha acontecendo desde as últimas três décadas do século XIX: a atividade cafeeira vinha crescendo e se tornando, desde o decênio de 1840, a grande força da economia nacional, o que em consequência dinamizou o setor exportador, que já era ligado ao mercado mundial com produtos como a borracha e a cana-de-açúcar. Foi com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) que a agricultura de exportação viveu uma prosperidade acentuada, resultando numa melhoria na infraestrutura de transportes e no incremento de atividades ligadas à exportação. A construção de ferrovias e de estradas, acompanhada da instalação de companhias de bonde, de bancos, de armazéns, eram de responsabilidade do Estado, que obtinha financiamento do império britânico. Toda essa transformação e modernidade promoveu a necessidade de incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil. Para isso foram implantadas políticas públicas baseadas na ideia de que a presença desses estrangeiros contribuiria para o branqueamento da população, servindo assim como uma estratégia para progredir e modernizar o país.

Segundo o relatório anual do Ministério da Agricultura, em 1887 foram contabilizados 723.419 escravos no país, sendo de 482.571 o número calculado na região produtora de café (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). Em contrapartida, a entrada de estrangeiros no Brasil foi expressiva. De acordo com o IBGE, entre a Abolição e o final do século XIX, mais de um milhão de imigrantes europeus chegaram ao Brasil.

Essa nova dinâmica econômica estabeleceu mudanças no mercado de trabalho e nas relações sociais, com o surgimento de uma oligarquia agrária materializada nos negócios ligados à exportação de café. Sobre a situação da economia brasileira, uma publicação de abril de 1887, na Revista Illustrada⁴, explicita as circunstâncias em que se apresentavam as relações de trabalho naquele momento:

Pelos dados do Ministério da Agricultura, calcula-se que a cifra dos 11onhece11tiza não chegue a 500 mil. Tirem-se as mulheres (50%), tirem-se os escravos das cidades, que nada produzem, e ver-se-há que o que fica para auxiliar a produção nacional é uma cifra tão irrisória, que podemos, com orgulho, 11onhece, que a 11onhece11 do nosso paiz já é devida aos livres. (Revista Illustrada, n. 457, abr, 1887.)

Portanto, o fim do regime escravocrata eximiu os senhores da responsabilidade de manutenção dos libertos que, despreparados para um novo regime de vida e trabalho, viram-se abandonados à própria sorte, senhores de si mesmos e de seus dependentes, sem dispor de meios adequados para inserção na sociedade.

Outro aspecto relevante para esta análise é o desenvolvimento de teorias raciais que pensam as desigualdades sociais a partir de fundamentos biológicos, naturalizando as diferenças. Para tanto, procurava-se explicar, fundamentando-se em uma compreensão biológica e determinista, a diferença entre negros e brancos com base em seu fenótipo. Alicerçando-se em aferição de crânios e de outras características físicas, a ciência da época construía um conceito de raça apoiada na falsa premissa da desigualdade biológica, privilegiando um grupo e deslegitimando outro. Ao mesmo tempo, disseminava-se a ideia de que a miscigenação com brancos, grupo considerado evoluído, poderia aperfeiçoar a raça brasileira e, por conseguinte, promover o desenvolvimento do país.

O temor do grupo dominante, no qual predominavam os brancos, frente à uma maioria populacional negra, com suas formas diferentes de viver, de pensar e de sentir, determinou a necessidade de homogeneizar essas diferenças por meio da construção de uma ideia da inferioridade racial. Esse movimento resultou em uma rejeição do indivíduo negro e na afirmação da supremacia do dominador,

⁴ Fundada pelo italiano Angelo Agostini, em 1876, a Revista Illustrada foi uma publicação que teve, entre os veículos de imprensa, grande impacto no Segundo Reinado do Império no Brasil. Sua relevância é comprovada pela circulação muito maior do que a média dos demais diários e semanários publicados na capital federal.

“apresentando como único padrão aceito de beleza, inteligência, bondade e perfeição, o modelo branco europeu, sua cultura, seus valores” (SILVA, 1997, p.14-15).

Esse processo de construção de uma imagem inferiorizada do negro em relação a uma imagem de superioridade do branco promovia a autorrejeição e a tentativa de aproximação com aquele que representava o modelo ideal, consequência da política de branqueamento que caracteriza, até os dias atuais, o racismo no Brasil respaldado nas ideologias raciais.

Ao mesmo tempo em que o Brasil se propõe a uma equalização das diferenças por meio da miscigenação, difunde-se, entre negros e brancos, desde aquela época, uma compreensão de que a convivência entre as raças era harmônica e pacífica. Esta perspectiva contribuía para elidir as situações discriminatórias que excluía o negro da sociedade, marginalizando-o cada vez mais para o desemprego, a fome, o analfabetismo e a pobreza, com o intuito de mantê-lo na condição de subalternidade da sociedade brasileira.

É a partir deste ponto que se pode refletir sobre as ideias de Abdias Nascimento, na posição de um homem negro, discursando como um parlamentar. Partindo-se do pressuposto de que a história do negro no Brasil não foi de passividade e apatia⁵, como se fez acreditar por muito tempo, reconhece-se a criação de formas de combate e de organização, considerando o momento histórico em que viviam os negros, escravizados e libertos, e seus descendentes. De acordo com Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006, p. 98),

as reações coletivas são as que mais se destacaram na repulsa à escravidão no Brasil. Durante toda a existência do regime escravista, os escravizados lutaram, organizando-se de diferentes modos, com os quilombos, as insurreições, as guerrilhas, as insurreições urbanas, entre outros. Podemos dizer que a escravidão sempre foi acompanhada de um forte movimento de resistência e várias revoltas tiveram a presença negra como personagem central, na luta pelo fim deste regime desumano e cruel. (MUNANGA; GOMES, 2006, 98)

Nesse sentido, compreende-se que o processo de luta do povo negro do Brasil antecede a abolição e continua até os dias de hoje, mesmo que com novos contornos. Tal afirmação faz referência à história dos movimentos sociais dos negros no Brasil, dentre eles, a Imprensa Negra Paulista (século XIX), a Frente Negra Brasileira (FNB),

⁵ MUNANGA, K.; GOMES, N. L. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.

nas quais Abdias Nascimento militou, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), este fundado por ele. Levanta-se a hipótese de que é sobre essa continuidade a que se refere o intelectual em seu discurso proferido em 1997: um movimento que dá sequência à ação abolicionista do século XIX.

O processo de colonização fez com que o povo negro fosse despojado de sua humanidade, como analisa Fanon (2008),

de um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta. (FANON, 2008, p. 104).

No inconsciente coletivo do *homo occidentalis*, o preto, ou melhor, a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome. (FANON, 2008, p. 161).

Abdias Nascimento é um homem negro, que aqui representa a história dos negros no combate à discriminação racial no Brasil. O propósito desse estudo surge do interesse em entender os mecanismos sociais que possibilitaram a ascensão social de um homem oriundo de um grupo historicamente marginalizado e segregado. Ao produzir uma análise da trajetória de um sujeito social que desempenhou um papel relevante na cena histórica brasileira e se consolidou como um intelectual, buscou-se ainda identificar as ações educativas promovidas em seu projeto do TEN, bem como da construção de conhecimentos próprios, nascidos na experiência social, entendidos nessa dissertação como uma pedagogia da militância. Pedagogia tal que não se revela estruturada em compêndios didáticos e que não se realiza no interior da escola formal e regular, mas sim no próprio movimento social, mobilizando meios e atores em torno da afirmação de comportamentos e valores. Busca-se, assim, identificar como tal conhecimento se revela ao converter sujeitos oprimidos em agentes políticos que protagonizam resistência.

Sendo assim, esta é uma análise de como se deu o que Abdias Nascimento afirma ter sido “a chama mais nova de um fogo anunciador”⁶ de sua militância pela

⁶ “[...] ali mesmo, no teatro, antes que a peça *O imperador Jones* terminasse, a chama mais nova de um fogo anunciador se acendia dentro de mim. De forma límpida e definitiva, eu decidi ali mesmo: vou para o Brasil e vou fazer teatro negro. E mais, vou começar com essa peça.” (NASCIMENTO, 2014, p. 146). Essas palavras foram ditas por Abdias Nascimento em Lima, no Peru, durante a exibição da peça em que o personagem principal era interpretado por um ator branco pintado de negro.

causa das populações negras, tomando por base as memórias expressas em biografias, confrontadas com estudos históricos, dados que foram coletados e mensurados por institutos de pesquisas, e publicações em periódicos.

Nesse sentido, busca-se a análise das memórias de Abdias Nascimento à luz dos estudos de Paul Ricoeur (2007), nos quais suas tratativas sobre o conceito de memória não são apenas enquanto matriz da história, mas também como reapropriação do passado histórico. Sendo assim, as memórias de Abdias Nascimento servem como fonte para a escrita de sua trajetória, considerando a importância delas como representações no presente sobre fenômenos passados.

Em seu livro, intitulado *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur (2007) entende a memória não só como matriz histórica, mas também como recurso de reapropriação do passado histórico, considerando-a como a recordação de um fenômeno existido, estado, e por isso tem como função o acesso a ele. Para o autor, a memória é a continuação da existência do fato memorado, e “o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história” (RICOEUR, 2007, p. 41). Nessa percepção, Ricoeur (2007) apresenta os fenômenos que, no discurso da vida cotidiana, são atribuídos à memória, afirmando que “uma ambição, uma pretensão está vinculada à memória: a de ser fiel ao passado” (RICOEUR, 2007, p. 40). Essa ambição veritativa da memória reforça sua importância “para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 40). Nesse sentido, Ricoeur (2007) afirma que a existência de falsos testemunhos só pode ser desmascarada a partir de uma instância crítica, cujo único recurso é opor aos testemunhos tachados de suspeitos, outros testemunhos reputados mais confiáveis.

A partir dessa perspectiva, a análise da trajetória de Abdias Nascimento por meio de suas memórias contribui para trazer o entendimento de suas experiências ressignificadas e reapresentadas no presente, tanto para quem entrou em contato com elas, como para o próprio intelectual.

Sobre o reconhecimento de Abdias Nascimento como intelectual, no desenvolvimento dessa pesquisa, toma-se o conceito como objeto de reflexão, uma vez que é ele quem permeia a análise e, sobretudo, define o ator principal dessa narrativa. Sendo assim, parte-se de quatro características problematizadas por Carlos

Eduardo Vieira (2011, p. 3) que pretendem compreender o comportamento público dos intelectuais, especialmente aqueles que atuaram na primeira metade do século XX no Brasil:

- 2) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual; 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; 3) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; 4) assunção da centralidade do Estado como agente político capaz de realizar as reformas sociais (VIEIRA, 2011, p. 29).

Sem a pretensão de enquadrar Abdias Nascimento nessa definição, busca-se, ao longo da análise, tencionar o personagem, a partir de suas características, em relação a pelo menos três destes quatro aspectos: a formação de uma identidade social, demonstrando, por um lado, quando ele se revela partícipe das crenças e dos comportamentos dos intelectuais da sua época e, por outro, quando ele se afasta, evidenciando modos peculiares de pensar e agir como intelectual no espaço público; o engajamento político evidenciado nos documentos autobiográficos de Abdias Nascimento, em que o sentimento de missão social está relacionado à causa da população negra; e, por fim, a elaboração e veiculação de um discurso relacionado à educação, no qual manifesta seu entendimento de que ela é um meio de luta e de formação de consciência das questões raciais.

Ao final da análise, acredita-se que, a partir da trajetória de Abdias Nascimento, será possível contribuir com essa discussão sobre a ação e o papel dos intelectuais no espaço público.

O Teatro Experimental o Negro (TEN), com o qual Abdias Nascimento inaugurou o enegrecimento dos palcos revelando atrizes e atores negros, é o projeto artístico, político e pedagógico mais conhecido na trajetória desse intelectual. Entretanto, sua produção extrapola as artes cênicas e expande-se para o terreno das artes visuais e literárias. Abdias Nascimento produziu suas obras, entre pinturas e poesias, dentro da temática afro-religiosa, com menção aos orixás, com fins à conscientização e à humanização de um estrato marginalizado da sociedade. Além disso, suas produções reafirmavam o seu compromisso com a criação de imagens alinhadas à herança cultural africana no Brasil e à valorização dessas raízes. Na continuidade de ações de fortalecimento de uma consciência política por meio do

exercício artístico, Abdias Nascimento propôs a criação do Museu de Arte Negra (MAN) e realizou um concurso de artes plásticas com o tema do Cristo negro.

A aproximação de Abdias Nascimento com as artes plásticas foi intensificada no seu deslocamento para os Estados Unidos, quando buscou o auto-exílio no período da ditadura civil-militar, instalada no país a partir de 1964. No final da década de 1960, passou a integrar o meio acadêmico norte-americano, aproveitando as ações dessas instituições que buscavam aproximar e ampliar o seu campo de influências no meio cultural e artístico na América Latina, como intercâmbios, concessão de bolsas de estudo, apoio a eventos literários, artísticos e culturais⁷. Assim, em 1968 Abdias Nascimento conseguiu uma bolsa de estudos pela *Fairfield Foundation*⁸, em Nova Iorque, onde estabeleceu contato com intelectuais e militantes do movimento negro norte-americanos.

Nos Estados Unidos, morou com Ann Bagley e seu marido em Nova York, a convite da amiga e onde Abdias Nascimento começou a pintar aproveitando as sobras de tintas da anfitriã, que era artista plástica (NASCIMENTO, 2014, p.207). Um de seus trabalhos foi adquirido em 1969 por um Departamento da Columbia University no valor de mil dólares e, a partir de então, sua produção artística e suas atividades (como professor visitante ou palestrante) se amplificaram em departamentos de cultura latino-americana e espaços, como galerias e museus, voltados à cultura negra.

Para o filósofo francês, Julien Benda, o que deve ser considerado a respeito da reflexão sobre os intelectuais “é a ação que exerceram no mundo e não o que eles foram na sua essência. [...] Nosso objeto de estudo não é o intelectual enquanto tal, mas enquanto ele passa por sê-lo e age sobre o mundo graças a essa insígnia.” (BENDA, 1999, p. 69-70).

Pensando o intelectual como um agente social coletivo, faz-se necessário compreender esse mesmo personagem dentro deste conceito, percebendo suas ações e comportamentos, e o quanto são produto de constrangimentos e/ou de liberdades. Assim, este estudo propõe a análise da trajetória de Abdias Nascimento –

⁷ JAREMTCHUK, D. Arte, política e geopolítica nos anos 1960. *MODOS*. Revista de História da Arte. Campinas, v. 1, n.2, p. 47-57, mai. 2017. Disponível em: <<http://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/mod/article/view/758>>; DOI: <https://doi.org/10.24978/mod.v1i2.758>

⁸ Segundo Frances Stonor Saunders (2008), a *Fairfield Foundation*, criada em 30 de janeiro de 1952, era uma das inúmeras fundações de fachada que serviam para encobrir atividades da Central Intelligence Agency (CIA), especificamente o patrocínio do governo norte-americano ao Congresso pela Liberdade Cultural.

reconhecido por seus admiradores como intelectual engajado nas ações libertárias dos negros em âmbito mundial –, num determinado tempo histórico e social, considerando as posições que assumiu, de prestígio ou não, de suas escolhas individuais e das que dependeram do meio no qual estava inserido.

O recorte temporal proposto para este estudo (1930-1944) justifica-se por tratar-se do período em que Abdias Nascimento toma a posição pelo engajamento público, pela ação em torno da causa do movimento negro. O período posterior revela o personagem consolidado na sua trajetória política, de modo que não revela interesse específico para essa pesquisa, já que a dedicação se deu, como já foi mencionado anteriormente, pela análise das circunstâncias que incidem sobre o momento do engajamento dos intelectuais, ou seja, sobre o processo de ultrapassagem da linha que separa o espaço privado do sábio para o momento público do intelectual. O estudo se inicia com o alistamento de Abdias Nascimento no Exército em 1930, aos 16 anos, como voluntário. Foi nesse período que o jovem Abdias Nascimento conheceu e envolveu-se com movimentos da Frente Negra Brasileira e do Integralismo. A delimitação do recorte temporal até 1944 justifica-se pela fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN) pelo próprio Abdias Nascimento, através do qual ele vive e promove uma intensa atuação político-social “(...) que fundamentalmente propunha-se a resgatar, no Brasil, os valores da cultura negro-africana degradados e negados pela violência da cultura branco-europeia; propunha-se a valorização social do negro através da educação, da cultura e da arte. (...)” (NASCIMENTO, 1968, p. 198).

Por meio de convenções, conferências, congressos e seminários, constituiu-se uma rede de sociabilidade que propiciou a continuidade de seu projeto e o constituiu como intelectual. Julga-se relevante sinalizar que a delimitação temporal definida para esta pesquisa não impede que se recue ou se avance no tempo em busca de compreensão dos contextos históricos, ou mesmo de percepções sobre os alcances que as ações do sujeito aqui investigado tiveram.

Dentre elas, faz-se relevante citar a tese elaborada pelo intelectual e apresentada no 2º Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado no Panamá, no ano de 1980. Trata-se do que Abdias Nascimento denominou Quilombismo, uma

proposta de (re) organização social com base na *práxis* afro-brasileira⁹ dos quilombos. Para o intelectual, considerando que o colonialismo impôs um processo de separação das populações negras na diáspora africana, o Quilombismo se apresenta como um projeto de unidade pan-africana na busca por superar a supremacia do grupo branco dominante por meio do desenvolvimento da autossuficiência e emancipação do povo negro. Diferentemente da compreensão de isolamento, o desenvolvimento desses aspectos possibilita a reafirmação de humanidade, a existência de ser (NASCIMENTO, 2009, p. 202) que foi negada ao negro no colonialismo. De acordo com Abdias Nascimento,

precisamos e devemos codificar nossa experiência por nós mesmos, conhecê-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas, conforme a perspectiva exclusiva dos interesses da população negra e de sua respectiva visão de futuro. Esta se apresenta como a tarefa da atual geração afro-brasileira: edificar a ciência histórico-humanista do quilombismo.

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico. Os precedentes históricos conhecidos confirmam esta colocação. Como sistema econômico o quilombismo tem sido a adequação ao meio brasileiro do comunitarismo ou ujamaísmo da tradição africana. Em tal sistema as relações de produção diferem basicamente daquelas prevalentes na economia espoliativa do trabalho, chamada capitalismo, fundada na razão do lucro a qualquer custo. Compasso e ritmo do quilombismo se conjugam aos mecanismos operativos, articulando os diversos níveis de uma vida coletiva cuja dialética interação propõe e assegura a realização completa do ser humano. (...) Todos os fatores e elementos básicos são de propriedade e uso coletivo. Uma sociedade criativa, no seio da qual o trabalho é antes uma forma de libertação humana que o cidadão desfruta como um direito e uma obrigação social. (NASCIMENTO, 2009, pp. 204-205).

Nesse sentido, o Quilombismo de Abdias Nascimento propõe uma mobilização política da população afrodescendente nas Américas com base na sua própria experiência histórica e cultural, corroborando com a constituição do intelectual com a qual essa pesquisa se preocupa em analisar.

Na sua continuidade, o trabalho desdobra-se em três capítulos com os quais se pretende expor, na trajetória de Abdias Nascimento, a situação do negro em uma sociedade segregacionista, e como ele constitui-se como um agente social. No

⁹ NASCIMENTO, A. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. Coleção Sankofa, vol. 4. Elisa Larkin Nascimento (org.).

primeiro capítulo, intenciona-se contextualizar o percurso de Abdias Nascimento analisando elementos históricos que possibilitem compreender, com base nas obras de Florestan Fernandes (1972) e Nei Lopes (2006), sua constituição entre o social e o individual no Brasil pré e pós-abolição. Para isso, principia-se pela história de Franca, no interior do estado de São Paulo, onde ele nasceu, referenciando-se na tese de doutoramento de Pedro Geral do Tosi (1998), intitulada “*Capitais no interior: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*”.

Para compreender como se dava a inclusão de alunos negros nas escolas primárias nas primeiras décadas do século XX, toma-se como referência a dissertação de mestrado de Surya Aaronovich Pombo de Barros (2005), intitulada “*Negrinhos que por ahí andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*”, bem como alguns textos da obra “A História da Educação dos Negros no Brasil”, organizados pela mesma autora em parceria com Marcus Vinícius Fonseca (2016).

A proposta para o segundo capítulo diz respeito a saída de Franca em busca de outras experiências, incluindo as atividades de engajamento, iniciadas dentro do serviço militar, que se expandem para vínculos com a Frente Negra Brasileira (FNB) e a Ação Integralista Brasileira (AIB) – entidades de caráter nacionalista da década de 1930 –, envolvido, segundo o intelectual, pela defesa de interesses nacionalistas e preocupação com ameaças imperialistas. Há ainda a análise da constituição de uma imprensa negra paulista liderada por intelectuais negros, que promoveu ações de inserção das populações negras na sociedade da capital paulista. Além de um instrumento organizador e de manifestação do pensamento negro da época, a Imprensa Negra Paulista representou um movimento de educação e protesto para a população negra da capital de São Paulo. As pesquisas de mestrado de Laiana Lannes de Oliveira (2002), “A Frente Negra Brasileira: Política e Questão Racial nos anos 1930”, e de Ricardo Ramos Sales (2014), “A Imprensa Negra Paulista e a educação: um movimento de resistência?”, aliadas às obras de Clóvis Moura (1992), Florestan Fernandes (1972), Kabengele Munanga/Nilma Lino Gomes (2006) e Flávio Gomes (2005) constituem contribuições significativas nesse capítulo.

Por fim, o terceiro capítulo busca analisar a experiência de Abdias Nascimento na cidade do Rio de Janeiro, e a aventura em que se lançou com outros amigos viajando, sem recursos, por alguns países da América do Sul. As experiências vivenciadas por Abdias Nascimento o enveredaram para novos caminhos nas artes

cênicas. Tais acontecimentos servirão para a compreensão desse momento de tomada de posição em relação ao engajamento na esfera pública, condição que marcará a trajetória de Abdias Nascimento nos anos de maturidade. Neste espaço também será problematizada a noção de pedagogia de militância, entendida como um projeto de formação produzido na experiência social, que não conta com uma sistematização teórica prévia, mas que produz efeitos sobre as ideias e as práticas daqueles que se vinculam direta ou indiretamente ao movimento social. A obra de Nilma Lino Gomes (2017), “O Movimento Negro educador”, compõe esse capítulo como importante fonte de interlocução.

Para tanto, pretende-se o uso analítico e crítico de uma variedade diversificada de fontes: livros (incluindo os escritos por Abdias Nascimento), artigos de jornais e revistas, entrevistas, depoimentos, discursos, manuscritos pessoais e biografias. Para a elaboração deste trabalho, o mapeamento, a seleção e a coleta de grande parcela das fontes primárias se deu por meio de uma busca pessoal no acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), no Rio de Janeiro, como também no acervo da hemeroteca digital e de periódicos microfilmados disponibilizados pela professora Dr^a. Miriam Nicolau Ferrara no portal USP – Imprensa Negra Paulista. O acesso a outras fontes, de caráter secundário, foi possível através de artigos, dissertações e teses já realizadas por outros pesquisadores. A viabilidade de operação com as fontes biográficas se justifica pela compreensão de que elas trazem rastros significativos das experiências de vida, e que podem se tornar pontos de referência para o estudo histórico do recorte temporal definido (1930-1944), tendo como premissa a necessidade de submetê-la “ao crivo da crítica e ao confronto com outras evidências” (MOTTA, 2013, p. 62).

Vale salientar que a presente pesquisa visa também contribuir para evidenciar o protagonismo de intelectuais negros, refletindo sobre experiências e retirando da obscuridade e do silenciamento sujeitos negados por uma sociedade que ainda não descolonizou seu modo de pensar as relações raciais, e que, em grande medida, mantém modos de pensar e agir próprios do período escravista.

1. EM FRANCA, O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA

“Não sei se foi felicidade, ou infelicidade, eu ter nascido numa época tão tumultuada. Havia ainda o rescaldo das lutas abolicionistas, e a grande massa de africanos escravizados não tinha tido tempo de tomar pé das suas próprias vidas. Estavam eles, por assim dizer, perambulando pelas cidades e até pelos campos. Isso afetava todas as famílias. Ao mesmo tempo, foi também a época, o ano em que estourou a Primeira Guerra Mundial; este fato perturbou todas as nações e a nós também, mesmo lá no interior, no estado de São Paulo. Em Franca, onde eu nasci, a gente sentia as influências desses fatos marcantes.”

(Abdias Nascimento)

A epígrafe acima tem como função apresentar a memória de Abdias Nascimento a respeito de sua cidade natal naquele início do século XX, mas também sinaliza para um contexto nacional e mundial que não pode ser desprezado. Partindo, então, dessa memória, intenciona-se primeiramente apontar alguns elementos que auxiliem a compreensão do contexto histórico da infância e da juventude do intelectual.

Partindo de sua cidade natal, o que se via em Franca era o mesmo fenômeno de outras regiões do estado de São Paulo e do Brasil: a presença de negros e negras, filhos e netos de ex-escravos numa posição de marginalidade na sociedade brasileira, realidade histórica imposta pela abolição. De acordo com Fernandes (2008),

a desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto onhece-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. (FERNANDES, 2008. P. 29)

Na época de seu nascimento, 14 de março de 1914, havia se passado pouco mais de duas décadas e meia desde o fim da escravidão.

Segundo Caio Prado Júnior (1997), o Brasil se constituiu, desde o período colonial, em uma economia voltada exclusivamente para produção e comercialização de produtos primários (agrícolas ou minerais) e, para essa finalidade, constituiu-se uma estrutura econômico-social assentada na grande propriedade rural e na mão-de-obra escrava.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fosse o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas e negros importados. (PRADO JÚNIOR; 1997, p. 31-32).

Nessa perspectiva, pode-se analisar que a presença marcante do passado colonial em todas as dimensões (geográfica, econômica, social e política) do Brasil de 1942, compreendido por Prado Júnior como o Brasil contemporâneo, corresponde à memória relatada por Abdias Nascimento. Para o historiador, a evolução do povoamento no Brasil ocorre com o desenvolvimento de cada ciclo econômico, entre o litoral e o interior, refletindo a mobilidade da população e o caráter da colonização: o aproveitamento de conjunturas favoráveis, visando um mercado exterior e longínquo.

É nesse contexto que se insere a origem histórica da cidade de Franca, São Paulo. Com o nome de “Sertão do Capim Mimoso”, a região entre os rios Sapucaí e Pardo surge com os bandeirantes, nos caminhos reais construídos por Anhanguera, na exploração do ouro pelo interior do país, que ligavam a cidade de São Paulo às minas de ouro de Goiás. No caminho de bandeirantes, garimpeiros, criadores de gado e caçadores de índios surgem diversos pousos, locais de descanso para os tropeiros e animais de carga.

No início do século XIX, com a decadência da mineração de Minas Gerais, esgotando o ouro de aluvião dos córregos, a procura por outra atividade alimenta a região com um fluxo populacional de grandes proporções. A atividade pastoril tornou a região um ponto de confluência de homens e rebanhos do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo, principais mercados ao sul do país¹⁰. Desta forma, mineiros principalmente do Sul de Minas e os goianos do Sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro) vinham criar o gado e plantar suas lavouras. Assim nasce, em 1805, a Freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Franca, no Sertão do Rio Pardo,

¹⁰ *Capitais no interior: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Tese de doutoramento de Pedro Geraldo Tosi, apresentada na Universidade Estadual de Campinas, em 1998.

pertencente a Vila de Mogi Mirim, fundada por migrantes mineiros que ergueram suas casas em volta da igreja, formando o que seria o primeiro núcleo urbano da região.

Em 1824, o imperador Dom João instala ali a “Vila Franca Del Rey”. Após a conquista da independência do Brasil, passa a se chamar “Vila Franca do Imperador”, em homenagem a D. Pedro I do Brasil. Em 1856, Franca é elevada à categoria de município.

Na segunda metade do século XIX, as plantações de café espalharam-se pelo Estado de São Paulo, e Franca integrou-se a este ciclo com a construção da Estrada de Ferro Mogiana. A vinda de muitos imigrantes europeus, principalmente italianos, muda o panorama urbano da cidade e introduz novas referências culturais. No ano de 1920, a população de Franca foi contabilizada em 44.308 habitantes, dos quais 6.193 seriam de imigrantes que teriam entrado no Brasil para aumentar a disponibilidade de mão-de-obra para a lavoura, especialmente a cafeeira¹¹ (TOSI, 1998). Tais políticas migratórias foram concebidas como estratégias para minorar sua presença, em termos populacionais, na nação brasileira, promovendo a segregação e a exclusão social da população negra.

O projeto de embranquecimento da nação tem início, pelo menos, desde a abolição da escravidão (LOPES, 2006. P. 221). Em sua análise, Nascimento (1978) afirma que o crime de violação praticado contra a mulher negra através das gerações foi um dos recursos de branquificação sistemática do povo brasileiro utilizado pelos brancos da sociedade dominante:

O processo de mulatização, apoiado na exploração sexual da negra, retrata um fenômeno de puro e simples genocídio¹². Com o crescimento da população mulata a raça negra está desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. E isto foi recebido com

¹¹ De acordo com Tosi, “os imigrantes oriundos da Península Itálica e da Espanha foram os que melhor se adequaram ao trabalho sob o regime do colonato; na Franca da década de 1920, eles representavam, respectivamente, 44,8 e 38,5% dos imigrantes, identificaram-se a uma condição de trabalho que trazia a miragem do acesso à terra.”

¹² Em seu livro, “O genocídio do negro”, Abdias Nascimento apresenta dois conceitos para o termo. Um de referência em Webster’s Third New International Dictionary of the English Language, Massachusetts (1997): “o uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimentos), calculadas para a exterminação de um grupo racial, político ou cultura, ou para destruir a língua, a religião, ou a cultura de um grupo”. O outro, do Dicionário Escolar do Professor, organizado por Francisco Silveira Bueno (1963): “recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos. Ex.: perseguição hitlerista aos judeus segregação racial, etc.”.

elogios calorosos e grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante. (NASCIMENTO, 1978. P. 69-70).

Ao mesmo tempo, desenvolvia-se no Brasil um processo de desvalorização do negro, de suas tradições, de seu modo de ver o mundo e de agir perante ele. Sob o ponto de vista do grupo dominante, majoritariamente branco, o valor permanecia no modo de ser de origem europeia, ou seja, as ideias, os padrões estéticos, as atividades científicas e a economia mantinham a Europa como um ponto de referência obrigatório (LOPES, 2006. P. 221).

Sem distanciarem-se disso, no século XIX, muitos cientistas procuravam provar que o europeu branco representava uma raça biologicamente superior. O escritor Silvio Romero, em sua obra “História da literatura brasileira”, publicada em 1888, afirma:

Destarte, podemos, à luz dos fatos e da ciência, concluir: o incorporamento direto do índio e do negro entre nós foi conveniente para garantir o trabalho indispensável à produção da vida econômica do povo novo que se ia formar; e o mestiçamento deles com o europeu foi vantajoso: a) para a formação de uma população aclimada ao novo meio; b) para favorecer a civilização das duas raças menos avançadas; c) para preparar a possível unidade da geração futura, que jamais se daria, se os três povos permanecessem isolados em face um do outro sem se cruzarem; d) para desenvolver as faculdades estéticas da imaginativa e do sentimento, fato real no próprio antigo continente, como o demonstrou o ilustre *Gobineau*¹³.

Manda a verdade, porém, afirmar que essa almejada unidade, só possível pelo mestiçamento, só se realizará em futuro mais ou menos remoto; pois será mister que se deem poucos cruzamentos dos dois povos inferiores entre si, produzindo-se assim a natural diminuição deste, e se deem, ao contrário, em escala cada vez maior com indivíduos da raça branca. (ROMERO, 2013, p. 328)

Esse pensamento, historicamente determinado, foi amplamente disseminado pelas elites dominantes em um esforço de associar ideias de branqueamento do povo brasileiro à criação de uma nação civilizada. O início dos debates sobre uma política imigratória para o Brasil pode ser percebido, pelo menos desde o século XIX¹⁴, com base em teorias que incentivavam a imigração de europeus e renegavam os negros. A promoção de uma imigração maciçamente branca e europeia partia da falsa

¹³ Conde de Gobineau, Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas (*Essai sur l'inégalité des races humaines, passim*). Trata-se de uma publicação do conde Arthur de Gobineau realizada parcialmente em 1853, visando estabelecer as supostas diferenças que separam as raças humanas.

¹⁴ SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

premissa do modelo do branco como agente eficaz para o desenvolvimento do país, em relação ao negro preguiçoso e mau trabalhador (LOPES, 2006. P. 227). Importante destacar que a ênfase dada à preguiça do negro compunha os mecanismos que a classe dominante usava para justificar a sua política de branqueamento e de dominação (CHALHOUB, 2001. P. 80).

De acordo com Nascimento (1978), a política imigratória objetivava a “erradicação da mancha negra na população brasileira” por meio do sangue europeu.

A predominantemente racista orientação da política imigratória foi outro instrumento básico 25onhe processo de embranquecer o país. A assunção prevaescente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue negro-africano. Necessitava, conforme a receita de Arthur de Gobineau (1816-1882), influente diplomata e escritor francês, ‘fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos das raças europeias’. Gobineau predisse que dentro de dois séculos a raça negra desapareceria completamente. (NASCIMENTO, 1978. P.70 – 71)

Antes da abolição, os escravocratas utilizaram-se da estratégia de oferecer a liberdade aos negros escravizados que se alistassem no serviço militar. Para Abdias Nascimento (1978, p. 65) “não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo”.

A covardia de tal processo de conscrição se demonstrava revoltante através do comportamento dos filhos do senhor branco: quando convocados para servir o exército, enviavam em seu lugar o escravo, preferindo arriscar a vida negra antes que a sua própria vida branca.

Esta técnica de substituir sangue português/brasileiro por sangue africano nos campos de batalha verifica-se tanto na guerra de expulsão dos holandeses em Pernambuco, no século XVII, como na guerra contra o Paraguai, em 1865-70. (NASCIMENTO, 1978, p. 65-66)

Para além dos dados abordados até esta etapa da pesquisa que evidenciam a crueldade do processo escravagista, outro fator que se agrega à compreensão do contexto histórico brasileiro em relação à população negra no início do século XX, é uma reflexão de Abdias Nascimento sobre ter sido “felicidade ou infelicidade ter nascido em época tão tumultuada”. Ele se refere a 1914, ano que eclodiu a Primeira Guerra Mundial na Europa (1914-1918) e os efeitos que o conflito gerou nas capitais e no interior do país.

Conforme já citado anteriormente, no final do século XIX, Franca, assim como boa parte das cidades do interior paulista e mineiro, havia se tornado um importante centro cafeicultor. Porém, o conflito mundial afetou a negociação com importantes

mercados consumidores. Além da Inglaterra e da França, o Brasil mantinha relações bastante intensas com a Alemanha, que era seu principal parceiro comercial e forte referência de organização militar. Desde a ascensão do Marechal Hermes da Fonseca ao Ministério da Guerra, em 1906, o Exército brasileiro promovia, inclusive, o envio de jovens oficiais para servirem no Exército alemão. Com o conflito deflagrado entre as forças aliadas da chamada Tríplice *Entente* (Grã-Bretanha, Rússia, Japão e a República da França) contra as forças da Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria, Hungria, o império Turco-Otomano e Itália), o Brasil optou pela neutralidade. Como consequência, o governo brasileiro sofreu uma série de restrições comerciais. Uma delas impedia o comércio internacional com as empresas dos países neutros que mantinham alguma relação com a Alemanha. Essa ação gerou implicações que afetaram negativamente a economia brasileira do período, como a crise dos transportes marítimos por exemplo. A falta crescente de navios de comércio e os riscos da navegação para o exterior dificultaram a exportação do café, limitando seus mercados consumidores. A referência feita por Abdias Nascimento aos fatos marcantes que o conflito mundial fez reverberar até no interior de São Paulo pode ser observada no artigo publicado no jornal O Combate (SP), de 09 de julho de 1917:

Diz ser conhecida a situação de S. Paulo, que se acha às portas da fallencia, a União não for em soccorro directo do café, seu primacial produto e causa única do mal que 26onhe o povo paulista e da desgraçada condição em que se encontra o lavrador honrado.

Fácil se torna ao senhor Wenceslau Braz agir com segurança. O governo federal não deverá entregar dinheiro ao governo do Estado, mas sim ao presidente do Banco do Brasil que aplique na compra do café uma parte da emissão e determinar a 26onhece do Lloyd Brasileiro que ponha á disposição dos exportadores o maior número de vapores possível.

É isso o que se tem de fazer para escorraçar as ratazanas paulistas e tornar o negocio vantajoso aos produtores, ao commercio e ao próprio governo (O Combate, 09 de julho de 1917).

As dificuldades que a situação de guerra impôs aos cafeicultores expressam o momento de crise econômica no qual Abdias Nascimento nasceu: uma imensa dificuldade financeira que atingiu as fazendas paulistas produtoras de café, inclusive a economia da cidade de Franca, e, conseqüentemente, permitindo uma percepção do impacto nas vidas de seus habitantes.

Aliada a esse contexto, permanecia uma estrutura social vigente que impunha aos ex-escravos e seus descendentes um “desajustamento”, ou melhor, mantendo-os em uma sociedade que não foi organizada para torná-los como iguais,

ao contrário, para participar desse mundo, o negro e o mulato se viram compelidos a se identificar com o *branqueamento* psico-social e moral. Tiveram de sair de sua pele, simulando a condição humana-padrão do ‘mundo dos brancos’. (FERNANDES, 1972. P. 15)

A análise de Fernandes (1972), possibilita outra perspectiva para o depoimento de Abdias Nascimento, já na maturidade, quando atribui a si e aos seus pais e avós, a condição de exilados de nascença¹⁵.

Nasci no exílio. Meu exílio não começou em 1968 ou 1964, nem em momento algum dos meus 92 anos de vida. Hoje, mais do que nunca, compreendo que nasci exilado, de pais que também nasceram no exílio, descendente de gente africana trazida à força para as Américas. (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.30)

Além de entender que Abdias Nascimento possa estar se referindo à sua identificação com o continente africano, considerando que esta declaração acontece quando ele já possui uma trajetória de militância pela causa negra constituída, arrisca-se apresentar uma nova interpretação, dessa vez relacionada ao fato de o negro não ser partícipe da estrutura social elaborada pelo e para o grupo branco dominante. As lembranças de Abdias Nascimento expressam como a família Ferreira do Nascimento experienciou e compôs essa realidade histórica.

¹⁵ Em 1968, Abdias Nascimento buscou exílio nos Estados Unidos temendo a repressão intensa instituída pelo AI5. O auto-exílio, além de uma estratégia de sobrevivência, se configurou para Abdias Nascimento em um meio de extensão de luta contra o racismo no Brasil. Durante os 13 anos que permaneceu fora do Brasil, constituiu uma rede de sociabilidade, tanto com movimentos de resistência afro-americanos, como os Panteras Negras, quanto trilhando uma vida acadêmica em instituições norte-americanas de pesquisa, como Fairfield Foundation.

1.1. Os laços e os lastros da família Ferreira do Nascimento

Abdias Nascimento nasceu no dia 14 de março do ano de 1914 na cidade de Franca, interior de São Paulo. É o segundo dos sete filhos do casal José Ferreira do Nascimento (Seu Bem Bem) e Georgina Ferreira do Nascimento (Dona Josina). O pai, oriundo no município mineiro de Formiga, cidade vizinha de Franca, fora sapateiro na fase artesanal da indústria coureira da região. A mãe, natural de Uberabinha – cidade mineira que mais tarde se tornaria Uberlândia – era cozinheira, doceira, costureira, ama de leite e, de acordo com Abdias Nascimento, detinha um grande conhecimento sobre ervas medicinais. As avós, Dona Ismênia (avó paterna) e Dona Francelina (avó materna), foram escravas nas fazendas da região.

A importação de negros escravizados para o Brasil foi motivada basicamente pela exploração econômica representada pelo lucro, relegando-os a uma função específica na sociedade, servir como força de trabalho. A escravidão, enquanto relação social de produção, determinava claramente o lugar dos elementos que compunham a sociedade daquele período, ditando a subalternização da pessoa negra¹⁶. Às mulheres negras escravizadas, entretanto, essa posição ainda era inferior ao do homem negro escravizado, conformando a estruturação patriarcal e hierárquica da sociedade. Era comum a existência de negras escravizadas desempenhando o mesmo trabalho braçal que os homens negros nas lavouras de café e açúcar. Entretanto, os afazeres domésticos eram a principal atividade imposta a elas, configurando-se, no pós-abolição, uma via de acesso ao mercado de trabalho. Dentro da casa grande, a organização do trabalho dividia-se por tarefas, havia as negras cozinheiras, as responsáveis pela arrumação doméstica, as que cuidavam dos filhos das senhas, como amas de leite e, ainda, as que serviam de bem sexual do senhor.

Considerando que o Brasil foi colonizado à luz da estrutura europeia patriarcal de família, não havia nenhuma previsão de relacionar os negros à constituição e/ou continuidade no quadro familiar organizado naquela sociedade. À mulher negra,

¹⁶ O emprego da palavra “subalternização” nesse capítulo se deu com base na pesquisa de Alecsandro José Prudêncio Ratts, *Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras*, publicado no XXVII Encontro Anual da ANPOCS.

entretanto, coube pagar o preço da herança por meio da exploração sexual pelo senhor escravocrata.

Neste sentido, propõe-se, neste momento, uma breve reflexão sobre a história das avós de Abdias Nascimento.

Segundo a filósofa estadunidense, Angela Davis, a opressão sistemática a que as mulheres negras estavam submetidas era intensificada pelo estupro:

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (DAVIS, 2016. P. 20).

A história da avó paterna de Abdias Nascimento reflete este contexto. Dona Ismênia foi trazida da África para ser escravizada no Brasil e fora violentada por um português na cidade de Formiga, Minas Gerais. O pai de Abdias Nascimento, Seu Bem Bem, é expressão dessa violência, comum numa sociedade marcada pelas teorias do determinismo racial, em que o destino das crianças “pardas” era o do não reconhecimento paterno, do sentimento de vergonha e de humilhação de ser um ilegítimo. Para Abdias Nascimento,

originalmente o produto do estupro da mulher africana pelo português – o mulato – e bastardo, resulta de espúria união marital: a concubinação e/ou a prostituição da mulher negra e da mulata. (NASCIMENTO, 1978. P. 62)

Para a solução 29onhe grande problema – a ameaça da “mancha negra” – já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardavasco, o homem-de-côr, o fusco, mencionados anteriormente. O crime de violação cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou como prática normal através das gerações. (NASCIMENTO, 1978. P. 92)

O caso da avó materna, Dona Francelina, exemplifica outra circunstância histórica vivenciada pela família Nascimento. Escravizada na região de Uberabinha (atual Uberlândia), e diagnosticada como “doida” por, possivelmente, não ter se adaptado à mudança, junto com seus senhores, para a cidade de Franca, foi internada no hospital e colônia agrícola, chamado Juquery. A instituição, localizada em Franco da Rocha, região metropolitana de São Paulo, era um exemplo de um conjunto de políticas implantadas por meio de técnicas como a medicina social e a engenharia

sanitária. Tais políticas visavam a higienização do meio social, afastando do convívio os indivíduos considerados com vícios morais e físicos.

Depois da abolição da escravatura, “a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se educar e de se transformar para corresponder aos novos padrões de ser humano” (FERNANDES, 2008, p. 35). O ajustamento, ou desajustamento, a este novo estilo de vida econômica, social e política resultou em permanência de muitos libertos nas fazendas nas mesmas condições de escravidão, ou na mudança das senzalas para as ruas das cidades, “procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de ‘homem livre’”. (FERNANDES, 2008, p. 44). A população negra nas ruas causava mal-estar para uma sociedade com aspirações republicanas no projeto da nação que progredia. Os negros eram considerados degenerados, muito atrasados no processo da evolução, o que se configurava um desvio doentio em relação à humanidade, e na condição racial transmitida hereditariamente, colocavam em risco os ideais dos dirigentes do país. Para tanto, deu-se início a construção de políticas brasileiras destinadas a purificar e a higienizar o meio social. Nos primeiros anos do século XX, a ideia de que as epidemias brasileiras eram culpa do negro estava presente no debate da elite intelectual da época, que defendia a eugenia como uma forma de higiene social.

De acordo com Schwarcz (1993, p. 60), o termo eugenia foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton e converteu-se em um movimento científico e social que, com base em argumentos médicos, serviu como forma de controle das populações. Ainda segundo a historiadora, tratava-se de uma prática avançada de seleção social, que tinha como objetivo interferir na reprodução das populações, visando um equilíbrio genético. O movimento eugênico, de âmbito internacional, apregoava a concepção de que a ideia de saúde estava intimamente ligada à questão da boa aparência e da eficiência para o mercado. No início do século XX, as ideias eugenistas consolidavam-se na sociedade brasileira, lideradas pelo médico Renato Kehl, que seguia acompanhado por um grupo de intelectuais como Monteiro Lobato, Belisário Penna, Octavio Domingues, Oliveira Vianna e Roquette Pinto.

O jornal Correio Paulistano, de 13 de maio de 1918, publicou a notícia da primeira conferência pública da Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada pelo Dr.

Renato Kehl no mesmo ano, na qual o Dr. Rubião Meira, da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi o primeiro palestrante. Segundo o periódico, o objetivo da série de conferências públicas visava tanto a divulgação da nova doutrina científica, quanto o saneamento da população, indicando os males e os meios de 31onhece-los. O evento contou com a participação da equipe diretiva da Sociedade Eugênica; um representante da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública; médicos renomados, como o Dr. Almeida Prado; o presidente do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz; representantes da Liga Nacionalista; a diretoria da Escola Politécnica; alunos das escolas superiores; representantes da imprensa e de numerosas famílias influentes. Em seu discurso, o Dr. Rubião evidencia a necessidade de unir forças para o reerguimento da nacionalidade por meio do aperfeiçoamento da raça:

O máximo objetivo, senhores que nos reúne sob o tecto auspicioso, desta agremiação, que hoje lança o seu primeiro brado de comando e inicia a arregimentação de suas forças, é o aperfeiçoamento de nossa raça; a cultura aprimorada de nossa gente, o levantamento de nossas energias futuras, a constituição de um povo forte e valentemente argamassado na sua organização 31onhece31 de um povo sadio, esbelto, sacudido, liberto de sobrecargas hereditárias e imune de taras malsãs. [...] De todos os pontos do Brasil se levantam os protestos contra a incúria em que temos vivido a tratar de outras cousas sem valor para o reerguimento de nossa nacionalidade, deixando de lado esse problema, que, aliás, deverá ser sempre a mira única de nossos trabalhos, a aspiração maior de nossos esforços. [...] E aqui por isso estamos nós, olhos fitos em futuro próximo concorrendo também com a nossa pedra para o exaltamento desse edifício moral, cuja majestade deslumbrará, certamente, as vistas do universo” (Correio Paulistano, 03/05/1918).

A partir da segunda metade do século XIX, a construção de teorias sobre a relação entre raça e alienação mental, tendo o problema do negro no Brasil como uma questão científica, se consolida com a teoria da degenerescência. A inferioridade racial do negro, com relação ao branco, era indiscutível; assim sendo, eram, os negros, considerados indivíduos desequilibrados, degenerados e de baixo intelecto.

Neste contexto, a avó materna de Abdias Nascimento foi submetida às técnicas e políticas de diagnóstico e a um tratamento psiquiátrico que se baseavam nessas teorias que relacionavam a instabilidade psicológica à propensão para a criminalidade, o que correspondia a sua posição de negra, com degenerescência nata, um desvio doentio de sua condição racial em relação ao padrão de normalidade definido por um grupo social dominante.

Outro aspecto histórico que diz respeito às populações negras no Brasil pós abolição, também é identificado na história da família Nascimento. A mãe de Abdias Nascimento, Dona Josina (como era chamada), tinha três irmãos e todos os quatro tinham uma casa em Franca. Em alguns depoimentos, Abdias Nascimento faz referência à história de uma herança recebida por sua mãe e seus tios de antigos senhores de engenho de Uberabinha, mas que, com a mudança para Franca ficou difícil administrar. A transferência de bens móveis e imóveis feita por alguns senhores a famílias ou indivíduos que lhes haviam servido no período da escravidão era um fato comum, mas a manutenção dessas posses era inviabilizada pelas condições de subalternização marcadas pela falta de recurso e de documentação jurídica dessas propriedades. Dona Josina e seus irmãos exemplificam esse processo de desapossamento da população negra.

Quanto à profissão religiosa, a família Nascimento era cristã católica. Abdias Nascimento e seus irmãos receberam toda uma formação católica tradicional: aulas de catecismo e primeira comunhão. O pai era um católico praticante e idealizava um filho sacerdote. Muito mais tarde, já na idade adulta, Abdias Nascimento realiza, sem sucesso, tentativas de ingresso em duas congregações religiosas. Em suas memórias, Nascimento relata que, na cidade de Franca, “os negros eram todos católicos, ou, quando muito, católicos e kardecistas” (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.46), como ele categorizava a própria mãe. Outros relatos do intelectual, trazem a informação de que Dona Josina “detinha um grande conhecimento sobre ervas. Por essa sabedoria, era uma pessoa muito procurada (...) pois curava e ajudava muita gente” (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.30). A sabedoria sobre ervas medicinais fazia da mãe de Abdias Nascimento referência naquela comunidade. O reconhecimento como alguém que curava e aconselhava não só a vizinhança, mas pessoas de classe mais elevada (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.30) é também um fator de relevância na trajetória de Abdias Nascimento, pois seriam os contatos influentes dela que lhe abririam algumas portas.

O final da escravidão expôs para a minoria dominante, o problema dos negros como maioria na sociedade e com peso social, pois já eram nascidos no Brasil, dominavam a língua portuguesa e desempenhavam as mais diversas funções, o que lhes permitia uma certa independência econômica, como era o caso dos que eram

escravos de ganho¹⁷ ou que foram alforriados muito antes da abolição. Em 1872, o primeiro censo nacional apresentava o dado de que 74% da população negra, era alforriada. O medo de um país de maioria negra determinou a necessidade de destruir as diferenças, impondo o modelo branco europeu, sua cultura e seus valores. Esse movimento se deu por meio da reafirmação de estereótipos e preconceitos no sentido de inferiorizar qualquer elemento que representasse o processo civilizatório africano, empreendido no Brasil por grupos de negros. De acordo com Luz (2013), é possível entender os aspectos que definem o processo civilizatório africano por meio da percepção das características próprias que distinguem os povos por sua identidade cultural:

O Brasil, segundo país de maior população negra do mundo, possui fortes vínculos com a tradição civilizatória africana, e é onde emerge com incrível pujança a continuidade dinâmica dos valores legados pelos ancestrais nas américas.

O que torna comum a todas as culturas negras e caracterizam uma estrutura de valores invariantes na continuidade do processo civilizatório africano nas Américas são as instituições religiosas, da qual se irradia uma linguagem que estrutura uma identidade, pela qual o negro luta e afirma sua existência própria. (LUZ, 2013, p. 487)

A religiosidade africana camuflada pelo sincretismo era associada ao diabo pelos cristãos, que identificavam a macumba e o candomblé como magia negra. Segundo Silva (1997),

o negro é estereotipado como feio, mau, sem razão, instintivo e sem moral, de uma forma violenta e abrangente, pelos aparelhos de reprodução ideológica e instituições oficiais.

A inculcação do estereótipo inferiorizante visa a produzir a rejeição de si próprio, ao seu padrão estético, bem como aos seus assemelhados. Por sua vez, a cultura e seus valores, uma vez inferiorizados, tendem a ser rejeitados, porque passam a ser vistos pela ótica imposta do dominador como primitivos, inferiores ou “folclóricos”. (SILVA, 1997, p.14)

A relação da família de Abdias Nascimento com a religião é um aspecto marcante em suas memórias da infância, evidenciando uma relevância em sua formação. Das lembranças das festas católicas, em que a mãe se envolvia na

¹⁷ Os escravos de ganho eram escravos que, no período colonial e no Império, realizavam tarefas remuneradas a terceiros, e repassavam parte da quantia recebida para o seu senhor. Isso lhe permitia assumir uma posição diferente dos outros escravos na sociedade, pois além do fato de receber parte do ganho pelo seu trabalho, poderia circular livremente pela cidade. Havia ainda a possibilidade de acumular riquezas e adquirir bens na busca de conseguir a quantia suficiente para comprar a própria alforria.

organização das quermesses, Abdias traz informação sobre a presença dos negros nessas festas:

No mês de maio, aconteciam as grandes festas; eram celebrações de predominância católica, onde comparecia a negrada mais urbana. Havia poucos negros na cidade, mas todos apareciam nas festas católicas, e assim, reunidos, davam a impressão de serem muito mais do que realmente eram. (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.44)

Em sua opinião, “essas festas eram espaços coletivos de que a comunidade dispunha para estar junta, pois não existia uma associação ou uma entidade negra” (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.45). Estas memórias de suas experiências na infância explicitam um convívio com a comunidade de negros local, e no espaço urbano. A convivência com o mesmo grupo étnico, aproximou Abdias Nascimento de experiências que contribuíram para a sua formação, como as festas promovidas por uma senhora negra que vivia em Franca, Dona Maria Clemência. Conhecida pelos moradores por Dona “Quelemência”, ela era proprietária de uma grande chácara nos arredores da cidade onde promovia festas em homenagem à memória de seu único filho. Apesar das grandes proporções que essas festas tomavam, considerando que seu preparo se estendia pelo ano inteiro, Abdias Nascimento declara que a história que estava por trás destas festas, ajudou-o na percepção das situações de injustiça. Segundo suas memórias, o filho de Dona Maria Clemência andava com filhos de coronéis, comerciantes e políticos locais. Os jovens envolveram-se em um delito, mas o único responsabilizado e punido foi o jovem negro, filho de Dona Maria. Preso, foi levado para outra localidade e nunca mais a mãe teve dele notícias. Para Abdias Nascimento, essa situação “é só um exemplo entre muitos, que fui percebendo o quanto existe de injustiças pelo mundo; injustiças que sempre me rodearam, sempre estiveram muito próximas, exigindo de minha parte um permanente confronto” (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.46). A experiência da infância relatada por Abdias Nascimento não deve ser compreendida como uma prodigiosa e precoce consciência do problema racial, mas sim como uma evidência de que o espaço e o tempo forneceram noções mínimas para a percepção, ao longo do tempo, de sua condição racial.

1.2. No tempo de escola, as primeiras lições de segregação

As memórias de Abdias Nascimento como sujeito que viveu o processo educacional no início do século XX revelam informações de como se deu o acesso da população negra à escola.

As últimas décadas do século XIX no Brasil foram marcadas por importantes debates que anunciavam os novos rumos políticos do país. Dentre as discussões, a combinação do fim do regime escravista com a necessidade de construir uma nação aos moldes das nações europeias (eleitas como ideais de desenvolvimento) traziam para a pauta a importância da educação escolar como forma de articular esses dois aspectos.

O contexto da abolição tinha como pano de fundo a preocupação latente de que a herança escrava mantivesse a ideia de “atraso” e, dessa forma, compromettesse os planos de modernização da nação, por isso era necessário promover uma educação para o trabalho voltada à população de ex-escravos, conforme afirma Barros (2005),

nesse cenário, a educação voltada para a população negra era apresentada – nos debates e discussões acerca da abolição da escravidão e também dentro do contexto de ‘entusiasmo pela educação’, que vigia no período – como desejável: uma educação para o trabalho, para a liberdade, para a construção da nação, em que o acesso à escola por essa camada pode ser visto como emblemático das mudanças que os discursos apresentavam como necessárias. O temor em relação a uma emancipação demasiado abrupta, que não preparasse os escravos para uma nova lógica de trabalho – o trabalho livre – fazia parte dos debates referentes à questão da mão-de-obra. Em outras palavras, uma das maiores preocupações durante o período era: de que maneira manter os trabalhadores escravos em seus postos de trabalho após a libertação? Um dos meios aventados para a inclusão no mundo do trabalho livre seria a escolarização dos futuros ex-escravos, já que a escola era vista então como local de disciplinarização de corpos e mentes. Lendo mais profundamente o debate, podemos perceber que uma preocupação dos homens do período era: como manter o controle sobre essa massa que não teria mais o chicote como forma de coerção? O temor de uma abolição demasiadamente abrupta e os problemas que tal fato acarretaria para a lavoura brasileira era uma das preocupações que serviam de fundo aos discursos. O importante seria assegurar que o fim do sistema escravista ocorresse de forma paulatina, de modo a não atrapalhar o bom andamento da economia brasileira. (BARROS, 2005, p. 81)

Nesse sentido, Schelbauer (1988, p.3) explica que a educação para a liberdade significava “evitar a ociosidade com base na crença de que a liberdade para

o escravo tinha o significado de desprezo pelo trabalho”, de forma a combater a ignorância buscando a disciplinarização para o trabalho.

Para Barros (2005, p. 85), a população negra enfrentou diferentes mecanismos que dificultavam o ingresso e a permanência na escola durante e após a escravidão. Além de os alunos negros precisarem provar que eram livres¹⁸,

a falta de ‘vestimentas adequadas’, ausência de um adulto responsável para realizar a matrícula, dificuldades para adquirir material escolar e merenda, por exemplo, eram empecilhos enfrentados por alunos dessa origem para acessar a escola. (BARROS, 2005, p.85)

Entretanto, partia também da camada negra da população brasileira o interesse por essa educação formal (BARROS, 2005). No periódico “O Clarim”, publicado pela imprensa negra paulista do ano de 1924, é possível ler o seguinte artigo que torna evidente essa valorização e incentivo à busca pela escolarização,

a instrução é a cultura de nosso espirito quando 36onhece36tiz e material quando procuramos aprender uma disciplina que nos auxilie, materialmente como sejam as várias profissões.

A cultura de nossa inteligência é a instrução 36onhece36tiza36nte falada. O mestre e o seu apregoeiro por excellencia, incumbe-se de ensinar as creanças. Mas nem sempre principalmente em nossos dias!

Também o adulto vae a escola. A escola é o recinto sagrado onde vamos em comunhão buscar as sciencias, artes, musica, etc. É na escola que encontramos os meios precisos para nos fazer entendidos pelos novos irmãos.

Somos seus fieis 36onhece36ti e os mestres 36onhece36tiz amáveis que nos dão a luz do saber. Para eles devemos a nossa educação em geral. Esta é a perfeição da educação. A perfeição da educação é a instrução combatida com polidez é o bem viver e a sciencia unida a virtude.

Oh paes! Manda e vossos filhos ao templo da instrução 36onhece36tiz - < a escola > não os deixeis 36onhece36tiz como dantes!

Hoje temos tudo, aproveitae as horas nocturnas si os trabalhos vos impedem. Ides á escola! Aproveitae o precioso tempo para engrandecer a nossa raça e o nosso querido Brasil!... (Jornal O Clarim, publicado em 03 de fevereiro de 1924. P. 02. São Paulo)

O jornal expressa claramente a compreensão de que a educação formal era uma via de integração e ascensão social do negro por meio da ênfase dada à

¹⁸ Em sua pesquisa, Barros (2005) identificou em relatório citado de 1855, do Inspetor Geral da Instrução Pública de São Paulo, que o sistema oficial proibia a presença de crianças escravas, mas não a de crianças negras. No entanto, na prática interditava a escola àquelas que não provassem a qualidade de livres.

orientação dos pais: “Mandae vossos filhos ao templo da instrucção intelectual – a escola – não os deixeis 37onhece37tiz como dantes!”. Da mesma forma reforça a construção do espírito nacional ao declarar “Aproveitae o precisoso tempo para engrandecer a nossa raça e o nosso querido Brasil”.

O jovem Abdias Nascimento cresceu em uma família que, segundo ele, “era muito pobre, sempre envolvida na luta pela sobrevivência” (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p. 30). Apesar das condições de vida bastante adversas, buscou uma formação escolar e profissional. Tentou, ainda, aprender alguns instrumentos musicais, como violão, pistom e piano, mas não chegou a dar continuidade a nenhuma dessas tentativas. No início do século XX, o telegrama era a forma mais rápida de comunicação de longas distâncias. Devido a sua importância, a função de telegrafista era disputada pelos jovens, como Abdias Nascimento, que também buscou aprender as técnicas de transmissão de mensagens por Código Morse, mas nunca chegou a exercer a função.

O pai de Abdias Nascimento não foi a pessoa responsável por encorajar os filhos para uma formação escolar. Sobre esse tema, sempre trazia à tona o caso de um menino negro, adotado pelo Dr. Petraglia, médico de importância reconhecida na cidade de Franca que investiu na formação do jovem em medicina. Entretanto, depois de formado, o rapaz não tinha pacientes porque ninguém queria se consultar com um médico negro. Sentindo-se humilhado, o jovem suicidou-se.

Só muito tempo depois foi que eu pude entender essa postura do meu pai. Na sua compreensão e na sua sabedoria de homem simples, cujas ambições não iam além de ter a segurança para manter uma família harmoniosa e unida, ele avaliava que, se nos mantivéssemos humildes, nenhum de nós sofreria. No fundo, ele tentava nos livrar, à sua maneira, de qualquer tipo de sofrimento semelhante aos que ele vira outros negros sofrerem ao longo de sua vida.

No seu medo de uma vida fora dos padrões estabelecidos, ele dizia que não era importante estudar, que estudo só dava sofrimento e aporrinhção. Citava até o caso do filho de um conhecido, que se formara em medicina, mas que acabara suicidando-se, porque ninguém queria saber de um médico negro. Para meu pai, o estudo só me levaria ao sofrimento e à morte, e, para nós, que éramos pretos e pobres, o melhor mesmo era procurar um ofício. (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p. 57)

O relato de suas percepções sobre o comportamento do pai diante de uma formação escolarizada, traz a essa pesquisa uma contribuição importante sobre a política de branqueamento em suas diferentes formas. Além da miscigenação imposta

pela minoria branca dominante, e a de inferiorizar o padrão moral e cultural do elemento negro na sociedade, outra estratégia era a de produzir no negro a rejeição a si próprio, desvalorizando-se, efetivando a manutenção do “seu lugar” na sociedade.

O periódico paulista Progresso, que compunha a Imprensa Negra paulista da época, publicou, no ano de 1928, uma notícia com o seguinte título “A Caravana dos médicos brasileiros em Paris e a atitude revoltante de seus colegas de S. Paulo”. De acordo com o jornal, durante a participação de uma delegação brasileira em um Congresso de Medicina em Paris, um grupo de médicos paulistas reagiram revoltosos à presença do médico baiano negro, Dr. Enoch Carteado, solicitando à empresa organizadora do evento que ele fosse separado da delegação por ser um homem negro, conforme evidencia o telegrama emitido pelo próprio Dr. Enoch ao Professor Fernando de Magalhães, e publicado pelo jornal:

O médico patricio, do grupo bahiano, justamente indignado, com a humilhação que alguns de seus colegas pretendiam infringir-lhe, em terra estrangeira e numa ocasião em que tudo deveria apertar o sentimento da solidariedade, foi forçado a passar o seguinte telegrama de apelo ao professor Fernando de Magalhães:

“Paris, 22. Dr. Magalhães Pro Matre – Rio de Janeiro. Alguns colegas de S. Paulo querem forçar ‘Exprimer’ separar-me da caravana médica pelo motivo somente de ser eu diplomado pela Bahia, da raça preta, para que os francezes ignorem que Brasil a possui. Peço vossa intervenção, pois julgo não deshonro pátria. A) Enoch Carteado”. (Jornal Progresso, publicado em 16/12/1928. São Paulo)

A publicação da situação de discriminação racial vivida pelo médico paulista reafirma e exemplifica como, mesmo quando o negro superava as barreiras sociais, conquistava uma profissão e ascendia socialmente, não escapava da segregação.

Considerando que instituições tais como a escola, a Igreja e a própria família são potentes transmissoras da ideologia de grupos dominadores, é possível reconhecer que Seu Bem Bem, pai de Abdias Nascimento, na atitude de não estimular seus filhos a darem continuidade a uma educação formal, sob a intenção de desconhece-los das discriminações raciais, reproduzia a ideologia de uma minoria dominante que colocava sobre os ombros dos próprios negros a responsabilidade sobre seu fracasso, induzindo-os a atribuírem a si mesmos uma inferioridade natural.

Ainda que esse pensamento representasse um senso comum naquele contexto, Abdias Nascimento, aos sete anos de idade estava matriculado no Grupo

Escolar Coronel Francisco Martins, na cidade de Franca. A pessoa responsável por sua inserção na primeira escola pública da cidade foi sua mãe. De acordo com Abdias Nascimento, Dona Josina, sua mãe, valorizava a escolarização, por isso estimulava o interesse dos filhos pelo estudo. Desta afirmação, é possível apreender que ela percebia a importância do acesso à cultura letrada como maneira de alcançar uma maior inserção social.

A escola de ensino primário Coronel Francisco Martins, na qual Abdias Nascimento iniciou sua escolarização formal, foi criada em 30 de abril de 1904, mas só em 3 de maio de 1905 foi instalada como grupo escolar em um prédio adaptado. Neste mesmo ano, foram matriculados 204 alunos, quantidade que foi crescendo ano a ano, até que em 1910, tendo em vista a ampliação do atendimento à população, o horário de aulas foi desdobrado em dois períodos, de manhã para os meninos e à tarde para as meninas, fato que também ocorreu em outras escolas do estado de São Paulo nesse período. O Grupo Escolar Coronel Francisco Martins, junto com mais de uma centena de edificações escolares públicas, 122 no total, compunham uma amostra representativa no que se refere às políticas públicas educacionais daquele período histórico. Reconhecia-se, então, como inerente ao papel do Estado prover as escolas de ensino básico, dito primário, e de formar professores bem preparados para tal função. Nesse sentido, expressando um caráter inovador e modelar, o Governo do Estado de São Paulo efetivou, entre os anos de 1890 e 1930, a instalação de edificações adequadas e de um programa pedagógico em parte do interior e da capital. Os projetos arquitetônicos seguiam o padrão de uma organização espacial associado às questões de higiene levantadas pela medicina que recomendava instalações que incorporassem os preceitos de higiene, insolação e ventilação preconizados pela ciência da construção civil daquele momento.

Abdias Nascimento viveu na escola as ideias nacionalistas que visavam a formação cívico-patriótica, por meio da educação. O objetivo era a consolidação da ordem republicana despertando um civismo e um patriotismo, exaltados pelos educadores, que se intensificou na década de 1910, período da Primeira Guerra. O nacionalismo crescente atribuía à escola o papel de transformadora da sociedade. Segundo TANURI (1979, p. 153), a educação passou a ser vista como instrumento de “reconstrução social, política e moral”. Na escola, Abdias Nascimento vivia a rotina dessas práticas cívico-patrióticas: “Todas as manhãs, as classes eram reunidas no

pátio e nós tínhamos que cantar o Hino Nacional, [...] ficávamos enfileirados e marchávamos com aquela sobriedade, com aquele respeito” (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 49).

Para compreender como se dava a inclusão de alunos negros nas escolas primárias nas primeiras décadas do século XX, Barros (2005) explora a concepção de *ação branca* como estratégia, e *ação negra* como tática, referenciando-se em Michel Certeau, identificando as dificuldades criadas no acesso à escolarização da população negra, mantendo-a em sua posição de inferioridade. Os depoimentos orais que coletou, ajudaram-na a concluir as principais dificuldades que impediam a participação de crianças negras nas escolas primárias. Além das que estavam relacionadas à pobreza, havia a negação ao direito à matrícula ou falta de responsáveis para efetuarla, restrição a vestimentas vistas como inadequadas, necessidade de trabalhar e manifestações de racismo.

Sobre este último, Abdias Nascimento apresenta duas passagens que vivenciou na escola primária e que lhe foram muito marcantes. A primeira diz respeito ao tratamento dispensado pelas professoras a ele. Ao se referir, por exemplo a um mal comportamento, diziam “volta para o seu lugar, tição!”; ou quando a observação era sobre a execução de uma tarefa, ele ouvia “esse negrinho aí não fez o trabalho direito”. A outra, a qual ele faz questão de registrar sempre que recorda esse período, é a história de um menino negro, muito pobre, órfão de pai e mãe, que era seu companheiro de escola:

Ninguém sabe ao certo como ele sobrevivia, pois andava todo esmolambado, tinha bicho-de-pé, e o citado fazia o maior sacrifício para frequentar as aulas, pois não tinha a mínima condição. Havia também a mãe de um outro colega de escola, uma mulher que era o próprio espírito de porco, que, não sei por que cargas d’água, um dia encrencou com o Filisbino e, em pleno meio da rua, começou a bater no menino, aplicando-lhe uma surra tremenda, enquanto as pessoas olhavam aquilo com a maior passividade e indiferença. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 49).

Sobre o contato e interesse pelo teatro desde a infância, Abdias Nascimento declara ter “mordido do amargo fruto do racismo” ao perceber que nem ele, nem o irmão foram escolhidos para participar das encenações de fim de ano:

(...) Foi em Franca onde eu vi pela primeira vez teatro, sobretudo o teatro de fantoches. E desde essa infância, assistindo ao teatro de fantoche, o teatro provocou em mim uma curiosidade e um encantamento. Mas já naquela época eu mordi do amargo fruto do racismo, porquanto, no Grupo Escolar

Coronel Francisco Martins, onde eu fiz meu primeiro ciclo de estudos, eu nunca fui um dos alunos escolhidos para as festas de fim de ano. Eu decorava todos os monólogos, as poesias que todos os garotos representavam, aprendia todas as danças, todos os gestos, todas as mímicas... E estou convencido de que não seria um mau ator naquelas festas de fim de ano; porém, eu jamais fui escolhido para representar. (...) Naquela época, naturalmente, eu não tinha muito claras as razões pelas quais eu era excluído daquelas festas. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 47).

Mais uma vez as memórias de Abdias Nascimento revelam o tratamento dispensado às crianças negras no cotidiano escolar. O jornal *A Voz da Raça*, publicado em 06 de maio de 1933, relata o tratamento discriminatório dirigido pelos professores às crianças negras nas escolas:

(...) Há pouco tempo um nosso patricio negro me contára uma historia do seu fiho inteligente, que ia mal amparado pela escola porque a sua professora declarára em plena classe que “Negro com ela não aprende” como si o negro frequentando um escola publica pedisse uma esmola. Como, então essa normalista esqueceu-se de que os negros também pagam tributo a Nação? (...) (*A Vóz da Raça*, 06/05/1933, p. 2).

Ainda no mesmo artigo, assinado por Castelo Alves, outra situação de segregação racial é relatada mais adiante ao ser declarado que não eram aceitos meninos negros em grupo escoteiro porque, segundo o jornal, outro professor teria afirmado que “os negrinhos faria fiasco”:

(...) Outro, arregimentando enorme bloco de escoteiros para ensinar-lhes como se matava irmãos na *arrancada* de 9 de Julho, não admitiu no rol um só aluno de côr porque (declarou) “os negrinhos faria fiasco”, mas, o fiasco foi dele professor por ter mal educado os negrinhos. (...) (*A Vóz da Raça*, 06/05/1933, p. 2).

Nas duas situações evidencia-se a postura discriminatória e excludente dos professores em relação aos alunos negros, da qual depreende-se a existência do preconceito racial como um mecanismo social que menosprezava a dignidade das crianças negras, reforçando a falsa crença de que não aprendem nem se disciplinam, dificultando a permanência delas no sistema educacional.

Barros (2005) apresenta outras evidências das dificuldades enfrentadas pelos negros na tentativa de inserirem-se no processo de escolarização ao expor o relato

autobiográfico do intelectual fretenegrino José Correia Leite¹⁹. O intelectual relatou que na infância, além da falta de vestimenta adequada e de responsáveis que o matriculassem, sentia cansaço e não conseguia permanecer na escola durante períodos muito prolongados devido à necessidade de trabalhar.

Em sua pesquisa, Araújo (2013) traz a concepção de educação como instrumento fundamental de transformação social, no contexto de reformas, debates públicos e implantação de uma consciência educacional que visava inaugurar uma sociedade civilizada, moderna e científica. A autora levantou informações, por meio de dados estatísticos e coleta de depoimentos orais, a respeito da história da educação paulista republicana, comprovando que pelo menos 10% da população escolar eram de crianças negras. Também apresentou, por meio dos discursos dos educadores paulistas, que após a frequência na escola primária, as crianças eram encaminhadas para um ofício.

Este aspecto pode ser evidenciado na trajetória de Abdias Nascimento, quando, aos 11 anos, foi para a Escola de Comércio do Ateneu Francano para estudar contabilidade no período da noite, como curso secundário. De acordo com suas memórias, o intelectual “frequentava o grupo escolar no período da manhã, trabalhava à tarde e ia para o Ateneu Francano à noite” (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 51). Segundo Macedo (2005), sua matrícula só foi possível porque sua mãe intercedeu em seu favor com o prefeito da cidade, conseguindo assim uma bolsa de estudos.

Conforme Watanabe (1996), a formação profissional do contador no Brasil tem origem em 1754 com o nome de Aulas de Comércio, e tinha por função formar guarda livros, preparando-os para gerir os recursos financeiros públicos e controlar a escrituração dos estabelecimentos comerciais e da economia agrícola. Foi apenas no início do século XX que a criação de um curso regular oficializou a profissão contábil promovendo em 1902 a fundação da primeira instituição, a Escola de Comércio Álvares Penteado, que levava o nome de seu fundador (SCHMIDT, 2002). Em consequência, a profissão de guarda livros passa a representar uma oportunidade de ascensão social e econômica.

¹⁹ José Correia Leite nasceu no ano de 1900, em São Paulo. Foi um importante ativista da imprensa negra do Brasil, participou da fundação do jornal “O Clarim”, que recebeu mais tarde o nome de “O Clarim d’Alvorada”, (1924-1932); e integrou o Conselho da fundação da Frente Negra Brasileira.

Depreende-se, a partir do contexto histórico, que o jovem Abdias Nascimento buscou aproveitar tais oportunidades quando, em 1929, aos 15 anos de idade, profissionalizou-se contador no Curso Commercial de Franca (SP), na Escola de Comércio do Ateneu Francano. A instituição que formava os contabilistas de Franca e das cidades vizinhas iniciou suas atividades em meados dos anos 1920, quando foi reconhecida pelas autoridades federais.



Figura 1: Turma de formatura de Abdias Nascimento, em 1929.

Fonte: http://www.franca.site.com/museu_historico_franca/ensino_escolas_e_alunos_de_franca_54.asp

De acordo com a foto, é possível identificar que Abdias Nascimento foi o único negro dos sete formandos que compuseram a primeira turma de contadores formada pelo Atheneu Francano, o que também é possível afirmar sobre a composição do corpo docente.

Reconhecendo Abdias Nascimento enquanto sujeito de sua narrativa, entende-se que suas vivências de segregação racial na escolarização formal constituíram-se como experiências sociais que contribuíram, mesmo que indiretamente, na constituição do intelectual.

Mesmo que sem uma consciência política formada, tais experiências sociais, de forma muito sutil, possibilitaram a Abdias Nascimento um contato com um tipo específico de conhecimento, o conhecer-com²⁰, que vai se consolidando com a percepção das situações que o motivaram a ações em favor da população negra.

1.3. Entre bicos e biscates, e a necessidade de estar atento às circunstâncias da vida

Desde muito pequeno, Abdias Nascimento contribuía com o orçamento da família; tinha uma atividade regular que era a de entregar leite e carne todas as manhãs, antes de ir para o Grupo Escolar, nas casas das famílias mais abastadas da cidade. Dentre os vários trabalhos que realizou em troca de “um dinheirinho”²¹, Abdias Nascimento arranhou um emprego fixo numa farmácia, onde lavava vidros e realizava a entrega de encomendas de medicamentos.

Aos doze anos, foi trabalhar em um consultório médico, realizando serviços de faxina e auxiliando no preparo de instrumentos para os exames médicos ou pequenas intervenções cirúrgicas. Trabalhou ainda como chefe do almoxarifado do Departamento da Companhia Elétrica de Franca.

²⁰ A expressão “conhecer-com” foi utilizada por Boaventura de Souza Santos no prefácio do livro de Nilma Lino Gomes, **O Movimento Negro Educador**, 2018, Vozes. E foi emprestada e empregada neste contexto como o conhecimento adquirido pela vivência, ou seja, aquele que se obtém vivendo. No caso de Abdias Nascimento, me refiro às experiências de segregação racial que viveu desde a infância, sofridas ou percebidas por ele.

²¹ Expressão usada pelo próprio Abdias Nascimento.

Já no último ano do curso de contabilidade, Abdias Nascimento conseguiu uma atividade relacionada a sua futura formação em uma fazenda da região como guarda-livros, cuja responsabilidade básica era a de fazer a escrituração comercial do estabelecimento. A memória dele sobre este período revela o interesse e o foco por essa função, “então, comecei a buscar esse objetivo (...)” (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 54) da qual pode-se depreender tratar-se da pretensão por uma ascensão social. Entretanto, expressa também a percepção de circunstâncias entendidas por ele como “incidente racista (...) – e isto nós, negros, sabemos como é” (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 55).

Recebi a notícia de que fui aceito e de que o emprego seria meu. Fiquei exultante e – posso dizer – com um certo orgulho, pois afinal estava chegando ao objetivo que eu pretendia naquele primeiro momento. (...) eles chegaram até Franca, conforme o combinado, com um caminhãozinho da fazenda. Fizeram todas as compras necessárias: rações, produtos de limpeza, ferramentas e uns caixotes cheios de galinhas. Depois que entulharam a carroceria do caminhão com aquela parafernália toda é que foram me pegar; e queriam que eu subisse na carroceria para viajar no meio daquela bagunça, entre galinhas, rações e não sei mais o quê, como se eu fosse mais um peão da fazenda, que vai assim jogado, já sabendo do seu destino. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 56)

O incidente findou com a recusa de Abdias Nascimento ao manifestar: “Escutem aqui, vocês avisem lá que não vou para esta porcaria de emprego.” (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 56). Para ele, o sentimento foi de indignação, pois entendia que o contrato não se limitava à função de guarda-livros apenas. Ele também seria professor dos filhos dos colonos da fazenda e o tratamento de carga que lhe dispensaram foi entendido como intencional, no sentido de manter a “distância social existente entre o branco e o negro, como se este ainda vivesse sob o jugo da dominação do senhor” (FERNANDES, 2008, p. 302).

Como é que eu ia chegar lá na fazenda, para exercer uma atividade dessa, no meio de um monte de galináceos? Eles queriam é que eu chegasse envergonhado, humilhado... Não, eu não fui não. Nem naquele dia, nem nunca mais. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 56)

Para Fernandes (2008), o regime escravocrata não se extinguiu na mentalidade e, em consequência, nas relações sociais entre os homens.

Em plena fase de consolidação da ordem social competitiva e do regime de classes, a “população de cor” subsiste numa posição ambígua, representada, confusamente, como se constituísse um estamento equivalente ao ocupado pelos “libertos” na velha estrutura social. Ora, essa situação esdrúxula é

altamente esclarecedora. Pois identifica quais são as raízes históricas da degradação social do “homem de cor” no seio do novo sistema socioeconômico: a perpetuação indefinida de padrões de ajustamento racial que pressupunham a vigência de critérios anacrônicos de atribuição de status e papéis sociais ao negro e ao mulato. (FERNANDES, 2008, p. 303)

A recusa do emprego que oportunizaria a Abdias Nascimento receber aos treze anos de idade um salário maior que de seus pais, causou uma decepção junto à família, especialmente ao pai, Seu Bem Bem. Para ele, tratava-se de um ato de excessivo orgulho.

Meu pai era um homem muito cioso da sua figura social, da sua honestidade e do seu caráter; mas ao mesmo tempo, era muito humilde. Católico fervoroso e praticante, ele procurava certos valores para os filhos, entre os quais uma humildade conivente, resignada. Ele pregava a humildade a toda hora, e eu não conseguia entender o porquê daquilo. Afinal, a vida estava acontecendo, cheia de desvantagens para nós, e ao mesmo tempo cheia de desafios; eu estava crescendo e vendo aquilo tudo com outros olhos, as relações se explicavam, a pobreza ficava mais cruel no meu entender. E meu pai ali, insistindo que nós deveríamos ser humildes como todo bom cristão. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 56)

De acordo com uma publicação do jornal O Alfinete, de setembro de 1918, o autor José Benedicto Martins expressa a importância dada, à época, para a necessidade de se ter um ofício como forma de inserção social para a população negra.

(...) É preciso que os pretos tenham a aspiração de querer ser alguma coisa no futuro; para isso é preciso que todos tenham força de vontade, ensinando aos vossos filhos o que nosso país **não** puderam aprender.

Avante! Meus irmãos de cor, caminha com o progresso da nossa capital, mandae vossas filhas, para aprenderem costura bordados e engomados; vossos filhos, depois que saírem do Grupo Escolar, mandae-os aprender officio de sapateiro, funileiro, mecânico, encadernador e typographo etc.(...) (O Alfinete, 03/09/1918, p. 2).

No trecho da publicação pode-se identificar o entendimento da relação direta entre os termos: educação escolar, trabalho e progresso. A começar pelo título do artigo Pretos e o progresso, mas também na convocação direta aos irmãos de cor a caminhar com o progresso encaminhando filhas e filhos a aprenderem um ofício assim que finalizassem seus estudos no grupo escolar. Essa chamada tinha como reforço o argumento de que era uma oportunidade de ensinar aos vossos filhos o que nossos

paes não puderam aprender, distanciando, portanto, a nova geração da herança da escravidão.

Com base no contexto apresentado, é possível inferir que o jovem Abdias Nascimento percebia, mesmo que sua consciência sobre as questões raciais ainda não estivesse constituída, de que era preciso superar desafios e agir por sua emancipação, sendo necessário extrapolar os limites da cidade de Franca.

2. UMA BUSCA POR ALTERNATIVAS ÀS INQUIETUDES NO MUNDO FORA DE FRANCA

“[...] o que me movimentava era a possibilidade de estar disponível, apto a conhecer o novo, sob qualquer circunstância, pois o novo, naquela minha idade, era sobretudo um desafio.”

(Abdias Nascimento)

No período final dos anos 1920, sob o governo do presidente da República Washington Luís, do Partido Republicano Paulista (PRP), o Brasil vivia uma política econômico-financeira de austeridade e contenção de recursos para a cafeicultura. Decidido a romper com o tradicional acordo da República Velha de revezamento de poder entre Minas Gerais e São Paulo, a conhecida política do café com leite, o presidente indicou, para o quadriênio de 1930-1934, o paulista Júlio Prestes – também perrepista -, então presidente de São Paulo, ao invés de um candidato oficial que, na lógica da sucessão, deveria ser mineiro. Desta forma, entendeu-se que tal decisão buscava garantir uma política econômica mais beneficiária aos interesses de São Paulo que aos de Minas Gerais.

Em oposição aos planos de Washington Luís, constituiu-se, então, a Aliança Liberal, uma coligação de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente à presidência e vice-presidência da República, nas eleições de 1º de março de 1930.

É neste contexto político que o jovem Abdias, aos 15 anos, visita a cidade de São Paulo pela primeira vez. Com outros jovens atletas (na época, ele competia a prova dos 100 metros), sua ida para a capital paulista tinha por objetivo representar a cidade de Franca em um evento eleitoral, ligado à disputa entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas. O contato com a capital e a movimentação política foi, para Abdias Nascimento, o fator decisivo para a sua saída de Franca e alistamento no exército no ano seguinte.

É possível perceber, em suas próprias palavras, como esse contexto reverberou em Franca, mesmo que, na sua juventude, ele não tenha vivido o momento com criticidade:

[...] Faltava muito pouco para minha formatura²², e aconteceu uma viagem para São Paulo, não sei se foi 1928, 1929... Lembro que havia um movimento político em função das disputas eleitorais entre o Júlio Prestes e Getúlio Vargas, que depois foi dar na Revolução de 30.

Eu não sabia nada de revolução, fui apenas porque houve uma grande mobilização de parte da população, certamente pelos manda-chuvas da política local, para a cidade estar representada no grande desfile de São Paulo. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006. P. 58)

A campanha presidencial foi marcada por conflitos violentos entre situacionistas e oposicionistas, particularmente nos estados de Pernambuco e Minas Gerais. Em 1º de março de 1930, o resultado do pleito deu a vitória a Júlio Prestes. A derrota nas eleições propiciou a retomada das articulações para um movimento revolucionário que já fomentava no período pré-eleitoral. Tal movimento havia sido liderado principalmente pelos jovens filhos da oligarquia e obtiveram o apoio de velhos chefes políticos e setores militares tenentistas.

Os governos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba, já haviam definido que o movimento deveria eclodir ao mesmo tempo em todo o Brasil. Dessa forma, a revolução irrompeu no dia 3 de outubro em Porto Alegre e Belo Horizonte e seguiu até o final do mesmo mês. Em 3 de novembro de 1930, Vargas tomou posse como chefe do governo provisório. A vitória da revolução completou-se com o exílio de Washington Luís, de Júlio Prestes e de outras personalidades ligadas à situação deposta.

O governo provisório de Getúlio Vargas tinha o apoio de setores das forças militares que se opunham à Velha República, denominados tenentistas, que se tornaram interventores federais no lugar dos antigos presidentes dos estados. Este fato combinado com a instauração de diferentes medidas que adiavam a promulgação de uma nova Constituição – principal reivindicação das oligarquias – desembocou na Revolução Constitucionalista em São Paulo, em 9 de julho de 1932. De um lado, os políticos ligados à República Velha, estudantes, intelectuais e industriais, do outro lado, o poder militar ligado aos apoiadores de Vargas. Os estados que apoiavam a

²² Abdias Nascimento estudava contabilidade à noite, na Escola de Comércio do Ateneu Francano desde os 11 anos de idade.

proposta constitucionalista não entraram no confronto, fazendo com que a revolução findasse em outubro do mesmo ano com a rendição de São Paulo²³.

O fim da rebelião acelerou o processo constitucional: em 1933 se realizaram as eleições para a Assembleia Constituinte, e em 1934 a nova Constituição foi promulgada. Importante ressaltar que a educação eugênica²⁴ manteve-se no documento, bem como a punição da “vadiagem”²⁵ como crime.

Todo esse contexto político-econômico nacional das primeiras décadas do século XX compôs o panorama no qual Abdias Nascimento estava inserido, e contribuiu para impulsioná-lo a novos desafios que a cidade de Franca não oferecia.

2.1. Um período na caserna para aprender sobre a luta

No ano de 1929, quando da visita à capital paulista representando a cidade de Franca no evento eleitoral, Abdias Nascimento, alheio a toda atividade política, sentiu grande interesse pelo desfile da Guarda Civil de São Paulo, cujo diretor-fundador era um conterrâneo e vizinho, o francano Dr. Antônio Pereira Lima²⁶.

A Guarda Civil de São Paulo foi criada com a Lei nº 2.141 de 22 de outubro de 1926, e era nitidamente inspirada nas forças policiais francesa²⁷ e londrina²⁸, o que fica visível pelo uniforme azul-marinho com detalhes dourados e as marcas da força

²³ NASCIMENTO, Elisa Larkin. Abdias Nascimento - Grandes vultos que honraram o Senado. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

²⁴ Art. 138-b da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.

²⁵ O determinismo biológico fundamentava a criminologia, identificando fenótipos e características físicas com degenerescência e classificando-o, de acordo com sua origem racial, como criminoso nato.

²⁶ Antônio Pereira Lima (1892-1982) nasceu em Franca (SP) advogado; organizou e integrou em o primeiro grupo de voluntários paulistas junto ao Exército (1916); fundou a Liga Nacionalista (1917) e a Liga de Defesa Paulista (1931) - organização política criada com o objetivo de lutar pela autonomia de São Paulo; foi um dos organizadores do MMDC, movimento clandestino que teve importante papel na preparação e desenvolvimento da Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, opondo a oligarquia política local ao governo federal; foi redator dos jornais Comércio, de São Paulo, Gazeta, Estadinho, Comércio de Franca e Cidade, de Ribeirão Preto.

²⁷ A *Gendarmerie Nationale* é uma força militar encarregada da segurança do Estado francês que promove ações específicas junto à população civil. Ao lado da *Police Nationale*, ambas assumem o compromisso de manter a França como um país referência em segurança pública.

²⁸ *Metropolitan Police Service* (Polícia Metropolitana de Londres) é a força responsável pelo policiamento de toda a Grande Londres.

militar. Sua atuação, que tinha como primeiro regulamento da corporação ser menos repressora, incluía o treinamento contínuo, a manutenção da ordem em conformidade com o interesse geral, a apresentação pessoal impecável, a realização de prisões com polidez policial, bem como conduta privada ilibada para que a função pudesse ter o respeito da população.

A relevância de relatar tal fato na trajetória de Abdias Nascimento se justifica por uma das muitas inquietudes citadas por ele, e que esta pesquisa entende como constituintes do engajamento nas questões raciais. Naquele contexto histórico, era comum que os jovens oriundos do interior do estado e pertencentes às camadas mais populares vissem nas forças militares uma oportunidade de ascensão social. Entretanto, em suas lembranças, Abdias Nascimento conta como foi sua experiência com a Guarda Civil e porque ela foi tão marcante:

Ouviu-se primeiro o repicar das caixas e a marcação do surdo, mas só algum tempo depois foi que apareceram, lá no princípio da avenida, os primeiros soldados da Guarda, acompanhados pela banda toda garbosa e bem ensaiada, com os seus sopros e instrumentos de percussão. Os guardas, enfileirados de forma simétrica, iam marchando com passos de uma firmeza marcial, e aquilo tudo me provocou uma sensação emocionante, de me deixar arrepiado.

Eu estava ali, no meio dos atletas de Franca, com o pescoço esticado feito um ganso para conseguir ver a Guarda Civil que se aproximava, mas só conseguia enxergar aqueles guardas brancos, muito brancos. Eram todos louros, grandes, parrudões, pareciam até que eram de outro país, pois eu nunca tinha visto tantos juntos. E o desfile foi acontecendo, acontecendo, e nada de aparecer um guarda negro. Unzinho só. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006. P. 59-60)

Inicialmente, essa descrição decepcionada pode ser interpretada como uma memória reelaborada, já com base nas suas vivências posteriores. Porém, no tensionamento entre suas memórias e fontes históricas, chega-se a algumas conclusões. Sua percepção sobre a ausência de negros na Guarda Civil se confirma com o edital de recrutamento para novos Guardas Civis no ano de 1929, republicado no *Jornal Diário Nacional*²⁹, em 12/06/1929:

Leiam os leitores o seguinte edital publicado no “Tribuno Popular”, de Itapetininga, a 9 de junho corrente:

Candidatos para a Guarda Civil de São Paulo

²⁹ Jornal paulista de publicação diária lançado no dia 14 de julho de 1927, compreendido como um instrumento de ação do Partido Democrático (PD) de São Paulo. O jornal deixou de circular em 1932.

A delegacia regional de policia desta cidade, recebeu da Chefatura de Policia a circular de 52onh seguinte: - Sr. Delegado. Requisito as vossas providencias no sentido de serem angariados nesse municipio e apresentados nesta Capital, na Guarda Civil, 52onhece52ti que desejem alistar-se nessa corporação. Os candidatos deverão reunir as condições essenciaes exigidas pelo respectivo regulamento e que são: 1 metro e 72 centímetros de altura, no 52onhec, saber ler e escrever, ter boa conducta, idade mínima de 22 annos, preferindo-se homens robustos, maiores de 25 annos, **de côr branca**, de boa dentição e constituição physica perfeita.

Aquelles que forem aceitos terão o ordenado inicial de 250\$000, passando a 320\$000 no fim de 4 mezes, desde que não tenham faltas ao serviço. Saude e fraternidade. O chefe de Policia, (a.) **Mario Bastos Cruz**. (Jornal Diário Nacional, 1929, p. 3).

A publicação deste edital em um jornal da época, conhecido como um instrumento de ação partidária de oposição, traz consigo uma crítica direta ao então presidente, Júlio Prestes, acusando-o de “lançar uma 52onhece odiosa a uma parte considerável do nosso povo”, o que evidencia que, à época, já havia a percepção da exclusão do negro e do mulato naquela sociedade, bem como de que compunham parte considerável dela. De acordo com Gomes (2005), em 1928 houve uma grande campanha da população negra organizada contra o decreto do governo paulista sobre a proibição da participação de negros na Guarda Civil que resultou na suspensão do decreto. Neste sentido, o resgate destas memórias traz para a análise proposta nessa pesquisa, uma reflexão primordial e necessária sobre discriminação e preconceito.

Para Florestan Fernandes (1972), permitir que o preconceito e a discriminação sejam compreendidos como um fenômeno natural é favorecer a perpetuação do padrão tradicionalista e assimétrico³⁰ das relações raciais. Sendo assim, o passado se reproduz continuamente no presente, revitalizando e mantendo uma concentração racial de renda e de prestígio social igual à ordem racial instituída com a escravidão.

Ainda segundo Fernandes (1972, p. 97), “o preconceito e a discriminação surgiram na sociedade brasileira como contingência inelutável da escravidão”. A relação entre o senhor e o escravo era, aparentemente, piedosa e misericordiosa, pois cabia ao senhor assumir, generosamente, a responsabilidade de garantir a existência e sobrevivência a um ser na condição de total degradação. Essa criatura sub-humana,

³⁰ Em seu livro, O negro no mundo dos brancos (1972), o sociólogo Florestan Fernandes explica a expressão padrão assimétrico de relação racial tradicionalista como a perpetuação daquele que, no período da escravatura, “conferia ao branco supremacia quase total e compelia o negro à obediência e submissão” (FERNANDES, 1972, p. 83).

inferior e dependente correspondia diretamente à condição social do senhor como um encargo moral e material. Fernandes (1972), ainda afirma que,

nessa conexão de sentido, o preconceito contra o negro e seu descendente mestiço (pois a condição de coisa se transmitia pela mãe: *partus sequitur ventrem*), configurava-se, socialmente, como uma entidade moral. As marcas raciais possuíam, nesse contexto, um papel secundário ou adjetivo, porque elas apenas serviam para indicar ostensivamente, como se fossem um ferrete, os portadores da condição degradante e infamante de escravo e, mais tarde, de liberto. No fundo, portanto, o preconceito, que se tornava racial por uma contingência das origens biológicas dos escravos, preenchia uma função racionalizadora. Cabia-lhe legitimar o que era socialmente ilegítimo. Graças a ele, o senhor podia lidar liberalmente com os *mores* de sua cultura e justificar-se moralmente, perante a sua consciência religiosa e o consenso geral. (FERNANDES, 1972. P. 97)

Sobre o conceito de discriminação, Fernandes (1972) sustenta que ela se organizou a fim de distanciar grupos raciais coexistentes e definiu as regras de convívio entre o senhor e o escravo. Além disso, identificando uma população negra representativa, com potencial perigoso de tornar-se incontrolável, representando um problema para a ordem pública e privada, articularam-se formas de mantê-los sob o julgo senhorial, seja por meio da força física violenta, seja pela condução branda de convencimento para um comportamento de subserviência, colocando e mantendo o negro em seu lugar. Para Fernandes (1972),

esses pontos precisam ser retidos claramente, se quiser entender a situação de contato racial imperante no Brasil. As fontes de distinção e de separação não eram primariamente raciais. Mas, convertiam-se em tal, na medida que atrás do senhor estava o branco e, por trás do escravo, ocultava-se o negro ou o mestiço. (FERNANDES, 1972, p. 98)

A compreensão dos conceitos de racismo e discriminação, percebendo suas origens sociais remotas, é de grande importância para o entendimento do lugar no qual Abdias Nascimento vivia essas relações de cunho estrutural e social, permitindo o reconhecimento da existência de um paralelismo fundamental entre cor e posição social. Os relatos de suas memórias sobre o desfile da Guarda Civil, em São Paulo, deixam evidente que o padrão tradicionalista assimétrico subsistia inalterado.

Ressalta-se que Abdias Nascimento afirma não ter consciência, naquele momento, dessa relação estrutural e social, entretanto, nas suas lembranças declara que algo o incomodava. Além do próprio ímpeto da juventude, é possível considerar que a experiência com a Guarda Civil aliada às situações vividas em Franca

mobilizavam no jovem Abdias Nascimento o desejo de descobrir o que havia além dos horizontes de sua terra natal. Assim, mantinha-se firme na decisão de sair de Franca e buscar em São Paulo aquilo que acreditava não obter lá, mesmo consciente de que estava se “arriscando num futuro incerto e duvidoso” (SEMOG; NASCIMENTO, 2006), conforme suas memórias:

Eu me alistei em função de sair de Franca. Não que a cidade em peso fosse uma cidade opressiva, pois eu, pelo menos individualmente, tinha muitas relações com as pessoas, com os colegas de escola, mas havia esses fatos que me chocavam muito e que eram fatos de indiscutível caráter racista. E sem compreender muito bem, mas guiado por um instinto, por uma intuição, eu queria sair dali para tentar, para ver o mundo fora daquilo. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006. P. 67).

Segundo a análise de Florestan Fernandes (2008), a situação do negro no processo de elaboração de uma nova ordem social competitiva, convertidos em “elemento residual do sistema social” (FERNANDES, 2008), era socialmente desfavorável:

Terminadas as agitações, os escravos e os libertos sabiam bem, coletivamente, *o que não queriam*. Contudo, não tinham consciência clara sobre *o que deveriam querer coletivamente* nem de *como agir socialmente para estabelecer semelhante querer coletivo*. (FERNANDES, 2008, p.63).

Desse ângulo, entende-se que Abdias Nascimento representa o contexto sociocultural que se perpetuava nas populações negras descendentes da abolição. Os anseios e frustrações se combinavam na busca por integrar-se à ordem social vigente, aspirando uma valorização social e moral, mas temendo uma degradação ou a permanência no *status quo*. Entende-se, então, que o desejo de sair de Franca representava tanto o afastar-se da estrutura social imposta aos negros, como uma reação de protesto da “condição humana confusamente percebida e representada como indigna, indesejável e repulsiva”. (FERNANDES, 2008). Na ótica de Fernandes (2008),

as alternativas de escolha, valorizadas social e moralmente desde o passado remoto, conduziam as aspirações e as identificações predominantes na direção da equiparação com os brancos das camadas superiores. O êxito dos imigrantes fortaleceu ainda mais as expectativas daí decorrentes. Todavia, as alternativas reais iam da caboclicização no campo à pauperização nas cidades, passando por ‘contratos de trabalho’ que não traduziam melhora sensível da situação da existência anterior, piorando-a muitas vezes. (FERNANDES, 2008, p.64).

Abdias Nascimento saiu de Franca em 1930, aos dezesseis anos, e entrou como voluntário no exército, apesar de a condição básica para o alistamento ser a idade mínima de dezoito anos de idade. De acordo com suas memórias, a questão foi resolvida com a ajuda de um funcionário da Câmara Municipal de Franca, e conhecido da família, que além de alterar a certidão de nascimento, arranhou a passagem para pegar a Estrada de Ferro Mogiana em direção a São Paulo e umas cartas de recomendação que ele poderia apresentar na Região Militar (SEMOG; NASCIMENTO, 2006). Já em São Paulo, foi designado para o Segundo Grupo de Artilharia Pesada, no Quartel Militar de Quitaúna, atual Osasco. Ali serviu como recruta e, dentre as tarefas comuns aos soldados, limpou muitas baias, alimentou e deu banhos em cavalos.

Quando Abdias chegou ao quartel, o contexto nacional era o de agitação com a Revolução de 30 que marcava o fim da política do café com leite e a ascensão de Getúlio Vargas representando as oligarquias dissidentes no poder. A ordem no quartel era de que as tropas ficassem de prontidão pois, segundo suas memórias, havia uma grande tensão diante da possibilidade de combate. Foi nesse mesmo ano que Dona Josina, mãe de Abdias Nascimento, faleceu em Franca e por estar impedido de ausentar-se do quartel em função da conjuntura política do país, Abdias decidiu fugir para acompanhar o enterro de sua mãe, voltando logo em seguida, sem nenhuma punição, e ainda sendo transferido para assumir funções burocráticas na Casa das Ordens da 11ª Companhia do 4º Regimento de Infantaria. Sobre essa situação, Abdias Nascimento declara ser devido ao diploma de segundo grau, que o diferenciava da maioria do contingente. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006). O trabalho na Casa de Ordens lhe possibilitou outras formações que o levaram a ser promovido a cabo. Nesse sentido, a formação de Abdias Nascimento revela uma distinção social entre seus pares, que permaneceram na posição de soldados, limpando baias e dando banhos em cavalos.

Apesar de afirmar que os soldados eram proibidos de participar de quaisquer ações de cunho social ou político, Abdias Nascimento relata ter participado por um breve espaço de tempo, a convite de Geraldo Campos, o amigo de infância de Franca, de alguns encontros em uma organização negra chamada Centro Cívico Campineiro, que existia em Campinas, São Paulo. O grupo cultural era composto por jovens negros com o intuito de exercer a atividade de escritor, mas, ao mesmo tempo, tinham uma

posição clara em relação às questões negras que eram omitidas na cultura brasileira. Conforme suas memórias, Abdias Nascimento não tinha a pretensão de ser um escritor negro e, aos poucos, foi deixando de frequentar o espaço. O desdobramento desse fato é que pelo menos dois dos jovens que participavam do grupo, Abdias reencontraria no Congresso Afro-campineiro, em 1938, uma das primeiras atividades voltadas para a comunidade negra e as questões raciais da qual Abdias Nascimento se envolve como organizador.

Outra experiência que contribuiu para a formação do sujeito social de Abdias Nascimento foi na Revolução Constitucionalista, em 1932. Ele foi convocado para a frente de batalha, na posição de cabo pelo estado de São Paulo, quando chegou a ser ferido por bala, mesmo que sem gravidade. E foi no campo de batalha que ficou sabendo da existência da Legião Negra, batalhões compostos por negros, que, conforme Gomes (2005),

em virtude do trabalho de “arregimentação dos homens de cor”, centenas alistaram-se no Exército Constitucionalista. Imediatamente eram instruídos militarmente, equipados e uniformizados. Em 20 de julho de 1932, a equipe de reportagem do Correio de São Paulo informava que, em apenas quatro dias, o alistamento alcançara mais de 500 negros. (GOMES, 2005. P.67)

A Legião Negra esteve em várias frentes de batalha na Revolução de 32, sob os lemas do civismo, do patriotismo da raça negra (GOMES, 2005. P. 75). Abdias Nascimento não chegou a ser um legionário, mas ao final dos conflitos, com a derrota dos constitucionalistas paulistas, o jovem, agora com 18 anos, começou sua participação na Frente Negra Brasileira.

A análise dessas experiências na trajetória de Abdias Nascimento traz a essa pesquisa a ótica de uma dimensão educativa que elas lhe proporcionaram. Em sua obra, *Pedagogia do Oprimido*, o educador Paulo Freire aborda o saber sócio pedagógico por meio de uma educação como prática da liberdade. De acordo com Freire (1987), uma das razões para as proibições que impedem os oprimidos de inserirem-se criticamente na realidade é que isso os tornaria capazes de atuarem sobre ela (FREIRE, 1987, p. 21). Em contrapartida, o efeito da opressão mobiliza nos oprimidos o reconhecimento da própria realidade e assim a engajarem-se em ações por libertar-se.

O período como soldado do exército brasileiro e os incidentes de discriminação racial vividos nesse mesmo íterim oferecem uma percepção de como se deu a expansão da consciência racial de Abdias Nascimento. Os relatos de sua memória expressam a situação dos negros naquele contexto histórico e a necessidade de se integrar a uma sociedade que não desejava essa inclusão. A perpetuação do padrão tradicionalista e assimétrico das relações raciais foi fator preponderante para a manutenção da concentração racial de renda e de prestígio social análogos aos do período escravista. As vivências proporcionaram o reconhecimento de que o preconceito e a discriminação definiam as regras de convívio entre os grupos raciais coexistentes. E, gradualmente, oportunizaram a aprendizagem do engajamento, apontando para algumas direções.

2.2. Novas lições pelos caminhos da Frente Negra Brasileira (FNB) e da Ação Integralista Brasileira (AIB)

Após a abolição da escravatura, os debates em torno das questões raciais, de combate e resistência assumem outros contornos. O fato de, por força da lei, o regime escravagista ter chegado ao fim não garantiu aos libertos uma integração à ordem social competitiva emergente. A implementação de um processo de construção de igualdade e de acesso aos direitos sociais continuava partindo dos próprios negros, que nunca aceitaram passivamente a escravidão (MUNANGA; GOMES, 2006). Segundo Florestan Fernandes (1972),

a Abolição ocorreu em condições que foram verdadeiramente “espoliativas”, do ponto de vista da situação de interesse dos negros. Estes perderam o único ponto de referência que os associava ativamente à nossa economia e à nossa vida social. Em consequência, viram-se convertidos em “parias” da cidade, formando o grosso da população dependente de São Paulo nos três primeiros decênios de nosso século. (...) Para participar das garantias e dos direitos sociais, consagrados por nosso sistema de vida, os negros tiveram que desenvolver um esforço próprio de auto-educação e de auto-esclarecimento, em escala coletiva. (FERNANDES, 1972. P. 37)

Esse esforço de autoeducação e de autoesclarecimento a que se refere Florestan Fernandes, constituem a reação e a resistência da história do negro

brasileiro. A partir das reflexões da socióloga Ilse Scherer-Warren (1989), pode-se caracterizar essa mobilização da população negra como uma expressão de contra opressão, em outras palavras, uma busca pela libertação:

Contudo, a busca da libertação exige um agir ativo. Quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social. (SCHERER-WARREN, 1989, p. 9)

Definirei, assim, Movimentos Sociais como uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção). (SCHERER-WARREN, 1989, p. 20)

Dentro desta perspectiva, considera-se o movimento do negro como uma ação coletiva de combate a preconceitos e discriminações raciais que os marginalizam dos diversos setores da sociedade.

Impedidos de manifestar sua religiosidade de matriz africana, excluídos de espaços recreativos destinados exclusivamente para os brancos, o negro brasileiro instituiu diversas manifestações de identidade étnica em busca de reivindicar a própria cidadania como as associações recreativas, os sindicatos, os cultos religiosos, a música etc. De acordo com Oliveira (2002), “no ano de 1902, já estavam sendo fundadas associações de negros, que, não obstante, alheias à luta política organizada, possuíam um caráter cultural e beneficente.” (OLIVEIRA, 2002. P.48). Em conformidade com Domingues (2007),

em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente. De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de homens de cor, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação determinadas classes de trabalhadores negros, tais como: portuários, ferroviários e

ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical. Pinto computou a existência de 123 associações negras em São Paulo, entre 1907 e 1937. Já Muller encontrou registros da criação de 72 em Porto Alegre, de 1889 a 1920, e Loner, 53 em Pelotas/RS, entre 1888 e 1929. Havia associações formadas estritamente por mulheres negras, como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas. (DOMINGUES, 2007, pp. 103 – 104)

A liderança negra também identificou na imprensa um canal de expressão significativo. De acordo com Moura (1992), em 1915 começa a circular o primeiro jornal paulista escrito por negros e para negros, sucedido até o ano de 1963 por outros com o mesmo cunho de identidade étnica. Os periódicos expressavam anseios, reivindicações, denúncias contra o racismo, além de informações sobre a vida associativa e cultural da comunidade negra. O próximo capítulo desta pesquisa tratará este tema com mais especificidade.

A potência desse veículo como expressão da voz da gente negra nacional foi determinante para a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB). A representatividade e alcance do discurso da FNB foram expressos no jornal *A Voz da Raça*, que circulou ao longo do período em que a entidade esteve atuante. O periódico era o principal veículo de expressão das reivindicações pela integração do povo negro num projeto de nação em plano de igualdade. De acordo com Clóvis Moura (1992):

A obstinação desses grupos negros em manterem um espaço ideológico e informativo independente, bem como a sua consciência étnica, determinou a sua continuidade, embora intermitente. Por outro lado, esses jornais também serviram de veículo organizacional dos negros. As discussões que se travavam nas suas páginas, a colocação permanente de problemas específicos da comunidade, as denúncias contra o racismo e a violência através de fatos concretos, tudo isso levou a que os negros de São Paulo fundassem o maior movimento político negro do Brasil: a Frente Negra Brasileira. (MOURA, 1992, p. 71)

A FNB foi fundada na cidade de São Paulo, em 16 de setembro de 1931. O contexto nacional era de crise econômica e de transformações políticas que, de acordo com Gomes (2005), a população negra e suas lideranças perceberam como importante para politizar a questão racial. A palavra “frente” era muito utilizada no vocabulário político da época e, além disso, a FNB “não era mais uma associação, e sim uma frente que deveria alcançar várias regiões e reunir lideranças e iniciativas diversas do ‘meio negro’” (GOMES, 2005, p.52). A adesão de negros e negras

possibilitou a expansão de filiais da associação em várias cidades paulistas, mineiras, capixabas, baianas e gaúchas. Gomes (2005) apresenta estimativas, segundo ele, exageradas, que indicavam em torno de 100 mil membros espalhados pelo Brasil, cerca de 6 mil apenas na cidade de São Paulo e mais de 2 mil em Santos. Consolidada, a instituição chegou a organizar-se como partido político em 1936, findando-se no ano seguinte após a determinação do Estado Novo sobre o fim dos partidos políticos e dos movimentos de arregimentação política.

A liderança negra responsável pela fundação da FNB era composta por remanescentes do Centro Cívico Palmares³¹ e do jornal Clarim d'Alvorada³². Dentre outros tantos, destacam-se Arlindo Veiga dos Santos, Isaltino Veiga dos Santos, José Correia Leite, Francisco Lucrécio, Justiniano da Costa, João de Souza, Gervásio de Moraes e Jayme de Aguiar. Além do ideal de mobilização de identidade étnica, outro aspecto que os aproximava era o perfil letrado de seus fundadores: Arlindo Veiga dos Santos era professor de latim, Francisco Lucrécio era funcionário público e cirurgião-dentista, Justiniano da Costa era funcionário dos Correios, João de Souza tinha um pequeno escritório de serviços de pintura. Para Gomes (2005), estavam em uma posição social de certa forma distante do público que desejavam atingir.

O interesse dos jovens negros era impulsionado pelo período de efervescência e de expectativas políticas de vários setores da população negra do início dos anos 1930. A organização contava com departamentos de instrução, de cultura, musical, médico, de imprensa, esportivo, de artes e ofícios, jurídico-social, além de oferecer serviços de consultório dentário, barbeiro e cabelereiro. Promovia, ainda, cursos de alfabetização e oficinas de costura, e realizava festivais de música.

Várias delegações saíam da capital para realizar propaganda da entidade em associações negras locais. Os jovens negros que chegavam na capital, vindos do interior, eram aconselhados a buscar a FNB para conseguir emprego e apoio pois a

³¹ O Centro Cívico Palmares foi uma associação fundada em outubro de 1926. Surgiu de uma proposta de se formar uma biblioteca para as famílias negras paulistanas e se constituiu na defesa dos direitos dos negros. A sua importância, seriedade e competência para a integração do negro na sociedade era reconhecida não apenas pela comunidade negra, mas por outros segmentos da sociedade paulistana. Um exemplo dessa afirmação foi a campanha contra a proibição do ingresso de negros na Guarda Civil, cujo desfile o menino Abdias havia assistido em sua primeira visita à cidade. Devido a essa mobilização, o governador Júlio Prestes suspendeu o decreto. Questões internas levam o CCP a encerrar suas atividades em 1929.

³² O jornal Clarim d'Alvorada iniciou sua publicação sob o nome de Clarim em 06/01/1924, sob a direção de Jayme de Aguiar e José Correia Leite. A mudança do nome com a inclusão da expressão "d'Alvorada" no nome do jornal ocorreu em abril do mesmo ano. Segundo Moura (1992), foi um dos mais importantes jornais por seu papel significativo no despertar da consciência étnica do negro paulista.

instituição era considerada uma referência a respeito da população negra diante da sociedade paulistana.

Tal alusão é evidenciada no depoimento de um de seus integrantes, Francisco Lucrécio, resgatado pelo historiador Clóvis Moura, no Clube Coimbra, em 26 de junho de 1976:

Os meus membros possuíam carteira que os identificava, com retratos de frente e perfil. Quando as autoridades policiais encontravam um negro com esse documento, respeitavam-no porque sabiam que, na Frente Negra, só entravam pessoas de bem". (MUNANGA; GOMES, 2006. P.117)

Outro exemplo da importante referência que a FNB representava na sociedade foi em 1932, quando uma comissão de seus integrantes foi recebida pelo presidente Getúlio Vargas e conseguiu a admissão de imediata de 200 negros na Guarda Civil paulistana.

Nesse mesmo ano, logo depois da Revolução Constitucionalista, Abdias Nascimento iniciou sua participação na FNB. De início, como militante quase anônimo, descreveu a sua participação nas ações de combate contra a discriminação racial em São Paulo como um princípio de militância orgânica (SEMOG; NASCIMENTO, 2006). Sobre essa experiência, expressou a seguinte percepção:

Aquela militância na Frente Negra trouxe uma série de descobertas importantes, e também me permitiu ir construindo um novo tipo de consciência, uma visão mais ampla das problemáticas raciais.

(...) um ponto considerável de ser registrado é o que trata das agressões sofridas na época, que ajudaram a abrir bem os meus olhos, mas principalmente a consolidar esta minha consciência anti-racista. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006. Pp. 78 – 79).

Além do crescente sentimento de pertencimento ao estrato social dos intelectuais, o depoimento de Abdias Nascimento exterioriza a decisão pelo engajamento, ao manifestar uma identificação com as questões raciais, compondo a compreensão de outro aspecto que o consolida como agente coletivo. Para Vieira (2011),

o termo missão, historicamente associado ao clérigo na Idade Média e, depois, ressignificado para explicar a posição social do professor na Modernidade, foi usado no discurso da intelectualidade brasileira para expressar o imperativo do dever e a decisão de engajamento político dos intelectuais (VIEIRA, 2011. P. 36).

O engajamento de Abdias Nascimento pode ser ainda percebido em outras situações vividas na sua experiência na FNB. Em documentos autobiográficos, há relatos de participação em grupos organizados para ações isoladas, envolvendo-se, por exemplo, em enfrentamentos de questões raciais com embate físico. Tais embates se davam em espaços que não permitiam o acesso aos negros, como cinemas, barbearias e até mesmo ruas³³. Ele participou também de comissões responsáveis por apresentar as denúncias diretamente ao presidente da República na capital do país.

Como já citado anteriormente, os militares eram proibidos de envolver-se em quaisquer mobilizações políticas, o que impedia os soldados negros de frequentarem as atividades sociais promovidas pela FNB. Em função disso, muitos vivenciaram a violência da discriminação racial nos espaços em que buscavam diversão, como bares e salões de dança. Abdias Nascimento experienciou esses incidentes individuais de discriminação racial, dos quais dois vividos com o mesmo amigo – Sebastião Rodrigues Alves³⁴ - julga-se relevante narrar nesta pesquisa em função dos eventos importantes que eles desencadearam na trajetória do intelectual.

Um dos episódios ocorreu no bar Danúbio Azul, onde os jovens amigos foram interpelados pelo gerente que os proibiu de dançar:

Eu e o Rodrigues Alves já tínhamos um código de honra, que era de resolver as questões com a mesma violência com que éramos atingidos. E não deu outra! O Rodrigues Alves puxou o revólver no meio do salão, apontou para a orquestra e ordenou que ela tocasse; depois mirou na direção do gerente, para que ele não se mexesse, e disse que eu ia escolher uma dama para dançar. Como não tinha jeito mesmo, eu aproveitei e soltei os pés no salão, com uma dançarina que me parecia legal. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006. P. 79).

A outra situação ocorreu em outro bar que ficava no andar térreo de um prédio residencial, no ano 1936:

Éramos cabos do exército e estávamos à paisana. Pois bem, resolvemos ir a um bar que se chamava Majestic, na rua Aurora ou rua Vitória. Chegamos lá e se repetiu aquela coisa de sempre: só podíamos entrar pela porta dos

³³ Em 1937, na cidade de São Paulo, o delegado Alfredo Issa, atendendo a um pedido dos logistas da rua Direita, baixou uma portaria proibindo os negros de passear por ela, um local de encontro da juventude negra, que ali passeava, namorava, olhava as vitrines. Abdias compunha uma comissão de negros que denunciou o fato ao presidente da República. Atualmente, a rua Direita liga a Praça da Sé à Praça Patriarca.

³⁴ Sebastião Rodrigues Alves e Abdias Nascimento combateram na Revolução de 1932, ele lutava pelo Rio de Janeiro, enquanto Abdias defendia São Paulo, porém, só foram se conhecer no final do conflito, depois da rendição paulista.

fundos. O motivo? Porque éramos negros. É claro que foi inevitável que acontecesse uma grande cena de pugilato, com pancadaria, quebra-quebra, palavrões e gritarias em todas as direções. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006. Pp. 79-80).

O desfecho desse evento foi além do que os dois amigos esperavam. No meio da confusão, surgiu o delegado de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DOPS). Conforme a descrição de Abdias Nascimento, o delegado agiu com arrogância e intimidação, ficando do lado dos sujeitos que os estavam discriminando, e acabou apanhando também. Conforme suas memórias:

Depois de um grande barulho, de uma grande movimentação, nós conseguimos fugir. Mas, também, não dava para ficar: afinal, tínhamos agredido o delegado de Ordem Política e social. Desaparecemos na noite, que aliás era de Carnaval. Mas fomos afinal descobertos, pois sempre há um delator. (...)

Numa certa manhã, a pensão foi invadida pelo dr. Egas Botelho, com um batalhão de policiais. Naquele momento, levando bordoadas e pontapés, (...) fomos mesmo é levados para o tal Gabinete de Investigações. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006. P. 80).

A prisão no Gabinete de Investigações durou 30 dias, depois ainda enfrentaram o general comandante da Região Militar, resultando na expulsão do exército e de terem os nomes fichados no Gabinete de Investigações. Para Abdias Nascimento, eles sofreram as consequências de terem reagido contra o racismo. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006). Fora do exército, sem emprego, sem ter onde morar e sem ter como se manter, os amigos acabaram seguindo caminhos diferentes. Rodrigues Alves retoma alguns contatos e se recolhe ao Convento dos Frades Franciscanos em Santa Catarina, onde recebeu o burel franciscano e o nome de Frei Miguel. Abdias Nascimento decide mudar-se para o Rio de Janeiro, vivendo num quartinho de fundos da casa de um amigo de Rodrigues Alves dos tempos do exército.

O encontro de Abdias Nascimento com a Ação Integralista Brasileira³⁵ (AIB) se dá no ano de 1933, em São Paulo, mas é no Rio de Janeiro que sua relação com

³⁵ A Ação Integralista Brasileira foi uma organização política fundada em 1932 pelo jornalista Plínio Salgado. De acordo com o Manifesto Integralista, lançado na ocasião, o ideário básico da nova organização resumia-se em: defesa do nacionalismo, do corporativismo, combate aos valores liberais e rejeição do socialismo como modo de organização social. A AIB cultivava uma série de símbolos e rituais com os quais buscava afirmar sua identidade, como os uniformes verdes envergados nas manifestações públicas, a letra grega sigma (*) usada como emblema, e a saudação *Anauê!* empregada por seus militantes. O lema da organização era "Deus, Pátria e Família". A AIB possuía, ainda, sua própria milícia armada e uma considerável estrutura de imprensa, composta por jornais de circulação local, duas revistas, um órgão oficial e um grande órgão de divulgação nacional - A Ofensiva. Com uma

o integralismo toma outro rumo. Não foram encontradas informações sobre como se deu sua filiação, mas segundo Macedo (2005), ao analisar a trajetória de outros intelectuais negros, contemporâneos de Abdias Nascimento, é possível traçar aspectos que convergem para a construção de uma explicação. Um primeiro elemento identificado é o ambiente de classe média urbana pelo qual Abdias circulava na época de sua adesão à AIB. Além de ter se tornado instrutor de Tiro de Guerra, lidando com jovens oriundos dessa classe social, também estava cursando economia na Faculdade Álvares Penteado, sendo assim, sua posição nas Forças Armadas combinada com uma instrução mais elevada o aproximava do integralismo. Outro aspecto importante está relacionado com a religião católica de Abdias. Assim como ele, Guerreiro Ramos, também católico e inserido no ambiente de classe média urbana da capital da Bahia, ligava-se ao integralismo em 1935. Entretanto, sabe-se que o caráter nacionalista da AIB propunha a transformação do país em uma sociedade integral, a qual proporcionaria ao Brasil a consolidação de uma nação forte e independente diante das demais. Para isso, o projeto integralista privilegiava os elementos culturais que caracterizavam a pátria. De acordo com a pesquisa de Jaqueline Tondato Sentinelo³⁶ (2010), a questão racial no projeto político de nação do Integralismo pode ser entendida como as raças no sentido biológico e como as diferenças étnicas e culturais. Nesse sentido, pode-se compreender que a aproximação de intelectuais negros na AIB esteja relacionada à ideia de formação de uma sociedade com lugares reservados para as diversas raças. Porém, a defesa de miscigenação promovida pela AIB apresentava o discurso racista do branqueamento da população, pois o sentido de raça empregado estava relacionado aos interesses da nação que se propunham a constituir.

Conforme Semog e Nascimento (2006),

ninguém entra para um movimento se não tiver um mínimo de identidade com as causas que são defendidas; e o movimento só se faz movimento porque as lideranças conseguem agregar esses interesses comuns entre as pessoas. O que me levou ao integralismo foi sua posição antiimperialista e antiburguesa. O que me interessava era a luta contra o imperialismo, contra a penetração americana. A possibilidade de estar num movimento com esse fim me empolgava e me tocava profundamente. O apelo do integralismo era bem mais amplo, principalmente quanto ao nacionalismo; havia uma

rápida expansão, em 1937 tornou-se partido político, porém, no mesmo ano, em função do decreto de Getúlio Vargas, teve suas atividades encerradas, assim como as demais organizações partidárias do país.

³⁶ SENTINELO, J. T. O lugar das raças no projeto de nação da Ação Integralista Brasileira. Revista Espaço Acadêmico, v. 9, n. 108, p. 145-152, 2010.

preocupação marcante quanto à defesa da identidade nacional, do patrimônio cultural, das riquezas e reservas naturais, e os Estados Unidos representavam o destruidor disso tudo. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006. P. 82).

É relevante ressaltar que sua proximidade com a AIB foi marcada também pelo trabalho realizado como revisor do jornal integralista *A Offensiva*, no período em que residiu no Rio de Janeiro, especificamente no morro da Mangueira, e por ações de protesto contra o Estado Novo. No ano de 1937, Abdias Nascimento foi preso e condenado, junto com um grupo de estudantes universitários, acusados de propaganda subversiva em relação ao regime vigente. Cumpriu pena na Penitenciária Frei Caneca até abril de 1938. Segundo Abdias Nascimento, essa experiência propiciou uma situação interessante,

porque lá estava presa toda a turma do Partido Comunista que tinha participado do levante comunista de 1935. Durante essa prisão, conheci muita gente boa e fiz muitas amizades, dentre essas o major Trifino Correia³⁷. O líder Luís Carlos Prestes também estava preso lá, mas ficava separado, na sala da capela. Era proibido falar com ele: nós só o víamos de longe, durante o banho de sol. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006. P. 89).

O fato foi publicado na página 6 do periódico *O Jornal*, em 28 de dezembro de 1937, na cidade do Rio de Janeiro, com a foto dos envolvidos. Abdias Nascimento e Geraldo Campos estão na primeira e oitava posições, respectivamente, observando-se da esquerda para a direita.

³⁷ Trifino Correia, um dos líderes do levante dos tenentes do Rio Grande do Sul em 1924, foi subcomandante da Coluna Prestes em 1926. Integrava o diretório da ANL e foi incumbido por Prestes de mobilizar os antigos combatentes para executar a revolta de 1935.



Figura 2: Manchete de “O Jornal” em 28 de Dezembro de 1937.

Fonte: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_03&PagFis=42420&Pesq=abdias%20nascimento

As afirmações de Abdias Nascimento sobre sua aproximação com a AIB expressam uma identificação bem mais potente com esta do que a que experienciou com a FNB. De acordo com Gomes (2005), um dos fundadores da Frente e primeiro presidente, Arlindo Veiga dos Santos, era uma das lideranças do movimento Patrianovista e defendia o retorno dos ideais da política monarquista. Além dele, outras lideranças da FNB circularam pelas duas organizações.

Para Nilma Lino Gomes, a FNB efetivou uma ação sócio política de reconstrução da identidade, ressignificando e politizando conceitos sobre o negro e sua realidade social. Nesse sentido, enquadrando-se como Movimento Negro, “a Frente Negra pode ser considerada também como uma articuladora, sistematizadora de saberes emancipatórios, principalmente os políticos, sobre a realidade dos negros da época” (GOMES, 2017, p.28-30). A autora ainda afirma que o Movimento Negro é entendido como sujeito político produtor e produto de experiências sociais diversas que ressignificam a questão étnico-racial reconhecido, assim, como sujeito de conhecimento,

ator político que produz, constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios produzidos pelos negros e negras ao longo de sua trajetória na sociedade brasileira. Tais ações têm como foco a população negra, mas não se restringem a ela. Visam à construção da

sociedade e da educação como espaços/tempos mais igualitários, democráticos e justos para todos. (GOMES, 2017, p. 38)

Destaca-se, então, a partir dessa ótica, que as experiências sociais de Abdias Nascimento dentro da FNB, e mesmo na AIB, devem ser consideradas constitutivas de seu conhecimento e entendimento sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil. Na continuidade da pesquisa, as ações e o engajamento de Abdias Nascimento vão se intensificando, a partir de reflexões mais adensadas e da produção de saberes, expressando uma aprimoração de sua busca por emancipação social da população negra e pela superação do racismo.

2.3. A Imprensa Negra como meio de comunicação, educação e protesto

Antes de ingressar no tema central deste capítulo, julga-se necessária uma breve reflexão sobre o uso do jornal como fonte histórica para esta investigação a partir dos estudos de Vieira³⁸ (2007). Em seus estudos, o autor propõe uma análise das características e das potencialidades dos jornais diários, entendidos como tema e como fonte de pesquisa para a História da Educação. Para Vieira (2007),

a imprensa permite uma ampla visão da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais. (VIEIRA, 2007, p. 13)

Partindo dessa compreensão, essa fonte possibilita uma perspectiva da sociedade e de seus problemas, e permite a problematização do passado por meio das ideias veiculadas em suas páginas impressas. Entretanto, o reconhecimento das potencialidades da imprensa como documento, como suporte de sentidos, como

³⁸ VIEIRA, C. E. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920 (pp. 11-40) In: Cinco estudos em História e Historiografia da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (org.)

agente social não exclui o compromisso historiográfico de situá-la como “feixes de relações como resultado de conflitos e de negociações que tornam visíveis ou invisíveis certas questões, acontecimentos ou formas de pensar” (VIEIRA, 2007, p. 14).

Isso significa dizer que, o reconhecimento da potência documental e memorial do jornal como fonte histórica não transforma o protagonismo dos textos jornalísticos do passado em monumentos que expressam e fixam formas de pensar e agir. Ao contrário, o uso dessa fonte histórico reivindica a problematização desses documentos.

Seguindo essa linha de raciocínio, a análise proposta neste capítulo parte de uma breve contextualização do período abordado, propiciando a compreensão de quais situações possibilitaram e/ou promoveram a inserção da população negra no movimento da imprensa brasileira.

Para tanto, retoma-se o início do século XX, quando o Estado de São Paulo viveu a introdução maciça de imigrantes, principalmente italianos, para trabalhar nas plantações de café, substituindo os negros libertos. Apesar do destino, inicialmente, estar dirigido ao trabalho no campo, muitos desses trabalhadores optaram por deixar os contratos com os fazendeiros e dirigiram-se para as cidades.

A população negra de ex-escravos, que havia sido substituída em grande medida pelos imigrantes no trabalho nas fazendas, passou então a competir no mercado de trabalho do espaço urbano da capital paulista com os novos trabalhadores estrangeiros. Apesar das dificuldades de adaptação e assimilação na sociedade que enfrentavam, esses grupos de imigrantes de diferentes origens já publicavam jornais em suas línguas próprias como reação e defesa de seus interesses.

Em condição desfavorável, pois o jornalismo e a imprensa existente no período propagavam os pressupostos racistas do darwinismo social, do determinismo evolucionista, do arianismo e da eugenia (DOMINGUES, 2008, p. 517), um grupo de homens negros criou e produziu periódicos que tinham o preconceito e a raça negra como temas centrais. De acordo com Sales (2014),

a formação da Imprensa Negra Paulista contou com o auxílio de um grupo de negros que já tinha acesso à educação e a espaços de domínio branco, ou seja, negros de projeção social. Nomes de destaque como o de José Correia Leite, os irmãos Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos, Jayme de Aguiar, João de Campos, Deocleciano Nascimento, Frederico Baptista, Lino Guedes, Gervásio de Moraes,

entre outros, compuseram essa elite intelectual negra. (SALES, 2014, p.15)

Ainda sobre a relação da intelectualidade com a imprensa, Vieira (2007) afirma que

para a intelectualidade, a imprensa, em geral, e o jornal, em particular, representaram um ofício, um meio de expressão e uma forma de promoção social. Ele permitiu ao intelectual, em diferentes contextos, marcar presença na cena pública para além dos espaços restritos dos círculos de letrados. (VIEIRA, 2007, p. 15)

Sabe-se ainda que, desde o final do século XIX já circulavam jornais do movimento abolicionista que promovia meios de comunicação, educação e protesto para a comunidade negra.

Na pesquisa de Flávio Gomes (2005),

surtem O Treze de Maio (1888), A Pátria (1889), O Exemplo (1892), A Redenção (1899), O Baluarte (1903), O Propugnador (1907), O Combate (1912), O Patrocínio (1913) e outros nos anos seguintes, com o objetivo de refletir sobre os desdobramentos do pós-emancipação e a situação dos homens de cor. (GOMES, 2005, p.28)

Não foram encontradas informações que pudessem esclarecer detalhes sobre a origem de muitos desses jornais da imprensa negra, nem quem eram seus redatores e quais suas filiações ideológicas. Alguns jornais pretendiam festejar a abolição, mas também procuravam refletir a seu respeito e denunciar as humilhações sofridas pela população negra da época. As publicações podem ter sido produzidas com recursos pessoais de jornalistas e gráficos negros, sabe-se, entretanto, que eram vendidos em bailes e até distribuídos gratuitamente (GOMES, 2005, p.28).

Os periódicos do “meio negro” (GOMES, 2005, p.31) que circularam nesse período foram criados e dirigidos por negros ligados às associações beneficentes, sociedades dançantes e clubes culturais. Com uma finalidade prioritariamente integracionista, as lideranças negras focavam sua ação no comportamento social e moral dos negros. As publicações e os editoriais dialogavam com esse público específico promovendo uma autovalorização, abordando formas políticas, culturais e religiosas de organização e participação.

Nesse sentido, a imprensa negra era a forma de expressão desse grupo na figura de seus editores, e o diálogo que se estabelecia entre o jornal e seus leitores refletia suas aspirações e lutas.

Flávio Gomes (2005) afirma que “a principal característica do conjunto de sua produção [do jornal] foi a proximidade da relação editor/leitor” (GOMES, 2005, p. 32). Um exemplo disso é a edição de 15 de novembro de 1916 do periódico O Baluarte, órgão oficial do Centro Literário dos Homens de Cor, situado na cidade de Campinas, São Paulo:

Baluarte é o symbolo da fraternização, e o sustentáculo do porvir.

O aparecimento inesperado deste órgão como o nome supra, vem contribuir para o desenvolvimento intelectual dos nossos futuros filhos e dos homens de côr desta florescente cidade.

Devemos pois, concorrer e proporcionar todos os meios e exforçar-nos para o engrandecimento e prosperidade do Centro Literario dos Homens de Côr, agremiação fundada há dias, por iniciativa de alguns homens da nossa classe; e este é o echo que deve repercutir em todos os corações de sentimentos nobres.

O Baluarte vem confortado preencher uma lacuna das nossas aspirações: e defenderá conscienciosamente a classe. (BALUARTE, 15/11/1916, p. 1)

As palavras expressas em O Baluarte evidenciam uma preocupação com o desenvolvimento intelectual dos homens de cor e seus descendentes. Excluídos de uma sociedade que, cientificamente, hierarquizava e dividia a humanidade em grupos, utilizar-se do mesmo código de comunicação do grupo dominante pode ser compreendido como uma tentativa de integração social e de conquista de direitos para a população negra.

Para Nilma Lino Gomes (2017), a imprensa negra rompe com o imaginário racista pautado no ideário do racismo científico, pois se contrapõe à teoria de inferioridade intelectual que era atribuída aos negros, além de possuir um papel educativo, de formação, informação e politização da população negra em relação à integração na sociedade da época. Nos periódicos era comum a publicação de artigos que conferiam à educação, inclusive à difundida no seio familiar, uma via de acesso para ascensão social (GOMES, 2017, p. 30). O jornal Auriverde, na edição comemorativa dos 40 anos da abolição, publicou um artigo na primeira página discorrendo homenagens à Princesa Izabel e aos “heroes abolicionistas”, pelo qual expressa a importância dada à educação, “agora, a nossa evolução, depende, unicamente, de nós, educando cada vez mais a intelectualidade afim de podermos arrojar ás empresas onde está acento o seu ponto culminante” (AURIVERDE, 13/05/1928, p. 1).

Outro exemplo foi publicado no jornal O Clarim da Alvorada, de 13 de maio de 1927. A edição também trazia o tema da abolição da escravidão como central, entretanto, as páginas 3 e 4 são ocupadas por um artigo assinado por Arlindo Veiga dos Santos, com o título Palavras aos Paes Negros. O texto, de cunho nacionalista, moralista e religioso, apresenta, com veemência, a responsabilidade dos pais na educação para “a grande obra da Acção Negra no Brasil” (O CLARIM D'ALVORADA, 1927, p. 3):

A vós, Paes Negros, é commettido o dever natural e, no nosso caso, nacionalístico e patriótico, de trazer a vossa prole educada para a conquista do presente e do futuro: primeiro, ensinando-a na disciplina conveniente segundo as possibilidades vossas e de vossos filhos; corrigindo-os seriamente para evitar-lhes a onda de desmoralização que atinge a todos, e, em especial, a nossa Gente. Isso se fará com uma prudência innata aos paes e, mais que tudo, por uma intenção religiosa.

Cumpre-vos evitar aos vossos filhos o analfabetismo da leitura e, ainda mais, o analfabetismo moral que provoca a pavorosa crise do caracter nacional. (O CLARIM D'ALVORADA, 1927, p. 4).

A historiadora Miriam Nicolau Ferrara (1985) traçou o histórico da imprensa negra paulista em três períodos. No primeiro, de 1915 a 1923, tem-se o registro dos seguintes jornais: O Menelick (1915), A Rua (1916), O Xauer (1916), O Alfinete (1918), O Bandeirante (1919), A Liberdade (1919), A Sentinela (1920), O Kosmos (1922) e Getulino (1923). As publicações frequentes diziam respeito a notas de casamentos, aniversários e falecimentos, mas também havia poemas, anúncios publicitários e avisos à comunidade. Mesmo que se tivesse uma preocupação com questões raciais, o conteúdo reivindicatório existente é reduzido. A característica comum dessas publicações é o controle do grupo por meio de comentários de cunho moralista, cuja preocupação era serem recebidos pela comunidade como conselhos:

Oh!... sr. Alfredinho! Você teve a coragem de ir ao Elite? ... Joaquim estava lá... mas ele... saiu limpo, não brigou com ninguém e é muito digno do cargo, mas você!... tome cuidado e ouça os meus conselhos: não vá mais lá, sim? (A LIBERDADE, 14/07/1919, p. 2)

Certa mulatinha do Braz que vae a Praça João Mendes azeitar-se com certo gaujo palhetinha muito zebra!... Logo no centro a senhorita vae fazer isso?! (A RUA, 24/02/1916, p. 2)

A Paulina do S. Paulo por ter na festa do Kosmos, tomado um grande e regular pifão ficando muito sahida. Puxa!... A senhora pediu bebida para esquentar, mas bebeste fria mesmo, não? Água raz ou essência de teribentina também esquentam!... (A RUA, 24/02/1916, p. 2)

O segundo período, de 1924 a 1937, é marcado pelos seguintes jornais: O Clarim d'Alvorada (1924), Elite (1924), Auriverde (1928), O Patrocínio (1928), Progresso (1928), Chibata (1932), Evolução (revista-1933), A Voz da Raça (1933), Tribuna Negra (1935) e A Alvorada (1936). Esse período é marcado por uma maior reivindicação por direitos no campo político, profissional e por lazer.

Foi por meio do jornal A Voz da Raça, que circulou nos anos de 1933 a 1937, que a representatividade e o alcance do discurso da Frente Negra Brasileira foram expressos. Neste sentido, julga-se importante dedicar algumas linhas para a análise deste periódico, considerando este como um período inaugural de proximidade de Abdias Nascimento com a imprensa negra. Apenas no terceiro período da imprensa negra, apresentando por Ferrara (1985), Abdias Nascimento publicou o jornal Quilombo, com a colaboração de amigos intelectuais, que circulou entre os anos de 1948 e 1950.

Semelhante aos outros periódicos das primeiras décadas do século XX, A Voz da Raça tinha seu conteúdo distribuído em quatro páginas. Entretanto, segundo a análise de Robéria Nádia Araújo Nascimento, o jornal possuía um caráter inovador para os padrões socioeconômicos da época, contando com espaço para artes e cultura (NASCIMENTO, 2016, pp.103-104). O responsável por sua fundação foi Francisco Costa, integrante da FNB, tendo suas publicações com periodicidade semanal no início, passando a quinzenal, e, em 1937, tornando-se mensal.

Ao inaugurar suas publicações, o editorial utiliza-se da apresentação do periódico para justificar a necessidade de sua existência:

Este jornal aparece na hora em que precisamos tornar público, nos dias de hoje, de amanhã e de sempre, os interesses e comunhão de ideias da raça, porque as outras folhas, aliás veteranas, por despeitos políticos, tem deixado de os fazer; porém isso não tem importância; diz o ditado que 'a dôr ensina a gemer!...' e si não fosse a dôr... este jornal não surgiria e nos continuaríamos marcando passo e sendo alvo da continua atitude dos 72 onhece paulistas que, na surdina, vão pondo no cesto os originais que no presente momento o seu assunto vise a moral e a união política do negro. (A Voz da Raça, 18/03/1933, p.1)

No mesmo número, o artigo assinado pelo presidente da FNB, Arlindo Veiga dos Santos, e dirigido aos fretenegrinos, posiciona o jornal em relação aos aspectos político, religioso e moral entendidos por ele como necessários para o alcance dos ideais da instituição:

Neste gravíssimo momento histórico da NACIONALIDADE BRASILEIRA, dois grandes deveres incumbem aos negros briosos e esforçados, unidos num só bloco da FRENTE NEGRA BRASILEIRA: a defesa da Gente Negra e

a defesa da Pátria, porque uma e outra coisa andam juntas, para todos aqueles que não querem trair a Pátria por forma alguma de internacionalismo.

Ao Frentenegrino, para que possa alcançar, em época não distante, a satisfação dos seus ideais, é necessária a mais devotada e firme disciplina, condição única da vitória. Só vencem os batalhões disciplinados, que acatam os chefes e, por isso, em ordem vão para o triunfo.

Daremos, todavia, tal demonstração de coragem, perseverança e retidão de caráter; faremos uma tal obra em nosso Brasil, que A GLORIA E A FIDELIDADE DO NEGRO BRASILEIRO A CIVILIZAÇÃO CRISTÃ HÃO-DE ESPANTAR TODA A AMERICA. (A Voz da Raça, 18/03/1933, p.1)

Além de manifestar seu posicionamento, a FNB, por meio do A Voz da Raça, exaltava a própria imagem divulgando suas realizações e conquistas. Essa ação pode ser compreendida como uma estratégia para servir de modelo, garantindo assim sua credibilidade e confiança diante da comunidade negra. Exemplo disso é a seção Pela Imprensa, na qual o periódico publicava pequenas notas sobre si divulgadas em outros jornais do país. Outro exemplo pode ser visto na publicação de 15 de abril de 1933, em uma chamada para as comemorações do 13 de maio, na qual o jornal explicita a relevância das ações da FNB para os negros:

Para celebrar o 13 de Maio, uma das maiores etapas da redenção da Gente Negra Brasileira, a Comissão de Festas da FNB – que vai levando o Negro Nacional á própria redenção e á da Pátria pela atitude nacionalista dos frentenegrinos – 73onhece73t o seguinte programa (...) (A Voz da Raça, 15/04/1933, p.4)

Também é possível identificar em vários periódicos, convocações diretas à população negra. Os textos eram escritos em destaque, dentro de quadros, com letras em caixa alta e em dimensões diferentes dos outros textos “NEGRO, não te envergonhes de ser negro! ALISTA-TE nas fileiras frentengrinas, si é que queres elevar o nível moral e intelectual do negro” (A Voz da Raça, Abril/1936, p.2).

De 1937 a 1945, não foram localizados registros de produção e circulação de jornais da imprensa negra, fato que se justifica com a implantação do Estado Novo que determinou a extinção de partidos políticos, associações e jornais ligados a eles. Nos estudos de Vieira (2007), o papel do jornal altera-se em razão de mudanças nas relações entre imprensa e sociedade, bem como da correlação de forças estabelecidas entre os agentes a utilizam como meio de expressão. Para as forças políticas, por exemplo, “constitui-se em um protagonista importante, capaz de alterar ou manter as relações de poder” (VIEIRA, 2007, p. 15).

Nessa lógica, o último período (1945 a 1963) surge num momento de transição e reestruturação da sociedade brasileira: a redemocratização do país com a deposição de Getúlio Vargas. Com o intuito de reunir os negros e reorganizar sua participação sócio-política e econômica, as reivindicações da gente negra ressurgem com os seguintes jornais: Alvorada (1945), Senzala (revista-1946), União (1948), Mundo Novo (1950), Quilombo (revista-1950), Redenção (1950), A Voz da Negritude (1953), O Novo Horizonte (1954), Notícias de Ébano (1957), O Mutirão (1958), Hífen (1960), Níger (revista-1960), Nosso Jornal (1961) e Correio d'Ébano (1963) (FERRARA, 1985, pp. 200-205).

Muitos dos intelectuais negros que circularam pela FNB são os responsáveis por essa mobilização, dentre eles Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos. Nesse sentido, Vieira (2007) explicita a ambivalência do jornal como fonte histórica. Se por um lado, os profissionais ligados à imprensa defendem que a notícia sobre um fato é veiculada de forma imparcial e isenta, de outro, temos a tendenciosidade desse suporte. Segundo Vieira (2007), “nessa posição, em geral, encontramos os atores engajados na luta política, religiosa e moral que, em contextos determinados, advogam a perniciosidade da influência da chamada grande imprensa” (VIEIRA, 2007, p. 15).

Sobre esse engajamento torna-se possível situar Abdias Nascimento na Imprensa Negra Paulista. Em parceria com Alberto Guerreiro Ramos (1915 – 1982), o intelectual idealizou e fundou o jornal Quilombo – vida, problemas e aspirações do negro, que foi lançado originalmente em formato tabloide e circulou entre o período que compreende dezembro de 1948 e julho de 1950. Ao longo das dez edições, foram se inserindo outros intelectuais como Aguinaldo de Oliveira Camargo, Wilson Tibério, Teodorico dos Santos, João Conceição, José Herbal e Maria Nascimento, esta responsável pela coluna Fala Mulher, dirigida ao público feminino.

O conteúdo jornalístico produzido por esse grupo de intelectuais servia ao mesmo tempo como agente cultural – ao difundir as peças do TEN e outros eventos relacionados à cultura negra – e como denúncia e crítica, ao tratar da existência do racismo no Brasil e negar a democracia racial.

Com base na concepção de conhecimento-emancipação proposta por Gomes (2017), compreende-se que os textos produzidos pela imprensa negra se constituem um saber produzido pelo investimento intelectual, político, de vida de homens e

mulheres negros no combate de superação do racismo e pela emancipação social. Para Gomes (2017),

a teoria e a experiência prática são vistas como formas diferentes de viver e de sistematizar o conhecimento do mundo que a vida social se realiza. Por isso não cabe hierarquia entre elas. No conhecimento-emancipação há toda uma leitura crítica dos motivos políticos, ideológicos e de poder por meio dos quais a dicotomia entre saber e conhecimento foi construída. Ele tem conhecimento dessa dicotomia; porém, não se limita a ela. Antes, tenta ultrapassá-la. (GOMES, 2017, p. 59)

A análise dos jornais propiciou a compreensão de que a imprensa negra foi meio de comunicação, de educação e de protesto que reivindicou os direitos da comunidade negra brasileira, propondo-se a socializar e integrar o negro na sociedade, ajudando-o a superar a imagem de passividade e conformismo historicamente construída. Mesmo que, no início, os jornais apresentassem um caráter mais associativo e recreativo, as questões raciais e políticas foram se incorporando por meio de uma intelectualidade negra interessada em articular esse debate.

A Voz da Raça representa uma importante fonte histórica para abordar as ações da Frente Negra Brasileira. As marcas do integralismo, por exemplo, que aproximaram Abdias Nascimento dos debates políticos e raciais, estão presentes no jornal, e evidenciados no lema estampado no cabeçalho do periódico: Deus, Pátria, Raça e Família. Em grande parte dos artigos publicados encontram-se mensagens em tom conservador e moralista, com discursos fortemente marcados pelo nacionalismo. As enunciações aqui transcritas procuram exemplificar a forma como o periódico convocava a população negra brasileira à identificação com as ações em defesa da gente negra e da pátria.

3. A PEDAGOGIA DA MILITÂNCIA

“...começava a viver outro tipo de realidade do negro. Já não se tratava só de protestar, ou reagir com aquelas atitudes violentas, como acontecia em São Paulo. Não se tratava de que, no Rio de Janeiro, o racismo fosse diferente, mas em São Paulo a reação era mais explícita. Por outro lado, no Rio de Janeiro, os negros tinham uma relação mais direta com a sua cultura, através dos seus terreiros, dos seus candomblés, e isso foi uma nova educação para mim; pois antes eu reagia instintivamente contra a discriminação, era uma necessidade de enfrentar aquela opressão como uma atitude de guerra, sem outro fundamento que não fosse a justiça, os direitos do cidadão. Mas, no Rio de Janeiro, havia outra dimensão. Eu pude entrar naquilo que era a alma negra, e compreender as nossas tradições culturais.”

(Abdias Nascimento)

O terceiro aspecto dessa pesquisa inicia-se com as memórias de Abdias Nascimento sobre suas vivências educativas no Rio de Janeiro, com o objetivo de oferecer informações das estratégias mobilizadas pelo intelectual na busca por uma ascensão social, partindo das inferências levantadas pelo título do capítulo.

Conforme já apresentado na etapa de introdução do trabalho, na qual analisou-se a experiência de Abdias Nascimento na cidade do Rio de Janeiro, incluindo o período em que esteve preso – bem como a aventura a que se lançou com outros intelectuais viajando, sem recursos, por alguns países da América do Sul –, este capítulo procura mostrar como e em que espaços o intelectual pode experimentar e configurar uma Pedagogia da Militância, consolidando-a na fundação do Teatro Experimental do Negro.

Entretanto, é relevante manifestar que o entendimento da pesquisa sobre a expressão Pedagogia da Militância é de um projeto de formação produzido na experiência social, que não conta com uma sistematização teórica prévia, mas que produz efeitos sobre as ideias e as práticas daqueles que se vinculam direta ou indiretamente ao movimento social. Conforme Nilma Lino Gomes (2017),

os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e anti-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório construído pela

sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento. (GOMES, 2017, p.16-17)

O conceito de pedagogia proposto por José Carlos Libâneo (2010), ainda, contribui para a elucidação da referência utilizada nesta pesquisa, compreendida como uma ampliação do conceito de educação e uma diversificação das atividades educativas, que, conseqüentemente promovem, também, a diversificação da ação pedagógica na sociedade. Para Libâneo (2010),

é quase unânime entre os estudiosos, hoje, o entendimento de que as práticas educativas estendem-se às mais variadas instâncias da vida social não se restringindo, portanto, à escola e muito menos à docência, embora estas devam ser a referência da formação do pedagogo escolar. Sendo assim, o campo de atuação do profissional formado em Pedagogia é tão vasto quanto são as práticas educativas na sociedade. Em todo lugar onde houver uma prática educativa com caráter de intencionalidade, há aí uma pedagogia. (LIBÂNEO, 2010, p. 51)

Nesses termos, compreende-se que as práticas pedagógicas estão presentes nas esferas de educação informal, não-formal e formal, produzindo e disseminando conhecimentos e modos de agir.

A partir desse esclarecimento, estabelecem-se conexões entre a concepção de pedagogia abordada aqui e a afirmação de Abdias Nascimento de que o contato com as raízes negras, no Rio de Janeiro, serviu-lhe como uma nova educação.

Na busca por identificar essa educação nas esferas da vida social de Abdias Nascimento, é preciso contextualizar suas experiências na capital fluminense, desde sua chegada, em 1936, quando foi morar em um quarto no morro da Mangueira, próxima à sede da escola de samba. Essa proximidade lhe proporcionou diálogo com a comunidade, recebendo “lições de cultura popular quando conversava com aquele pessoal” (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p 88).

Para sobreviver, logo no início, trabalhou desde faxineiro na rádio Ipanema, juntando pontas de cigarro e todo tipo de sujeira que existisse no local, até revisor do

jornal O Radical, bem como outras atividades que surgiam temporariamente, garantindo o suficiente para manter-se na metrópole.

No ano seguinte, Abdias Nascimento mudou-se para a Baixada Fluminense, em Duque de Caxias. Ali conheceu e conviveu com Solano Trindade³⁹, com quem, em 1945, constituiu o Comitê Democrático Afro-brasileiro, que se estabeleceu, depois, como braço político do Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias Nascimento. A mudança também marcou o desligamento formal das atividades com o integralismo.

Foi também nesse período que o intelectual decidiu por transferir a matrícula do curso de economia, iniciado em São Paulo na Escola de Comércio Alves Penteado, para a Universidade do Rio de Janeiro, na Faculdade de Economia (atual UERJ), terminando seus estudos em 1938. A formação no curso superior lhe oportunizou um retorno ao exército, cursando a Escola de Formação de Oficiais da Reserva na carreira de Cavalaria (atual CPOR).

Essa nova realidade favoreceu a aproximação de Abdias Nascimento com a cultura negra, especialmente com a religiosidade de matriz africana. Segundo relato próprio, os terreiros lhe possibilitaram convívio com intelectuais como o supracitado Solano Trindade, o qual reconhecia como um grande conhecedor da cultura negra, e com quem tinha intensos debates sobre o Partido Comunista (Solano declarava-se comunista).

Outro intelectual com quem conviveu foi Abgail Moura⁴⁰, compositor e maestro regente da Orquestra Afro-brasileira. Foi com o maestro que Abdias Nascimento

³⁹ Considerado por muitos críticos o criador da poesia “assumidamente negra”, Francisco Solano Trindade (1908 – 1974) nasceu em Recife, PE. Há muitas semelhanças biográficas nas trajetórias de Abdias Nascimento e Solano Trindade: ele também é filho de sapateiro, mestiço de negro com branca, e de uma quituteira, descendente de negros e indígenas. No Recife, Solano estudou até o segundo grau e passou pelo Liceu de Artes e Ofícios. Organizou e idealizou o I Congresso Afro-Brasileiro, realizado em 1934 na cidade de Recife e liderado por Gilberto Freyre. No ano de 1950, fundou, ao lado de sua esposa Margarida Trindade e do intelectual Édson Carneiro, o Teatro Popular Brasileiro (TPB), grupo com sede na UNE. Seus principais livros são: “Poemas de uma Vida Simples”, 1944, “Seis Tempos de Poesia”, 1958 e “Cantares ao meu Povo”, 1961. Como ator, participou dos filmes “Agulha no Palheiro” (1955), “Mistérios da Ilha de Vênus” (1960) e “O Santo Milagroso” (1966). Manifestou-se ainda como artista plástico, pintando quadros a óleo, dos quais um faz parte do acervo do Museu Afro Brasil.

⁴⁰ Abgail Moura (1904-1970), maestro e compositor, fundamentava suas composições e arranjos como um religioso que reverencia a divindade. A orquestra mesclava instrumentos da tradição ocidental, a exemplo do sax e da clarineta, e instrumentos afro-brasileiros, como o agogô e o berimbau expressando ritmos das múltiplas cadências encontradas nos cultos das religiões de matriz africana, como o *opanijé* e *alujá* (especiais para *Omólú* e *Xangô*, respectivamente). As músicas eram cantadas em bantu, nagô, nheengatu e em português. Abgail Moura faleceu na zona norte do Rio, em Benfica, onde viveu os últimos anos em condição de extrema pobreza.

conheceu a tradição musical afro-brasileira em várias expressões para além do samba.

Nas palavras de Abdias Nascimento, é perceptível o reflexo que esses contatos tiveram na sua formação:

Essas relações e amizades me permitiram ir cada vez mais fundo na construção de uma consciência da minha dimensão africana, que eu já estava quase perdendo; se não fosse esse acaso biográfico, eu acabaria sendo igual a tantos, mais um desses intelectuais esquecidos das suas origens. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p 87)

Esse contato com a religião africana e com as minhas origens me fez meditar, refletir sobre a minha vida, e sobre o meu povo. Eu próprio percebia a minha transformação. O mundo em volta tomava outro sentido; ser negro passava a ter outros significados, bem distintos daqueles aos quais os brancos, ou os racistas, tentavam nos reduzir. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 88)

A partir disso, a religião mostra-se como uma manifestação da esfera de educação não-formal, constituindo-se como prática pedagógica de mulheres e homens negros que combatem o racismo, seja na comunidade, nos espaços de lazer, nos espaços sagrados. Conforme Gomes (2017),

é possível encontrar vozes e corpos negros anônimos que atuaram e ainda atuam na superação do racismo e na afirmação da identidade, dos valores, do trabalho, da cultura e da vida da população negra, presentes no cotidiano da sociedade brasileira. São as negras e os negros em movimento: artistas, intelectuais, operários e operárias, educadoras e educadores, dentre outros, ou seja, cidadãos e cidadãs que possuem uma consciência racial afirmativa e lutam contra o racismo e pela democracia, mas não atuam necessariamente em uma entidade ou organização específica. (GOMES, 2017, p. 18)

Diante disso, torna-se necessária a compreensão de que o contexto da cultura negra no Rio de Janeiro no qual Abdias Nascimento estava inserido, bem como as experiências que vivenciou a partir daí, são elementos formadores do sujeito social e, portanto, relevantes para a identificação dos processos educativos; processos estes que vinculam razão, crenças, valores, cultura, memória, práticas, conflitos, emoções e o ato de aprender, constituintes da Pedagogia da Militância.

3.1. O prenúncio de uma ação educativa com a aventura da *Santa Hermandad de la Orquídea*.

Nesse momento, nos propomos a narrar e explicar a experiência de Abdias Nascimento na *Santa Hermandad de la Orquídea*, considerando as memórias do intelectual, e assim possibilitar a compreensão da experiência vivida por ele e seus amigos na juventude. Esclarece-se, entretanto, que, ao se tomar a memória como fonte, manteve-se a preocupação em conhecê-la, confrontando-a com outras fontes que permitiram compreender como o agente social vai se constituindo nas relações e nas formas de aprender.

A partir do exposto, recorre-se às lembranças de Abdias Nascimento sobre o campo intelectual do Rio de Janeiro nas décadas de 1930 e 1940. Na condição de capital da república, a cidade do Rio de Janeiro expressava uma identidade política e cultural que promovia uma força de atração sobre a intelectualidade brasileira⁴¹, “fosse nas disputas políticas, fosse na arte, na música, no teatro, nas ciências” (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 99).

Inserido nesse contexto, Abdias Nascimento conviveu com os poetas Napoleão Lopes Filho e Gerardo de Mello Mourão. Sobre eles, essa pesquisa julga relevante reservar as próximas linhas para oferecer informações que corroboram para a análise da trajetória do intelectual, considerando sua rede de sociabilidade.

Apesar de não terem sido localizados registros consistentes a respeito da biografia de Napoleão Lopes Filho⁴², há publicações de suas produções literárias e jornalísticas em periódicos de São Paulo e do Rio de Janeiro que evidenciam um investimento na afirmação de uma produção no campo intelectual. Para o intento desta pesquisa, destaca-se as publicações entre os anos de 1939 e 1941, quando do encontro com Abdias Nascimento: no Rio de Janeiro, no jornal *Gazeta de Notícias*,

⁴¹ Sobre o campo intelectual do Rio de Janeiro das décadas de 1930 e 1940, ler a tese de doutoramento de Musa Clara Chaves Velasques - *Homens de Letras no Rio de Janeiro dos anos 30 e 40* - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

⁴² Há registros, ainda, de sua participação como ator em duas produções artísticas, sendo uma cinematográfica e outra teatral, contracenando com nomes populares da dramaturgia brasileira como Cacilda Becker, Glória Menezes e Antonio Pitanga, entre outros.

em 11/06/1939 e 25/12/1940; e nas revistas Carioca, de 1941, e O Malho, de 30/11/1939. Em São Paulo, no Correio Paulistano, de 1/12/1940.

Sobre o cearense Gerardo de Mello Mourão (1917 – 2007), sabe-se que entrou para o Seminário São Clemente, dos padres redentoristas holandeses, em Congonhas do Campo, Minas Gerais aos dez anos de idade, sete anos depois seguiu para o convento. Ficou um ano no seminário, mas não se ordenou padre. Em 1935 estava no Rio de Janeiro, quando se filiou à AIB e onde conheceu Abdias Nascimento. Nessa época iniciou o curso de Direito, que não chegou a concluir, dedicando-se sempre à literatura e ao jornalismo. Dentro da AIB foi diretor do jornal da organização, O Povo. A ligação com o integralismo lhe rendeu algumas prisões, sendo a mais extensa entre os anos de 1942 e 1947. No período em que esteve preso, escreveu o romance “O valete de espadas”⁴³, publicado anos mais tarde. Em 1963, ocupou uma cadeira de deputado federal por Alagoas na legenda da Coligação Democrática Nacionalista, formada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP). Em função do cenário político brasileiro de 1964, buscou exílio no Chile, permanecendo lá até o ano de 1966 como professor de Estudos Americanos na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Valparaíso. Dedicou-se intensamente à atividade literária, atuando principalmente no campo da poesia, produzindo também romances, crônicas, ensaios políticos e uma biografia.

No contato com esses intelectuais, Abdias Nascimento identificou interesses comuns relacionados à arte, à cultura e à política, e ampliou as reflexões e os debates quando, por meio de Gerardo de Mello Mourão, outros três poetas argentinos passaram a compor o grupo, contribuindo com notícias do país vizinho sobre os mesmos temas. Tratava-se dos jovens Godofredo Iommi, Efraín Tomás Bo e Juan Raúl Young, que desenvolveram com os jovens brasileiros uma estreita convivência e “juraram um pacto de vivência estética e existencial que chamaram de *Santa Hermandad de la Orquidea*” (NASCIMENTO, 2014, p. 139). Conforme publicação da revista chilena *Qué Pasa*,

a los 20 años, Iommi conoció al poeta Efraín Tomás Bo, con él y su amigo Juan Raúl Young decidieron irse a Río de Janeiro para emprender un viaje con destino a Europa. Justo antes de embarcar se inicia la Segunda Guerra Mundial y los jóvenes cambian sus planes y optan por internarse en una viaje por el Amazonas, en el que les

⁴³ O livro foi traduzido na França e publicado pelo grupo editorial francês *Gallimard*.

acompañan los brasileños Gerardo Mello Mourao, Abdias Nascimento y Napoleón Lopes Filho. Ellos conformaron una alianza secreta llamada la "Santa Hermandad de la Orquídea", en que luego de examinar y leer los versos que hasta ese momento han escrito, verifican que eso no es poesía y proceden a quemar todos sus textos en una plaza pública en el "Pacto de la Victoria", acto llamado así porque la decisión de hacerlo la habían tomado en un bar que precisamente se llamaba "Victoria" y cuyo lema era "el Dante o nada". Cada uno adquirió, además, el compromiso vitalicio de pronunciar diariamente, al despertar, el nombre de los seis integrantes de la cofradía, sin importar el lugar en que se encontrasen. (María Soledad de la Cerda E. – Revista Qué Pasa. El poeta itinerante. 19 de enero de 2002).⁴⁴

Segundo Nascimento (2014), anos mais tarde, em junho de 2001, Gerardo Melo Mourão fez um pronunciamento em cerimônia de homenagem a Godofredo Iommi no qual é possível reconhecer o significado do encontro entre aqueles jovens naquele momento:

Godo estudava economia, mas o que é economia? A única economia que pode nos interessar é a economia *salutis*: a economia da salvação [...]. Então abandonamos a economia e descobrimos aí que éramos todos poetas, todos tínhamos montões de cadernos, de versos horríveis, tínhamos todos vinte e um anos. Uma tarde, em um café que se chamava Victoria, fizemos um pacto no qual nos mantivemos fiéis durante 60 anos. O pacto do Victoria, como se chama em nossa linguagem de sagrada maçonaria, o pacto do Victoria: jamais nenhum de nós o traiu, em todos os caminhos maus e bons que fizemos na vida. Queimamos todo o poder na praça pública, foi feita uma fogueira como se queimam as naves e Godo saiu com a consigna: Ou Dante, ou nada! Ou escrevemos à altura de Dante, ou não fazemos nada. [...] Éramos seis, não tínhamos grana para pagar o aluguel, vivíamos no mesmo quarto, seis pessoas, dormíamos no chão... durante três anos lendo dia e noite a Divina Comédia; *El Quijote*; Holderlin. (NASCIMENTO, 2014, p. 140)

Nascia, assim, a *Santa Hermandad de la Orquídea*,

... e assim vivíamos, e nos chamávamos a *Santa Hermandad de la Orquídea*. Porque a Orquídea não tem vida própria; a Orquídea sobe à vida da árvore e nós à vida do divino: disto vivíamos; do divino. Era uma aventura a *Santa Hermandad de la Orquídea*. (NASCIMENTO, 2014, p. 140)

⁴⁴ "Aos 20 anos, Iommi conheceu o poeta Efraín Tomás Bo, e junto com Juan Raúl Young decidiram ir ao Rio de Janeiro para embarcar em uma viagem à Europa. Pouco antes do embarque, começa a Segunda Guerra Mundial e os jovens mudam seus planos, optam por empreender uma viagem pelo Amazonas acompanhados pelos brasileiros Gerardo Melo Mourão, Abdias Nascimento e Napoleão Lopes Filho. Eles formam uma aliança secreta chamada "Santa Hermandad de la Orquídea", onde examinam e leem versos que haviam escrito até então, concluindo que aquilo não era poesia e em seguida queimando todos os seus textos em uma praça pública no "Pacto de la Victoria", ato assim chamado pois a decisão de fazê-lo acontecera em um bar precisamente chamado "Victoria", cujo lema era "Dante ou nada". Cada um deles também assumiu o compromisso vitalício de pronunciar, ao acordar, o nome dos seis membros da fraternidade, independentemente de onde estivessem" (María Soledad de la Cerda E. - Revista *Qué Pasa*. El poeta itinerante. 19 de Janeiro de 2002).

Também, do discurso de Gerardo Melo Mourão, é possível depreender o conteúdo das conversas, reflexões e debates que esse grupo de jovens promovia. Ao citar o italiano *Dante Alighieri*, por exemplo, como referência para suas próprias produções, evidenciavam uma preocupação com o erudito; já com a narrativa ficcional do espanhol *Miguel de Cervantes*, elevavam as reflexões em torno da realidade social do país (no caso, da Espanha), promovendo posicionamentos críticos e políticos; e ainda, sobre os poemas do alemão *Johann Christian Friedrich Hölderlin* infere-se que, necessariamente, havia entre eles alguém com conhecimento e domínio da língua alemã para que fosse possível a compreensão do texto lírico por parte do grupo. Desse modo, a aproximação de Abdias Nascimento com leituras mais eruditas e idiomas estrangeiros revela um constituinte essencial do processo de formação do intelectual.

Outro fator relevante para a análise diz respeito à intenção exposta nas memórias de Abdias Nascimento desse grupo de jovens de divulgar o que já conheciam, tomando como referência suas respectivas certificações (diplomas e títulos), e também o reconhecimento de seu potencial de retórica e produção textual. Somado a isso, havia o ímpeto de busca por novas experiências e o espírito aventureiro e desbravador dos integrantes.

Desprovidos de recursos financeiros para custear o projeto a que intencionavam lançar-se, foi por meio de um contato de Abdias Nascimento que solucionaram o problema. De acordo com as memórias do intelectual, logo que se mudou para o Rio de Janeiro, em 1936, conheceu a família de um oficial do Exército que havia lutado com ele na Revolução de 1932. Ambos feridos em combate, foram levados para dentro de uma ambulância, onde o oficial acabou por falecer, conforme relata Abdias Nascimento:

Aquela cena, que até hoje não consigo esquecer, foi muito dramática para mim. Fomos levados para uma ambulância e o oficial sangrava muito. Sentindo-se pior a cada instante, entregou-me os documentos pessoais e a arma também. Sabia que ia morrer. Foi a primeira vez que eu enfrentei, assim de frente e tão perto de mim, essa circunstância de morte. Primeiro dentro de uma caçamba, quando recolheram os feridos, depois na ambulância, com o oficial. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 72)

O pai desse oficial era o almirante Thiers Fleming⁴⁵, então presidente da Companhia Costeira Nacional do Lloyd Brasileiro, que operava os barcos da linha Ita e fazia rotas no litoral. Abdias Nascimento procurou o almirante, que lhe concedeu as passagens para o grupo até Belém do Pará, de onde seguiram até Manaus, conforme o bilhete de embarque informa:

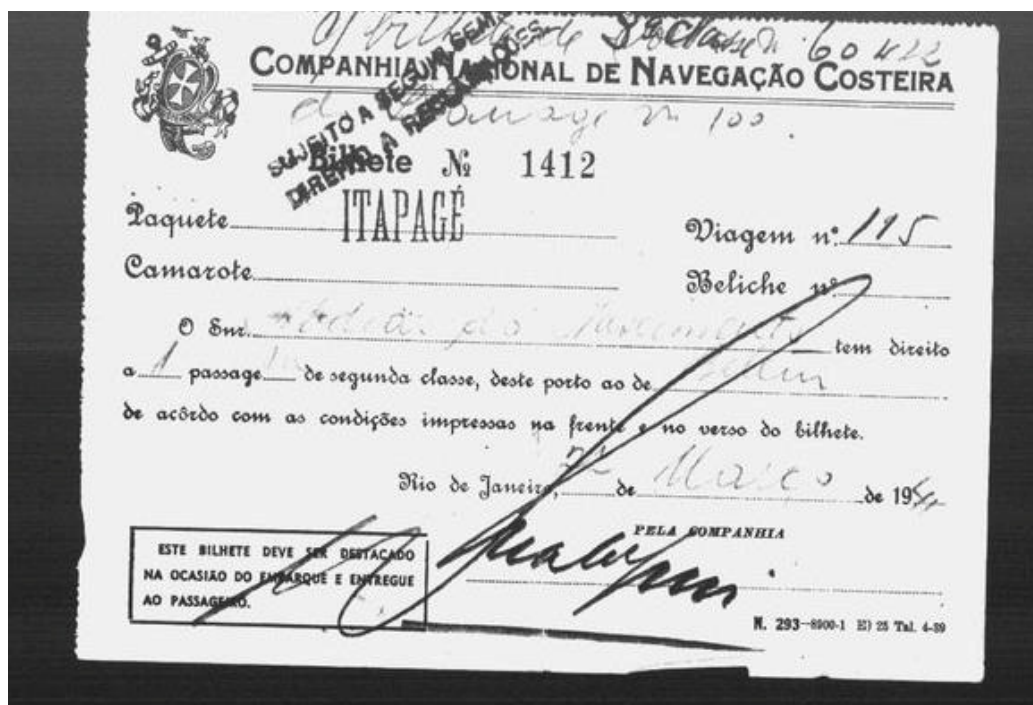


Figura 3: Bilhete de passagem do barco Itapagé, referente à viagem de Abdias Nascimento, partindo do Rio de Janeiro em direção a Belém do Pará, datado de 22 de março de 1941.

Fonte: Acervo IPEAFRO

Sobre isso, analisa-se que Abdias Nascimento constituiu uma rede de sociabilidade com a qual mantinha vínculos que lhe permitiu tanto acesso à esfera cultural, quanto a desenvolvimento de projetos, como os congressos de temas afro-brasileiros que organizou e o próprio TEN (tema a ser analisado adiante), aspectos que compõem o conceito de intelectual.

Acrescenta-se à essa análise a identificação de um sentimento de dever social no grupo de jovens jornalistas, escritores, economistas e estudiosos que seguiu viagem pela América do Sul com o intuito de proferir conferências sobre diversos

⁴⁵ Sobre Thiers Fleming (1918-1971) pode-se obter mais informações no site do IHGB: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/tfleming.html>.

assuntos, desde a poesia de Dante Alighieri até a economia agrícola da América Latina. A aproximação desses jovens com tais temas se revela na formação adquirida tanto por meio de uma educação formal como pelo autodidatismo. Daí verifica-se que Abdias Nascimento havia concluído o curso de Ciências Econômicas em 1938; Gerardo de Mello Mourão, por sua vez, estudou latim, grego, alemão e música desde a infância, no seminário, e interessou-se pelo jornalismo e pela literatura; Napoleão Lopes Filho era jornalista, poeta e escritor; Godofredo Iommi estudou economia e foi Presidente da Federação Universitária de Buenos Aires; Efraim Thomás Bó e Juan Raul Young eram estudantes ligados ao Partido Comunista Argentino. Com essas qualificações e experiências, o grupo autointitulou-se periodistas e passaram a percorrer Belém do Pará, Manaus e alguns países da América Latina, realizando conferências sobre temas relacionados à economia, poesia, literatura e filosofia, pelas quais eventualmente eram remunerados, permitindo que se mantivessem durante a viagem. O intelectual afirma, ainda, que,

todos nós colaborávamos com diversas publicações. Eu enviava material para uma revista chamada Economia, de São Paulo; Efraim tinha correspondência com uma revista norte-americana; Napoleão escrevia para a Noite Ilustrada, do Rio de Janeiro; o jornal Clarim, de Buenos Aires, também recebia nosso material. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p 103)

Em cada lugar que chegavam, procuravam contatar quem pudesse lhes ajudar a se estabelecer e colocar em ação o projeto das conferências. Desta forma, acessaram lideranças políticas e religiosas, advogados, empresários, músicos, entre outros; conforme o relato de Abdias Nascimento, “soubemos que o governador do Amazonas, Álvaro Maia, era um importante intelectual, e não tivemos dúvidas em telegrafar para ele avisando que chegaríamos a Manaus” (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p 102). O amazonense Álvaro Botelho Maia (1893 – 1969) exerceu mandatos de interventor, deputado federal, governador e senador do estado do Amazonas, desde o ano de 1930. No período em que o grupo da *Santa Hermandad Orquidea* esteve no estado, Álvaro Maia atuava como interventor do Amazonas.

O acervo pessoal de cartões de visita que Abdias Nascimento coletou durante a viagem do grupo propicia a identificação da rede de sociabilidade que construiu.

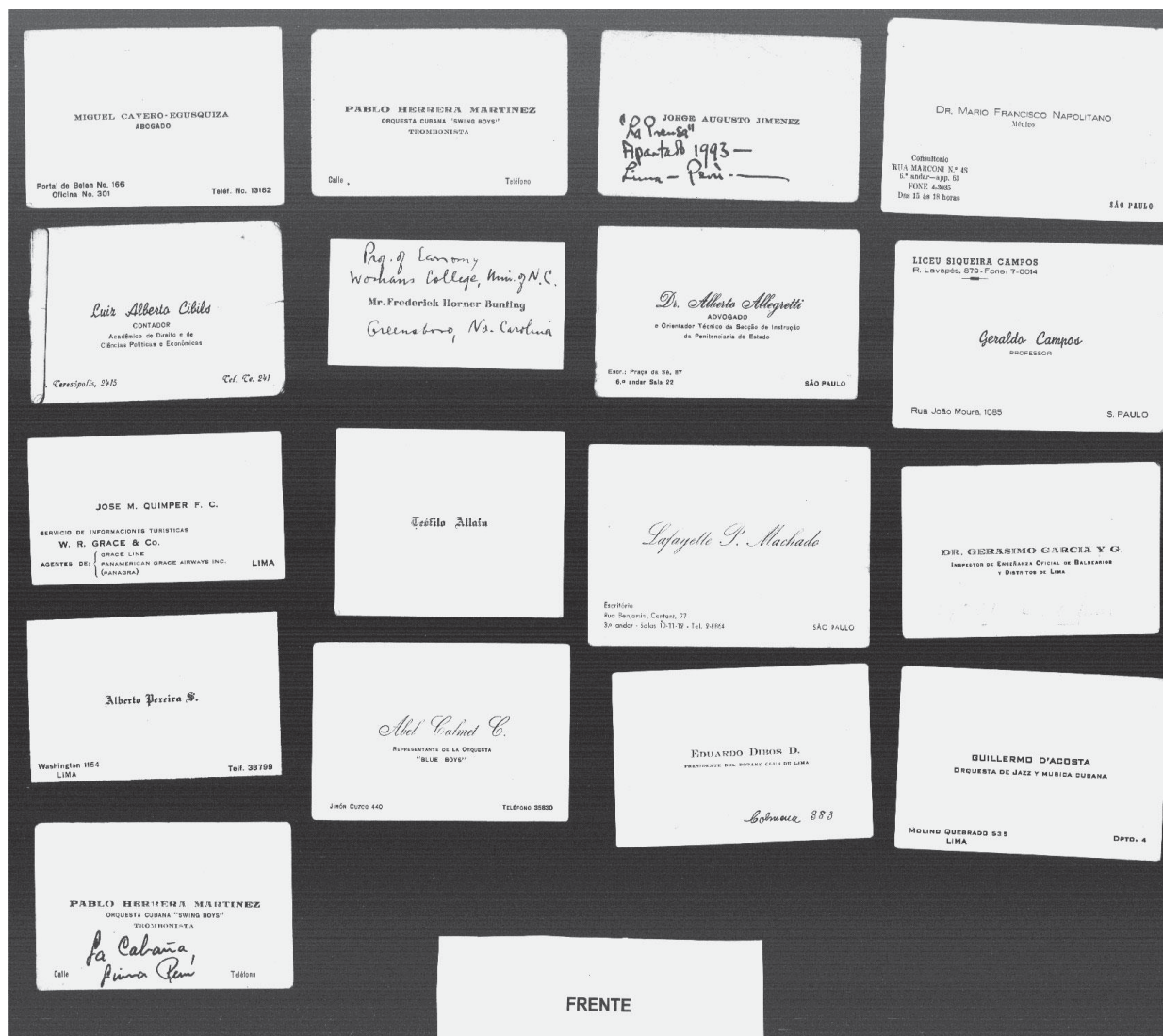


Figura 4: Cartões de Visita adquiridos por Abdias Nascimento durante a viagem com o grupo da Santa Hermandad Orquídea pelo Amazonas e pela América Latina.

Fonte: Acervo IPEAFRO

No período em que estiveram no Peru, os integrantes de *La Santa Hermandad Orquídea* colaboraram com a imprensa escrevendo artigos para os jornais locais. O vice-presidente do país, *Teófilo Rafael Andrés Wenceslao Larco Herrera* (1872 – 1956), era diretor do periódico peruano *La Crónica*, no qual alguns integrantes do grupo também contribuíram com a publicação de textos, sendo remunerados pelo trabalho.

Entretanto, foi na capital do país, em Lima, que Abdias Nascimento viveu uma experiência, segundo ele, transformadora. Na sua percepção,

esse movimento interior se deu pela oportunidade que tive de assistir, pela primeira vez, à peça *O imperador Jones*. Foi numa montagem do *Teatro del*

Pueblo, com que mais tarde tive outros contatos, e o imperador era interpretado pelo ator argentino *Hugo D'Eviéri*, evidentemente branco, que se pintava todo de preto para retratar o personagem. Aí é que eu compreendi – porque já tinha mais idade, mais experiência, já havia passado por esses movimentos de reivindicação negra – percebi toda essa coisa. Está aí por que eu nunca pude atuar em teatro, por que eu nunca vi ator negro, por que eu nunca vi uma peça só para negros, nunca vi a cultura negra representada no palco: é porque os brancos não deixam. Num país em que havia negros também, que era o Peru, uma peça que era para ter ator negro, sendo feita por branco. Aquela circunstância me deixou abismado, pensativo, concentrado, em ebulição. Foi como uma sensação de surpresa, mas com um impacto deferente. Senti minha alma agitada, de tal maneira, o como se eu tivesse encontrado alguma coisa que há muito procurava, sem saber bem o que era, mas de grande importância.

Fiquei emocionado, com os olhos marejados; e ali mesmo, no teatro, antes que a peça *O imperador Jones* terminasse, a chama mais nova de um fogo anunciador se acendia dentro de mim. De forma límpida e definitiva, eu decidi ali mesmo: vou para o Brasil e vou fazer teatro negro. E mais, vou começar com essa peça. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p 108-109)

Anos mais tarde, em seu livro *O Genocídio do Negro Brasileiro – Processo de um Racismo Mascarado* (1978), Abdias Nascimento explicita um entendimento mais bem elaborado sobre a experiência, ao tratar das peças teatrais que eram encenadas no teatro brasileiro:

As peças que se montavam nesses palcos refletiam com absoluta intransigência a vida, os costumes, a estética, as idéias, e o completo ambiente social e cultural da sociedade dominante, branca – como se mais da metade da população, de origem africana, não existisse. Quando um ator ou atriz de origem africana tinha a oportunidade de pisar um palco, era, invariavelmente, para representar um papel exótico, grotesco ou subalterno; um dos muitos estereótipos negros destituídos de humanidade, tais como a criadinha de fácil abordagem sexual, o moleque careteiro levando cascudo, a Mãe Preta chorosa ou domesticado Pai João.

Personagem negra requerendo qualidade dramática do intérprete – isto é, quando o papel do negro no palco ultrapassava a palhaçada e a cor local – (exemplos: *Mãe* e *O Demônio Familiar*, de José de Alencar) – a norma artística era brochar de preto um ator branco. Uma caricatura do negro: eis o negro do teatro brasileiro. (NASCIMENTO, 1978, p. 161-162).

A respeito desse tema, a pesquisadora Miriam Mendes (1982) realizou um levantamento da presença do negro na dramaturgia e no teatro brasileiro entre os séculos XIX e XX. Além da identificação do padrão de tratamento dispensado ao negro, que permanecia sendo retratado como aquele condenado à condição de escravizado e desprovido de humanidade e individualidade, a pesquisa também apresenta uma relação de autores que inseriram o negro enquanto personagem na literatura. Pode-se concluir a partir desses dados como se consolidou a restrição do

espaço de atuação dos atores negros por meio da manutenção da figura no negro, regida pelos preconceitos e marcada por estereótipos.

Nesses termos, a rejeição do negro em um papel de intérprete do campo sociocultural e religioso que representasse sua própria raça passou a ser uma preocupação para Abdias Nascimento, que buscou formação com companhias de experiência teatral. De acordo com Elisa L. Nascimento (2014), o intelectual seguiu com Godofredo Iommi e Raul Young para Buenos Aires, onde conseguiram uma bolsa de estudos na Faculdade de Economia. Dessa forma, Abdias Nascimento pode sustentar-se no período de um ano, durante o qual dedicou-se a conhecer sobre cenários, montagens, direção, vestuário, interpretação técnicas e detalhes de produção teatral no *Teatro del Pueblo*. Tratava-se de um teatro independente, que funcionava também como uma escola-teatro, fundado no ano de 1930 por Leónidas Barletta, que foi seu diretor até seu falecimento, no ano de 1976. Neste mesmo ano o teatro também encerra suas atividades. O objetivo do *Teatro del Pueblo* era promover experiências de teatro e divulgar a arte para o povo. Sobre isso, Abdias confirma:

Passei a ser um frequentador assíduo do *Teatro del Pueblo* que era uma espécie de escola livre de teatro [...]

Todas as peças, logo depois dos espetáculos, eram discutidas com a plateia. Discutiam-se o texto, a direção, a interpretação, o cenário, o vestuário. Tudo era objeto de discussão, de reflexão e de crítica. [...] Com os membros da *Santa Hermandad*, eu discutia os aspectos literários, conteúdo, contexto, linguagem, mas técnica teatral e de representar, como colocar uma peça em cena, enfim, tudo isso eu absorvia vendo o *Teatro del Pueblo*. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p 110)

Das palavras de Abdias Nascimento, é possível identificar uma estratégia de produção de um projeto educativo emancipatório que, segundo Gomes (2017), pode ser compreendido como “aqueles capazes de produzir subjetividades rebeldes e inconformistas e que conseguem questionar a produção de subjetividades conformistas”. Na mesma medida, considera-se que a experiência com *La Santa Hermandad Orquidea* foi fundamental para sua consolidação como intelectual, e lhe possibilitou o engajamento nas questões raciais ao passar a refletir sobre o protagonismo do negro, sobre a ascensão da condição adjetiva e folclórica para a de sujeito e herói das histórias que representasse. A aventura pela América Latina foi o prenúncio da ação educativa que se constituiu no Teatro Experimental do Negro.

3.2. O Teatro do Sentenciado: um ensaio pedagógico

No período em que Abdias Nascimento esteve fora do Brasil, em viagem com *La Santa Hermandad Orquidea*, o Exército Brasileiro instaurou, à revelia, um processo disciplinar contra o intelectual, condenando-o à prisão. O inquérito dizia respeito a um fato ocorrido quando Abdias Nascimento trabalhava com serviços administrativos no quartel. De acordo com o livro que escreveu na prisão, nesse mesmo período, Abdias Nascimento teria se recusado a datilografar um balancete, insubordinando-se à ordem de um tenente. Conforme suas palavras:

Aí vai a transcrição desse trechinho da certidão da minha sentença: ‘... por haver se recusado a datilografar o balancete do C. A. que lhe ordenara o tenente J. V. F. seja condenado a dois anos de prisão com trabalhos, grau máximo do artigo 94 do C. P. M.’, etc. a história do porquê me recusei a fazer esse inocente trabalho é larga e amarga, e a instituição onde servia mais do que respeitável para nos impor silêncio; respeitemos-lhe as glórias e as câs, abstendo-nos de por a nu aleijões de um dos seus servidores. (NASCIMENTO, 1943, p. 15-16)

Não foram encontrados registros, nas fontes disponíveis, com detalhamento de informações que esclareçam esse fato. As únicas palavras a respeito dessa prisão são as que foram transcritas acima, e que constam no livro *Sub-Mundo: cadernos de um penitenciário*, escrito por Abdias Nascimento no ano de 1943, dentro da penitenciária.

Sabe-se, porém, que ao retornar de Buenos Aires para o Brasil, nesse mesmo ano, Abdias Nascimento foi encaminhado para a penitenciária de São Paulo. Segundo Nascimento (2014), na época em que foi preso, a penitenciária teria passado por uma crise com a mudança de direção. O novo diretor era Flamínio Fávero, um médico com uma visão de gestão prisional voltada à recuperação e regeneração dos presos. Ainda de acordo com Nascimento (2014):

A reforma do sistema carcerário era um projeto de âmbito nacional. José Maria Alkmin, futuro ministro da Fazenda de Juscelino Kubitchek, era secretário do Interior e Justiça de Minas Gerais e idealizava a reforma do sistema carcerário estadual. Implantou a penitenciária agrícola de Ribeirão das Neves, hoje tombada pelo Patrimônio Histórico. (NASCIMENTO, 2014, p.149)

Na percepção de Abdias Nascimento, o novo diretor modificou a rotina na penitenciária, circulando em meio aos detentos, aproximando-se até dos considerados mais perigosos, estabelecendo vínculo de confiança e amizade. Esse comportamento era incomum, pois a prática comum para o diretor era de entrar sempre acompanhado de guardas penitenciários. Além disso, foi o diretor Flaminio Fávero que possibilitou as atividades com o teatro dentro da penitenciária. De acordo com Abdias Nascimento,

dia da inauguração oficial do Teatro do Sentenciado, em 7 de setembro. Foi uma grande festa para nós, os componentes do teatro. Porque não só demonstramos praticamente as possibilidades artísticas do sentenciado, exibindo os elementos aproveitáveis que o estabelecimento possuía, como, principalmente, se descortinava o panorama da mais discutida inovação do Dr. Flaminio: a fundação de um teatro, no qual as peças fossem representadas pelos próprios sentenciados. Ninguém acreditava que o detento fosse capaz de se conduzir bem no palco. Ou lhe faltariam dotes para a cena, ou certamente tudo acabaria numa grossa bambochata, em desordem ou qualquer coisa de mau gosto. (NASCIMENTO, 1943, p. 348-349)

As informações registradas por Abdias Nascimento podem ser também verificadas na publicação da Revista da Semana (RJ), de 14 de outubro de 1944. A reportagem de Celestino Silveira tem como título Um dia na Penitenciária de São Paulo, na qual é possível ler “um diretor de presídio que trata os criminosos de meus bons amigos e lhes escreve cartas contando parábolas”. Ainda de acordo com a reportagem:

São vários pavilhões onde os reclusos não ficam enclausurados, mas onde se movimentam, trabalham e se divertem. “Sem ajuda da higiene mental, não é possível tratar os criminosos”, declarou recentemente o professor Flaminio Fávero, diretor dessa penitenciária-modelo, cujo método de funcionamento tem recebido os mais calorosos aplausos de famosos criminalistas estrangeiros. Ali se prepara a reeducação dos indivíduos que, por qualquer fatalidade, praticaram um crime. E dali saem, muitas vezes prontos para se reintegrarem na sociedade, na qual acabam tornando-se elementos de absoluta eficiência. (Revista da Semana, 14/10/1944)

A reportagem também faz referência ao Teatro do Sentenciado e ao Nosso Jornal, um periódico criado e produzido pelos internos, dentro da penitenciária, e promovido pelo mesmo diretor.

Sobre o Teatro do Sentenciado, de acordo com algumas fontes biográficas, a sua fundação é atribuída a Abdias Nascimento, desde sua concepção, a partir da

experiência no Peru e na Argentina até sua efetivação entre os presos. Porém, uma leitura mais analítica do livro escrito por ele na prisão (citado anteriormente) indica que o Teatro do Sentenciado se originou a partir de uma tímida apresentação dedicada aos liberados condicionais, sob encomenda do diretor Flamínio Fávero. Abdias Nascimento, em parceria com outros sentenciados, ficaram responsáveis pelo evento que seria apresentado para outros presos, além do diretor da penitenciária e um ilustre convidado, o Juiz das Execuções Criminais. O espetáculo agradou o diretor Flamínio Fávero, que tornou o teatro uma atividade permanente na penitenciária, com data definida para a próxima apresentação. Em suma, não foi localizada uma declaração em que Abdias Nascimento assumisse a fundação do Teatro do Sentenciado.

Assim, Abdias Nascimento envolveu-se com os preparativos para a encenação, colocando em prática a formação em dramaturgia vivenciada em Buenos Aires. Outros presos também assumiram funções: cantores populares, ilusionistas, atores cômicos e dramáticos, secretariado, compositor, datilógrafo, além dos responsáveis pela construção dos palcos, pela produção do figurino. Segundo Abdias Nascimento, a escolha do nome também foi uma construção coletiva. A discussão ficou entre Teatro Ligeiro do Sentenciado e Comédia Penitenciária, sendo este último a sugestão de Abdias Nascimento; com a supressão de Ligeiro, definiu-se por Teatro do Sentenciado.

Além das peças teatrais, o grupo organizava e apresentava músicas regionais e espetáculos de ilusionismo. Os textos teatrais eram de autoria dos próprios presos. Abdias Nascimento escreveu a peça Zé Bacoco, que, segundo ele, narra sua experiência no exército, com um teor de comédia. Contudo, sua potência ativa estava na direção cênica.

É importante ressaltar que, mesmo com todo o apoio e incentivo do diretor Flamínio Fávero sobre a reeducação dos reclusos, estes tinham que enfrentar a visão do antigo sistema penitenciário, no qual a humilhação era prática habitual. Sobre isso, Abdias Nascimento escreveu:

As dificuldades surgiam amiúde diante da incompreensão que os funcionários tinham da obra do Dr. Flamínio. Enquanto este queria nos dar oportunidade de mostrar nossa capacidade de nos governarmos a nós mesmos como homens responsáveis, aqueles, por toda a força, queriam nos continuar tratando, segundo o sistema do regime penitenciário antigo, como elementos aos quais nada se deve facilitar, e, sim humilhar sempre e cada vez mais.

Nunca entenderão a finalidade educativa deste estabelecimento, esses fariseus da moralidade. (NASCIMENTO, 1943, p. 360)

A esse respeito, cabe uma reflexão sobre a identificação dos presos dada através de um número. Esse procedimento ocorria tanto no interior do presídio, entre eles próprios e dos funcionários em relação a eles, como nos textos teatrais ou nas publicações que os presos assinavam d'O Nosso Jornal. Abdias Nascimento, por exemplo, era o número 7349; é possível citar o artigo escrito por ele, intitulado *Esperança e Disciplina*, no periódico de número 5, referente aos meses de outubro e novembro de 1943. Subscrito ao texto está o número 7349 que identifica a autoria. Há também uma crítica publicada no jornal *A Noite*, de São Paulo, datada do dia 16/11/1943. Nela, o autor revela a existência do programa do espetáculo, e cita a interpretação de uma música identificando o intérprete/sentenciado por seu número, 6888.

A análise desse aspecto evidencia uma contraposição na postura adotada pelo diretor do presídio em relação ao sistema penitenciário, e diz respeito à invisibilidade dos sentenciados, eliminando a identidade manifestada pelo uso do nome próprio, substituindo-o por números.

Conforme anuncia a pesquisadora Luisa Isabel da Costa Pinto, em sua dissertação intitulada *O Teatro Como Meio de Reinserção Social de Reclusos*,

dentro da instituição prisional, o ser humano passa um processo de despersonalização, é despido da sua aparência usual, são distribuídas roupas da instituição, é identificado, recebe um número, é tirada uma fotografia e impressões digitais, deixa de desempenhar os seus papéis na sociedade e passa a desempenhar um único papel: o de recluso. Perde autonomia e capacidade de decisão, é vigiado e as suas atividades ficam sujeitas a normas internas. Perante todo o ritual relativo ao momento da entrada da pessoa no estabelecimento prisional, podemos afirmar que se pretende o fim do "eu" do indivíduo para se dar início a todo um processo de dessocialização que passa por uma formatação de acordo com as regras da instituição, neste caso a prisão. (PINTO, 2018, p. 31)

Depreende-se disso que, ao promover o teatro e a produção de um jornal como uma atividade rotineira dentro da Penitenciária de São Paulo, o diretor mobilizava estratégias de educação não-formal para a reinserção dos sentenciados, estimulando a criatividade e a humanização. Essas ações educativas contribuíam, em certa medida, para o desenvolvimento de competências sociais e pessoais dos reclusos.

Toda essa experiência dramaturgica, vivida durante o ano em que esteve na Penitenciária de São Paulo, possibilitou a Abdias Nascimento a identificação do exercício artístico como um instrumento transformador, mobilizador e constituidor, capaz de conscientizar os marginalizados da sociedade.

3.3. A “Pedagogia da Militância” por meio do Teatro Experimental do Negro

Foi no ano de 1944, quando o contexto sócio-político do país era de retomada gradativa das liberdades democráticas, que Abdias Nascimento deixou a prisão. Se durante o regime do Estado Novo (1937 – 1945) as entidades populares e democráticas, os sindicatos e as associações culturais ficaram sob vigilância permanente dos órgãos de repressão e de segurança do governo, incluindo a comunidade negra organizada, agora o momento era de retomada dos projetos defendidos por esses grupos. Sobre isso, Munanga/Gomes (2006) afirma,

a partir de 1943, começou no Brasil um intenso movimento pela volta da democracia. Os danos causados pelo Estado Novo no Brasil e a segunda grande guerra em curso aumentaram ainda mais a consciência de direitos de uma parcela da população brasileira. É nesse contexto que também os negros continuam a sua luta para se organizarem, exigindo seus direitos. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 121)

Nessa conjuntura, as decisões tomadas por Abdias Nascimento resultam em mudanças significativas na trajetória do intelectual. Com base em suas memórias, Abdias Nascimento afirma que, ao sair do presídio, estaria decidido a implementar seu projeto de fundar um teatro negro. Com este intuito, buscou em São Paulo estabelecer alguns contatos que viabilizassem o projeto, os quais não corresponderam às expectativas. Muda-se, então, para o Rio de Janeiro, então capital do país, como uma clara estratégia por busca de apoio para a efetivação de sua proposta.

Essa leitura foi possível a partir da pesquisa de Macedo (2005), que identificou uma crença por parte do intelectual de que o projeto do teatro teria uma recepção maior no Rio de Janeiro que em relação a São Paulo, já que possuía um campo teatral

mais estabelecido, além de ser o centro político e cultural do país. Ainda, de acordo com Macedo (2005), “São Paulo poderia ser considerada uma cidade estrangeira, devido ao alto número de imigrantes que constituía sua população, contudo, sua vida cultural ainda era efêmera se comparada ao Distrito Federal” (MACEDO, 2005, p. 69).

O Rio de Janeiro, segundo o autor, no início dos anos 1940 já conhecia “o teatro de revista, o teatro sério e o teatro de luxo” (MACEDO, 2005, p. 69). Cada um com seu respectivo público e propósito: o teatro de revista atingia o grande público e servia de divulgação da imagem oficial do país por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); o teatro sério era controlado pelo Serviço Nacional do Teatro (SNT) e contava a história do Brasil de forma convencional; o teatro de luxo era dirigido a um público diferenciado, que buscava peças com tendências mais modernas, semelhantes às encenadas nas metrópoles do exterior.

Sendo assim, Abdias Nascimento mudou-se para o Rio de Janeiro e buscou nos antigos amigos o apoio que desejava. Inicialmente, envolveram-se com o projeto Aguinaldo Camargo (agrônomo e advogado), Teodorico dos Santos (arquiteto), Sebastião Rodrigues Alves (que já defendia a causa do negro), José Herbel (administrador), Tibério Wilson (artista plástico), Arinda Serafim (empregada doméstica) e Marina Gonçalves. O grupo se reunia em um café na região central da capital brasileira. Era o Café Vermelhinho, local “àquela época frequentado pela classe artística e intelectual carioca” (MACEDO, 2005, p. 72).

De acordo com Abdias Nascimento:

Aí, a gente se reunia no Vermelhinho, para arquitetar os planos, entrar em contato com as pessoas que poderiam nos ajudar – como Anibal Machado, uma espécie de papa dos intelectuais da época. Ele, por sua vez, nos apresentou o Carlos Lacerda, secretário de O Jornal, onde demos uma entrevista. Finalmente a 13 de maio de 1944, fundamos o TEN”. (NASCIMENTO, 1988, p. 108-109. Apud: MACEDO, 2005, p. 72-73)

A respeito da rede de contatos que Abdias Nascimento constituiu para implementar seu projeto, o periódico carioca O Jornal, em outubro de 1944, publicou uma entrevista de Abdias Nascimento sobre o teatro negro, evidenciando os apoios recebidos tanto da comunidade negra, interessada em conhecer e envolver-se com o projeto, como de artistas e intelectuais, conforme apresenta-se a seguir:

O Teatro Experimental do Negro está definitivamente fundado, graças ao apoio que recebemos do diretor do Teatro de Estudante, Pascoal Carlos Magno, que ventilou esse assunto durante o Curso de Férias de Teatro. O apoio do diretor do Teatro de Estudante foi providencial, porém desde que a imprensa noticiou a fundação do Teatro do negro, temos recebido as melhores e maiores demonstrações de apoio e simpatia, demonstrações vindas de todas as camadas sociais. Os negros foram os primeiros a se interessar pelo seu teatro, procurando entrar em contacto conosco a fim de se colocarem à nossa disposição.

Bibi Ferreira nos ofereceu o teatro Fênix para darmos espetáculos às segundas-feiras; Dulcina e Odilon se puseram à nossa disposição para o que precisarmos. Jaime Costa, com sua longa experiência e pondo no povo suas melhores esperanças quanto ao futuro do teatro brasileiro; Luiza Barreto Leite e muitos outros artistas profissionais, se manifestaram solidários conosco.

Depois, não é somente apoio dos artistas, o que por si só já seria muito; mas também dos intelectuais. Entre estes estão Anibal Machado, Lucio Cardoso, Galeão Coutinho, R. Magalhães Junior, Joraci Camargo, Maria Jacinta, Fernando Góes, Rossine Camargo Guarnieri. (O JORNAL, 18/10/1944, p. 2)

De fato, a recepção da intelectualidade mostrava-se favorável à proposta de Abdias Nascimento, pois tal expressava uma tentativa de modernização e renovação cultural do país, além do processo de redemocratização que retomava as temáticas de identidade nacional. É possível identificar isso no artigo publicado no O Jornal, assinado por Renato Vieira de Melo:

A iniciativa de criar no Brasil um teatro de negros surgiu em momento oportuno. Ultimamente as questões teatrais ganharam um relevo extraordinário. [...]

O negro artista não tem situação no nosso teatro, de maneira que o primeiro trabalho, o seu primeiro mérito, do teatro de negros será criar para o elemento de côr uma situação, uma possibilidade para que ele possa mostrar e desenvolver dignamente a sua capacidade artística. Porque isso de exibir moleques de morro e negras de carnes abundantes em quadros de revistas bobas começa por não ter nada a ver com a arte e depois é uma verdadeira degradação para o negro, que merece mais respeito, sendo elemento socialmente útil e integrado na formação da nacionalidade como um fator ponderável. [...] o seu objetivo, do ponto de vista artístico, é dar oportunidades ao negro artista; do ponto de vista social, será um esforço para valorizar o afro-brasileiro, elevando os seus padrões de cultura e desse modo reduzindo aquilo que os sociólogos eruditos chamam distância social. Só por esse aspecto, a criação do teatro negro ganha uma significação humana e democrática, que se enquadra perfeitamente nas tendências das mais claras correntes do pensamento contemporâneo, em luta contra o espírito de opressão do nazi-fascismo, racista e reacionário. (O JORNAL, 18/10/1944, p. 4)

Com o apoio do diretor do Teatro do Estudante, Pascoal Carlos Magno, a primeira atividade do TEN foi participar da montagem da peça *Palmares*, em 21 de

dezembro de 1944. Entretanto, além de se tratar de um grupo teatral de negros, o TEN desenvolveu uma diversidade de atividades de cunho político-social centrados na temática racial, como convenções, conferências, congressos e seminários. Também organizou concursos de beleza e artes plásticas, ofereceu cursos de alfabetização e iniciação artístico cultural para negros, editou e publicou o jornal Quilombo, bem como alguns livros. Nesse sentido, Florestan Fernandes (1972) afirma que,

engendrar um teatro negro significa dar oportunidade de formação e de afirmação artísticas ao negro – algo em si mesmo revolucionário, que implicava em revisões de estereótipos negativos para o negro e na eliminação progressiva de barreiras que proscreviam o negro de nossa vida intelectual produtiva e criadora. (FERNANDES, 1972, p. 196)

Essa mesma reflexão foi proposta por Paulo Freire por meio de uma pedagogia do oprimido, em que centrou o olhar para as manifestações e busca de humanização com os grupos oprimidos. De acordo com Freire (1987),

constatar esta preocupação implica, indiscutivelmente, reconhecer a desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas como realidade histórica. É também, e talvez sobretudo, a partir dessa dolorosa constatação que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade – a de desumanização. (FREIRE, 1987, p. 16).

Engajado a esse propósito, o TEN se propôs a resgatar a valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte. Para isso, mostrou-se necessário alfabetizar os primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos. Junto a isso, os integrantes eram levados a tomar uma nova atitude diante do espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional.

No curso de alfabetização, promovido pelo TEN e ministrado pelo escritor Ironides Rodrigues, havia cerca de seiscentas pessoas inscritas, entre homens e mulheres. Era ofertado, ainda, o curso básico de iniciação à cultura geral, que ficava a cargo de Aguinaldo Camargo. Abdias Nascimento lecionava as primeiras noções de teatro e interpretação. Durante os seis meses iniciais, o TEN também promoveu debates com temas de interesse do grupo, convidando vários palestrantes, entre os quais a professora Maria Yeda Leite, o professor Rex Crawford, adido cultural da

Embaixada dos Estados Unidos, o poeta José Francisco Coelho, o escritor Raimundo Souza Dantas, e o professor José Carlos Lisboa.

Reconhecendo que o grupo de atores do TEN revelava-se preparado para atuar, buscou-se uma peça que correspondesse ao movimento sócio-político proposto pela organização. A primeira peça montada exclusivamente pelo TEN foi a mesma que despertou a consciência de Abdias Nascimento sobre o espaço do negro na dramaturgia, *O Imperador Jones*, do dramaturgo americano Eugene O'Neill, em 08 de maio de 1945 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Para Macedo (2005), a escolha dessa peça está relacionada com a busca do intelectual por reconhecimento e legitimação do novo negro, rompendo com aspectos que o ligavam aos estigmas da escravidão.

Depreende-se dessa afirmação que Abdias Nascimento tomou a decisão como uma ação educativa da pedagogia da militância, partindo da experiência social e produzindo efeitos sobre as ideias e as práticas do envolvidos. A respeito disso, o intelectual afirmou, em um artigo publicado na *Revista Civilização Brasileira*, sob o título *Teatro Negro do Brasil – uma experiência sócio-racial*, de julho de 1968:

Inauguramos a fase prática, oposta ao sentido acadêmico e descritivo dos referidos e equivocados estudos. Não interessava ao TEN aumentar o número de monografias e outros escritos, nem deduzir teorias, mas a transformação qualitativa da interação social entre brancos e negros. (NASCIMENTO, 1968, p. 199).

Nesse sentido, ao analisar o Teatro Experimental do Negro e sua relação com a educação, compreendemos o TEN como parte do projeto político do movimento negro, tendo como pressuposto que sua ação pedagógica e política mediou questões importantes entre a comunidade negra e a sociedade.

Sabe-se que setores da sociedade que tomam como referência os currículos e políticas educacionais regulados pela racionalidade científico-instrumental negam os saberes produzidos pelos movimentos sociais. Entretanto, entendendo a educação como um processo de humanização, problematiza-se sobre o lugar destinado a esses saberes no campo da educação, em uma sociedade marcada pelo colonialismo e pelo racismo. Para Paulo Freire (1987):

Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e

continuar mantendo-os como quase coisas, com eles estabelece uma relação dialógica permanente.

Prática pedagógica em que o método deixa de ser instrumento do educador (no caso, a liderança revolucionária), com o qual manipula os educandos (no caso, os oprimidos) porque já é a própria consciência.

(...)

Porque assim é, a educação a ser praticada pela liderança revolucionária se faz co-intencionalidade.

Educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de conhecê-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento. (FREIRE, 1987, p. 31)

Nesses termos, Abdias Nascimento desenvolveu uma pedagogia da militância e militou na causa da raça negra, promovendo um projeto educativo emancipatório. Tal emancipação é entendida como transformação social e cultural, como libertação do ser humano, fazendo parte da vida das negras e dos negros que lutaram e lutam pela superação do racismo e pela construção da emancipação social no Brasil e na diáspora africana.

Por fim, considerando os avanços e os limites, reconhece-se como o movimento negro, por meio do TEN, representou na sociedade e na educação brasileira um produtor e promotor de saberes emancipatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse por essa pesquisa sempre se fundamentou na ideia de oferecer um tributo ao investimento intelectual e político de Abdias Nascimento. Sendo assim, considerando as características desse personagem, entendemos que a maior homenagem que poderíamos proporcionar a ele seria um estudo minucioso e crítico da sua trajetória intelectual, sem fazer concessões à narrativa laudatória e à mitificação desse intelectual.

Desta forma, este trabalho dedicou-se em demonstrar quais mecanismos sociais possibilitaram a consolidação de Abdias Nascimento como intelectual, identificando-o como um homem negro que pode representar um grupo historicamente segregado e marginalizado. Articulados a esses mecanismos, buscou-se identificar quais ações o intelectual realizou, em especial as educativas promovidas em seu projeto do Teatro Experimental do Negro. Tais ações educativas, denominadas na pesquisa como pedagogia da militância, expressam a constituição de um conhecimento que se realiza no interior dos movimentos sociais, a exemplo o movimento negro, que busca mobilizar sujeitos oprimidos em agentes políticos.

Assim sendo, a pesquisa se propôs a focar no período em que o intelectual estava na busca por uma identidade sócio-política, tendo como recorte temporal os anos entre 1930 e 1944. Entretanto, sem perder o horizonte desse recorte temporal, foi necessário que a pesquisa recuasse até a infância de Abdias Nascimento, em Franca, São Paulo, na busca por compreender sua origem, suas experiências na cidade natal, nas relações sociais que colaboraram para a consolidação do intelectual militante reconhecido nacional e internacionalmente.

A análise desse período proporcionou, para além da análise da trajetória de Abdias Nascimento, uma melhor compreensão da história dos afro-brasileiros, identificando suas adversidades cotidianas, seus esforços e seus permanentes desafios econômicos e sócio-políticos. Assim, no presente estudo, Abdias Nascimento apresenta-se como a figura de um homem negro nascido no início da segunda década do século XX, neto de negros escravizados, filho de um sapateiro e de uma doceira, que representa em grande medida a história dos negros e, por extensão, da discriminação racial no Brasil.

Sua trajetória é um testemunho das relações existentes na composição econômica, ética, estética e religiosa da sociedade que se formou no país no período colonial. Centrada em uma cosmovisão europeia, a sociedade brasileira submeteu, à força, o africano, rompendo violentamente com seus costumes, suas tradições, degradando os valores da metafísica, da moral e da beleza negra. A violação da cultura original correspondia à violação da mulher negra, transformada em objeto de uso pelo colonizador branco.

Além disso, a ciência promoveu teorias raciais que defendiam, fundamentando-se em uma ciência determinista, a diferença entre negros e brancos, com base em seus fenótipos. Alicerçando-se em aferição de crânios e de outras características físicas, a ciência da época construía um conceito de raça apoiada na falsa premissa da desigualdade biológica, privilegiando um grupo e deslegitimando outro.

Entretanto, o negro continuou resistindo e reagindo a fim de manter vivos seus costumes, crenças e valores. É também com este propósito que a pesquisa se dedicou a investigar a trajetória do intelectual, reconhecendo a criação de formas de organização dos negros escravizados e libertos, bem como de seus descendentes, com a produção de saberes emancipatórios.

No contexto de toda essa efervescência, essa pesquisa investigativa identificou a força dos movimentos sociais dos negros no Brasil naquele período, dentre eles, a Imprensa Negra Paulista (século XIX), a Frente Negra Brasileira (FNB), nas quais Abdias Nascimento militou. Investimos, também, no estudo do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias Nascimento. Tais espaços e experiências vividas por ele, unidas à sua participação em convenções, conferências, congressos e seminários, foram estratégicos para sua ascensão social. Ao mesmo tempo, ao constituir uma rede de sociabilidade, ele se revela partícipe das crenças e dos comportamentos dos intelectuais da sua época, conforme demonstra esquema ilustrativo a seguir.

Figura 5: Rede de sociabilidade constituída por Abdias Nascimento nas quatro organizações de maior relevância no contexto de sua trajetória entre os anos de 1930 a 1940.

O projeto do TEN, enquanto intervenção para a construção de conhecimentos próprios, nascidos na experiência social e política, é compreendido como uma ação educativa de valorização da cultura, da história e dos saberes elaborados pela população negra. Além disso, reconhece-se que o projeto educativo do TEN possui um caráter emancipatório, uma vez que é produzido por um povo que tem a sua história marcada por um contexto de opressão e de dominação, mas que, ainda assim, segue persistindo e apresentando questões que problematizam a sua marginalização. Esse potencial crítico que buscou e busca a mudança social, educacional, cultural e política da população negra, com suas contradições, tensões, desafios, foi compreendido e conceitualizado nesse estudo como uma pedagogia da militância.

Sendo assim, esta pesquisa procurou demonstrar que existe um tipo específico de conhecimento que transforma, que legitima e fortalece as ações por reivindicação de direitos; conhecimentos que enfrentam, contrapõem e dialogam com os conhecimentos acadêmicos convencionais. Isso significa dizer que existe um “conhecer sobre” e um “conhecer com”, expressões já manifestadas pelo professor Boaventura de Sousa Santos. Acrescenta-se a essa reflexão a expressão “conhecer a partir de”, por compreendê-la como um conhecimento que se constitui a partir da realidade dos desafios que dinamizam a respectiva concepção de mundo. Em todas as circunstâncias, o conhecimento é a condição *sine qua non* para a conversão das vítimas de opressão em atores políticos que protagonizam resistência.

E assim se entende que, no processo de formação da identidade social e política de Abdias Nascimento, o autorreconhecimento de pertença a um grupo social, historicamente portador de uma carga negativa de estereótipos, revela três aspectos decisivos que o caracterizam como intelectual: o sentimento de pertença ao grupo social dos intelectuais, a partir da familiaridade com a linguagem e com os temas e problemas da cultura; o engajamento político nas disputas em curso no espaço público; e a crença na educação, como princípio e instrumento emancipatório.

Como exemplos de experiências que evidenciam essas posturas adquiridas por Abdias Nascimento ao longo de sua trajetória, podemos mencionar o seu engajamento com a Frente Negra Brasileira, em São Paulo; sua aproximação com a religiosidade de matriz africana e com as comunidades dos morros, no Rio de Janeiro. A participação na FNB, em 1932 que, segundo o próprio Abdias Nascimento, lhe possibilitou uma visão mais ampla das questões raciais, com a participação em ações

de enfrentamento ao racismo. Até então, sua consciência racial havia sido formada a partir de incidentes de discriminação que ele testemunhara. Mais tarde, em 1936, ao mudar-se para o Rio de Janeiro, a vivência com suas raízes culturais se intensificou. Morando em uma comunidade do morro da Mangueira, Abdias Nascimento frequentou terreiros de candomblé e ensaios da escola de samba, se apropriando de uma dimensão mais profunda das questões raciais. Toda essa dinâmica contribuiu para a consolidação de sua identidade de agente coletivo.

É relevante abordar ainda que, logo que chegou ao Rio de Janeiro, Abdias Nascimento, na inquietação dos seus 22 anos, entrou em contato com o integralismo. Essa etapa de sua trajetória, segundo o próprio intelectual, durou apenas um ano (1936-1937), mas “o resquício de hostilidade em razão de ter sido integralista o perseguiu durante bem mais de meio século” (NASCIMENTO, 2014, p. 132) ⁴⁶.

Na tentativa de explicar a participação de negros na AIB, Sentinelo (2010) afirma que o discurso da integração das raças foi uma estratégia do Integralismo para arregimentar membros negros e assim se fortalecer como organização política representante de todos os habitantes da nação. Além disso, algumas lideranças negras da FNB compartilhavam dos ideais integralistas de unidade nacional e de formação de uma raça brasileira, além do anticomunismo e da proposta de reorganização da sociedade.

Nesse contexto, Abdias Nascimento se reuniu ainda com dois amigos brasileiros e três argentinos com os quais constituiu o grupo *Santa Hermandad Orquidea*. Com eles, Abdias Nascimento aprofundou-se em estudos de literatura e filosofia, investiu na publicação de artigos jornalísticos e realizou uma viagem pela América Latina proferindo palestras e constituindo uma vasta rede de sociabilidade. Essa postura de criação de espaços próprios de sociabilidade também revelam a produção da identidade de Abdias Nascimento como intelectual. Desta forma, o engajamento na FNB e a criação do TEN expressam tanto o autorreconhecimento, como o sentimento de missão social de Abdias Nascimento em relação às questões raciais.

⁴⁶ Na tentativa de explicar a participação de negros na AIB, Sentinelo (2010) afirma que o discurso da integração das raças foi uma estratégia do Integralismo para arregimentar membros negros e assim se fortalecer como organização política representante de todos os habitantes da nação. Além disso, algumas lideranças negras da FNB compartilhavam dos ideais integralistas de unidade nacional e de formação de uma raça brasileira, além do anticomunismo e da proposta de reorganização da sociedade.

Por fim, espera-se que a análise da trajetória de Abdias Nascimento possa contribuir de alguma forma para evidenciar o protagonismo de intelectuais negros, refletindo sobre a experiência de sujeitos negados por uma sociedade que ainda não descolonizou seu modo de pensar as relações raciais, e que, em grande medida, mantém modos de pensar e agir próprios do período escravista. Deseja-se, ainda, que a discussão sobre Abdias Nascimento possa ser aprofundada e ampliada em novas pesquisas, bem como sirva de motivação para trazer à luz a trajetória de outras e outros intelectuais, negras e negros.

Nesse sentido, debruçar-se sobre experiências e biografias negras, aprofundando o olhar historiográfico naqueles “ocultados pela história geral”, traz à tona discussões que precisam ser realizadas com maior intensidade pela sociedade brasileira, especialmente para a efetivação de uma educação antirracista, inclusiva e cidadã.

Periódicos consultados na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

A LIBERDADE, São Paulo, 14/07/1919.
 A RUA, São Paulo, 24/02/1916.
 A Voz da Raça, São Paulo, 06/05/1933, p. 2.
 A Voz da Raça, São Paulo, 15/04/1933.
 A Voz da Raça, São Paulo, 18/03/1933.
 A Voz da Raça, São Paulo, abr, 1936.
 AURIVERDE, São Paulo, 13/05/1928, p. 1.
 BALUARTE, Campinas, 15/11/1916, p. 1.
 Correio Paulistano, São Paulo, 03/05/1918.
 Diário Nacional, São Paulo, 12/06/1929.
 O Alfinete, São Paulo, 03/09/1918.
 O Clarim D'Alvorada, São Paulo, 1927.
 O Clarim, São Paulo, 03/02/1924, p. 02. São Paulo.
 O Combate, São Paulo, 09/07/1917.
 O Jornal, Rio de Janeiro, 1919-1974.
 Progresso, São Paulo, 16/12/1928.
 Revista da Semana, Rio de Janeiro, 14/10/1944.
 Revista Ilustrada, Rio de Janeiro. n. 457, abr, 1887.

SITES PESQUISADOS

A Dama das Camélias. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento401233/a-dama-das-camelias>. Acesso em: 15/05/2019.

A Revolução de 32, os erros e as injustiças históricas do Nove de Julho em Franca. Jornal da Franca, Franca, 9 jul. 2017. Disponível em: <http://jornaldafranca.com.br/a-revolucao-de-32-os-erros-e-as-injusticas-historicas-donove-de-julho-em-franca-2>. Acesso em: 19 mar. 2018.

AGOSTINI, A. Revista Ilustrada, edições 456 de 1887. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.com.br/acervo-digital/revista-illustrada/332747>

Assembleia Legislativa do Paraná. Departamento de Documentação e Informação. Diário Oficial, 30/10/1926, p.8985, sobre a criação da Guarda Civil. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=66411>. Acesso em: 19/03/18.

Biografia Gerardo Magela Melo Mourão. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gerardo-magela-melo-mourao>. Acesso em: 14/05/2019.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Biografia de Antonio Pereira Lima. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-antonio-pereira>. Acesso em: 19/03/18.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Histórico sobre o periódico Diário Nacional (1927). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20NACIONAL.pdf>. Acesso em: 19/03/18.

El poeta ininerante Godofredo Iommi. Revista Qué Pasa, 27 de enero de 2002. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/tfleming.html>. Acesso em: 13/05/2019

FAGUNDES, L. Participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20NA%20PRIMEIRA%20GUERRA%20MUNDIAL.pdf>.

Gerardo Mello Mourão. Transcrição da entrevista concedida ao Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados em 14/11/2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/depoimentos/Memoria%20Politica/Depoimentos/gerardo-mello-mourao/texto>. Acesso em 14/05/2019.

Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. Periódico Diário Nacional (1929). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/213829/6461>. Acesso em: 19/03/18.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estatísticas do povoamento – Imigração total. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-total-periodos-anuais.html>. Acesso em: 19/03/2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estatísticas do povoamento – população escrava no Brasil. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/populacao-escrava-no-brasil.html>. Acesso em: 19/03/2018.

Pronunciamento do Senador Abdias Nascimento, no Senado Federal, em 20/03/1997. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/202173>. Acesso em: 19/03/18.

REFERÊNCIAS

ALMADA, S. Abdias Nascimento. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ARAÚJO, M. L. P. A escolarização de crianças negras paulistas (1920-1940). Tese (Doutorado em Educação) – USP. São Paulo, 2013.

BARROS, S. A. P. Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1879-1920). 175 f. Dissertação (História e Historiografia da Educação) – Universidade de São Paulo. USP, 2005.

BENDA, J. A traição dos intelectuais. In: Intelectuais e política: a moralidade do compromisso. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 1999, pp. 65-121. Tradução de Cristina Prado.

CHALHOUB, S. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque. 2. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CONCÍLIO, V.; PUPO, M. L. de S. B. Teatro e prisão: dilemas da liberdade artística em processos teatrais com população carcerária. 2006. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CUNHA, M. C. P. O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. (Estudos Brasileiros v. 96).

DAVIS, A. Mulher, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DO TEATRO brasileiro. Revista Vamos Ler, Rio de Janeiro, p. 47, 11 jul. 1946. Coleção Abdias Nascimento.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23.

_____. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. Revista Brasileira de Educação v.13 n.39 set./dez. 2008.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Globo, 2008.

_____. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERRARA, M. N. A imprensa negra paulista (1915/1963). Rev. Bras. de Hist. São Paulo, v.5, n.10, pp. 197-207, mar./ago. 1985.

FONSECA, M. V.; BARROS, S. A. P. (org.). A História da Educação dos Negros no Brasil. Niterói: EdUFF, 2016.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, F. Negros e política (1888 – 1937). 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GOMES, N.L. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros – IPEAFRO. Acervo microfilmado Abdias Nascimento. Seção TEN.

JAREMTCHUK, D. Arte, política e geopolítica nos anos 1960. MODOS. Revista de História da Arte. Campinas, v. 1, n.2, p. 47-57, mai. 2017. Disponível em: <<http://www.publonline.iar.unicamp.br/index.php/mod/article/view/758>>; DOI: <https://doi.org/10.24978/mod.v1i2.758>

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, N. Bantos, Malês e identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LUZ, M. A. Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira. 3ª ed. Salvador: Edufba, 2013.

MACEDO, M. J. Abdias do Nascimento: A trajetória de um negro revoltado (1914-1968). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – USP. São Paulo, 2005.

MENDES, M. A Personagem Negra no Teatro Brasileiro (1838 – 1888). 1ª. ed. São Paulo: Ática, 1982.

MOTTA, R. P. S. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. In: Patrimônio e Memória. São Paulo: UNESP, 2013.

MOURA, C. História do Negro Brasileiro. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1992.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. O Negro no Brasil de Hoje. 1. Ed. São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, A. A importância para o País da criação da Frente Negra Brasileira na década de 30. *Thoth*, Brasília, n. 3, p. 53-56, set./dez. 1997.

_____. O genocídio do negro brasileiro – Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1978.

_____. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. Coleção Sankofa, vol. 4. Elisa Larkin Nascimento (org.).

_____. Sub-Mundo: cadernos de um penitenciário. São Paulo, 1943.

_____. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. *Estud. Av.*, São Paulo, v.18, n.50, p.209-224, Abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019&lng=en&nrm=iso.

_____. Teatro negro do Brasil: uma experiência sócio-racial. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 4, jul. 1968. Caderno Especial n. 2, p. 193-211. Coleção Abdias Nascimento.

NASCIMENTO, E. L. Abdias Nascimento – Grandes vultos que honraram o Senado. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

NASCIMENTO, R. N. A. A História na teleficção: ecos do jornal *A Voz da Raça* na construção da memória social. *Contracampo*, Niterói, v.35, n. 03, dez. 2016/ mar. 2017.

OLIVEIRA, L. L. A Frente Negra Brasileira: Política e Questão Racial nos anos 1930. 112 f. Dissertação (História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ, 2002.

PINTO, L. I. da C. O teatro como meio de reinserção social de reclusos. Coimbra, 2018.

PRADO JR., C. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. 23º ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

RICOEUR, P. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2007, pp. 25-70. Tradução de Alain François [et al.].

ROCHA; FLORES. Trajetórias comparadas de homens negros de letras no Brasil: ensino de História, biografia e sociabilidades. In: Nas confluências do Axé: refletindo os desafios e possibilidades de uma educação para as relações étnico-raciais. João Pessoa: Editora do CCTA, 2015.

ROMERO, Silvio, 1851-1914. Obra viva / Silvio Romero. 1. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

SALES, R. R. A Imprensa Negra Paulista e a Educação: um movimento de resistência? 99 f. Dissertação (Ciências Sociais/Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP, 2014.

SCHELBAUER, A. R. Idéias que não se realizam. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914: um estudo com fontes primárias. Maringá: Editora da UEM, 1998.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica. 3.ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

SCHWARCZ, L.M. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. Mal-estar na Cultura/UFRGS, 2010.

_____. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. 9. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEMOG, E.; NASCIMENTO, A. Abdias Nascimento: o griot e as muralhas. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SENTINELO, J. T. O lugar das raças no projeto de nação da Ação Integralista Brasileira. Revista Espaço Acadêmico, v. 9, n. 108, p. 145-152, 2010.

SILVA, A. C. Ideologia do Embranquecimento. In: As Idéias Racistas, Os Negros e a Educação. Série O Pensamento Negro na Educação. Florianópolis, 1997.

TANURI, L. M. O Ensino Normal no Estado de São Paulo. Publicação da Faculdade de Educação. Estudos e Documentos. Universidade de São Paulo. São Paulo: Cairu, 1979.

TOSI, P. G. Capitais no interior: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Franca: UNESP, 1998.

VELASQUES, M. C. C. Homens de Letras no Rio de Janeiro dos Anos 30 e 40. Tese (Doutorado em História Social) – UFF. Niterói, 2000.

VIEIRA, C. E. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas. 1. Ed. Vitória: EDUFES, 2011.

_____. Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964). Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

WATANABE, Ippo. História da contabilidade: a profissão contábil no Brasil. Revista de Contabilidade do CRCSP, São Paulo, n.1, p.4-20, dez. 1996.

APÊNDICE ICONOGRÁFICO

1. Máscara africana.



Máscara africana criada por Tomás Santa Rosa no ano de 1944 como logomarca do Teatro Experimental do Negro (TEN). Santa Rosa foi cenógrafo e ilustrador, e colaborou com algumas produções do TEN. A presença desse símbolo como marca d'água na capa do trabalho é uma tentativa de materializar a importância do TEN na trajetória de Abdias Nascimento, e de tantos outros negros e negras, como forma de organização e produção de saberes emancipatórios, tratados na pesquisa como pedagogia da militância/Acervo IPEAFRO.

2. Abdias Nascimento



3. O menino Abdias Nascimento.



Acervo IPEAFRO.

4. A família de Abdias Nascimento.

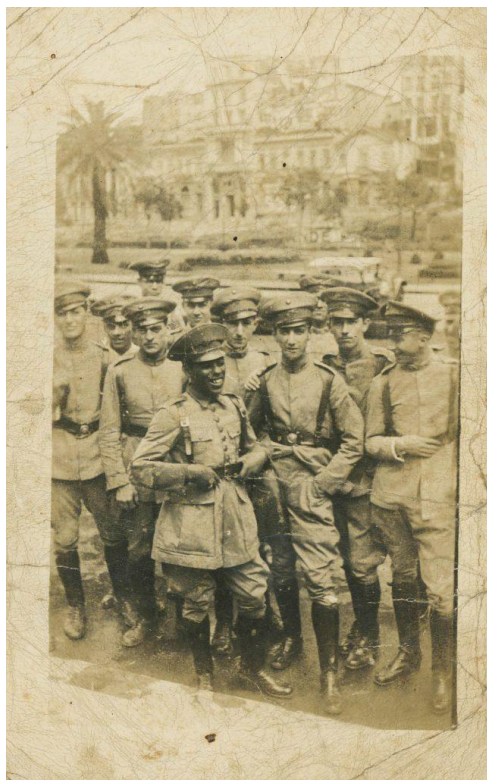


Sr, José Ferreira do Nascimento (Seu Bem-Bem) e Sra. Georgina Ferreira do Nascimento (Dona Josina), pais de Abdias Nascimento/ Acervo IPEAFRO.



Dona Ismênia, avó paterna de Abdias Nascimento/ Acervo IPEAFRO.

5. O Exército.



Acervo IPEAFRO.

6. O teatro.



O Teatro do Sentenciado, projeto socioeducativo desenvolvido na Penitenciária de São Paulo, do qual Abdias Nascimento participou/Acervo IPEAFRO.



Aula de alfabetização realizadas pelo Teatro Experimental do Negro – TEN/Acervo IPEAFRO.

7. La Santa Hermandad de la Orquídea



Reencontro do grupo criado nos anos 1930. Nesta foto, estão presentes (da esquerda para a direita) Godofredo Iommi, Abdias Nascimento, Napoleão Lopes Filho, Juan Raul Young e Gerardo de Mello Mourão/Acervo IPEAFRO.